

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS- PPGDAP

ANDREZA ROHEM GUALBERTO

**Espaço urbano e relações sociais de gênero, pertencimento étnico-raciais e classes
sociais: uma análise da situação das empregadas domésticas em condomínios em
Campos dos Goytacazes**

Campos dos Goytacazes- RJ
2019

ANDREZA ROHEM GUALBERTO

Espaço urbano e relações sociais de gênero, pertencimento étnico-raciais e classes sociais: uma análise da situação das empregadas domésticas em condomínios em Campos dos Goytacazes

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional Ambiente e Políticas Públicas Trabalho da Universidade Federal Fluminense- Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Silvana Cristina Silva

Campos dos Goytacazes
2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BUCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

G899e Gualberto, Andreza Rohem
Espaço urbano e relações sociais de gênero, pertencimento
étnico-raciais e classes sociais : uma análise da situação
das empregadas domésticas em condomínios em Campos dos
Goytacazes / Andreza Rohem Gualberto ; Silvana Cristina Silva,
orientadora. Campos dos Goytacazes, 2019.
130 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Campos dos Goytacazes, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGDAP.2019.m.14096809756>

1. Consubstancialidade. 2. Trabalho doméstico. 3. Espaço
Urbano. 4. Produção intelectual. I. Silva, Silvana Cristina,
orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. III.
Título.

CDD -

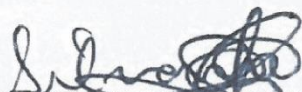
ANDREZA ROHEM GUALBERTO

Espaço urbano e relações sociais de gênero, pertencimento étnico-raciais e classes sociais: uma análise da situação das empregadas domésticas em condomínios em Campos dos Goytacazes

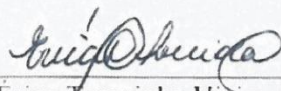
Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional Ambiente e Políticas Públicas Trabalho da Universidade Federal Fluminense- Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas.

Aprovada em 27 de setembro de 2019.

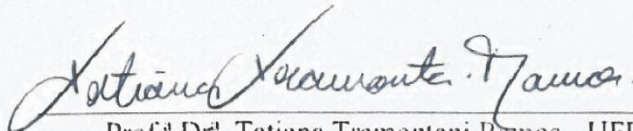
BANCA EXAMINADORA



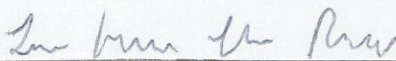
Prof.ª Dr.ª Silvana Cristina da Silva (Orientadora) - UFF



Prof.ª Dr.ª Érica Terezinha Vieira de Almeida - UFF



Prof.ª Dr.ª Tatiana Tramontani Ramos - UFF



Prof. Dr. Luis Henrique Leandro Ribeiro - UFRJ

Campos dos Goytacazes
2019

Aos meus pais, Deize e Dalmo, que embora não tivessem conhecimento disto, iluminaram de maneira especial os meus pensamentos e foram meus maiores financiadores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente aqueles que compraram meu tempo livre para dedicar-me exclusivamente aos estudos, minha mãe Deize Rocha Rohem Gualberto e meu pai Dalmo Martins Gualberto. Reconheço as abdições que fizeram a vida inteira para proporcionar-me aquilo que consideravam fundamental, os estudos.

Agradeço a Universidade Federal Fluminense, especialmente a pós graduação em Desenvolvimento Regional Ambiente e Políticas públicas e aos seus ilustres professores que enriqueceram meus conhecimentos ao longo destes dois anos de pesquisa; a Capes pelo fomento a mim concedido; a minha orientadora Dr^a: Silvana Cristina da Silva pela paciência, atenção e principalmente pelo compartilhamento de saber; e a banca de qualificação pelas valiosas contribuições, Raquel Callegario Zacchi e Érica Terezinha Vieira de Almeida.

Agradeço as empregadas domésticas que disponibilizaram seu valioso tempo para contribuir com esta pesquisa, aos porteiros dos condomínios pesquisados por auxiliar no encontro destas mulheres e aos amigos que se empenharam em tornar esses encontros possíveis.

Com carinho agradeço aos que estiveram ao meu lado acompanhando todas as etapas desta pesquisa me auxiliando e acalmando a cada tropeço em especial ao meu namorado José Lucas Caldas Carvalho. Agradeço as minhas irmãs Hiasmim Rohem Gualberto e Jessica Rohem Gualberto Creton e a toda minha família.

Por fim, mas com uma importância incalculável, agradeço a Deus pela oportunidade de viver este momento e pelo dom da vida.

A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.

Milton Santos

RESUMO

As cidades capitalistas são vividas, usadas e apropriadas de forma desigual conforme as classes sociais e entre as frações dessas classes a qual cada indivíduo pertence. Esse processo ocorre em distintos níveis, dos quais, buscamos compreender três fatores que consideramos cruciais para a compreensão do território usado: o gênero, a classe social e o pertencimento étnico racial. Pertencer ao gênero feminino, a classe social economicamente menos favorecida e possuir características afrodescendentes (físicas ou culturais) consubstanciam-se em espaço geográfico. Isso porque, o espaço não é neutro e não é vivenciado de forma igual por todas as pessoas e a sociedade ao qual abriga, é machista, racista e rejeita a dignidade aos pobres. Segundo Hirata (2014); Kegoat (2010), é fundamental que a análise dos fenômenos sociais seja feita por meio da consubstancialidade, articulando-se classe social, sexo e raça como elementos indissociáveis e não hierárquicos. Mulheres e homens vivem o espaço de forma diferente assim como as classes sociais e os grupos étnico-raciais. Mediante a isso, essa pesquisa pretendeu analisar a vivência do espaço urbano para o grupo socioprofissional das domésticas. Grupo este composto 91,7% por mulheres, pertencentes a camada mais baixa do proletariado e 64,5% negras (IBGE, 2015). As dificuldades deste grupo na cidade são múltiplas: a condição de mulher e o pertencimento étnico racial agrega o fator medo de forma mais acentuada do que para homens brancos; as escolhas de locomoção e circulação pela cidade são definidas por estratégias de segurança e assim muitos lugares e horários são evitados; a condição econômica condiciona os locais de moradia e os meios de transporte utilizados e a participação da vida urbana como cidadãs. O recorte escolhido foi a apropriação da cidade pelo grupo socioprofissional das empregadas domésticas que trabalham em condomínio horizontais fechados de médio e alto padrão localizados na periferia da malha urbana de Campos dos Goytacazes. Essa escolha foi em virtude da riqueza de contraste entre o local de moradia e o local de trabalho deste grupo. Foram entrevistadas 10 empregadas domésticas que trabalham em nove condomínios horizontais fechados de médio e alto padrão. Entre as dez, nove delas se declararam pretas ou pardas. Todas são dependentes de transporte público e moradoras de periferias da cidade de Campos dos Goytacazes. A pesquisa evidenciou processos encrustados na sociedade brasileira como a cultura escravocrata que é parte da formação das cidades capitalistas brasileiras, com profundas segregações socioespaciais.

Palavras chaves: Consubstancialidade; Trabalho doméstico; Espaço urbano

ABSTRACT

Capitalist cities are lived, used and appropriate unequal according to social classes and among the fractions of those classes to which each individual belongs. This process occurs at different levels, from which we seek to understand three factors that we consider crucial for understanding the territory used: the gender, the social class, and the racial ethnic belonging. Belonging to the female gender, social class economically underprivileged and possessing African descent characteristics (physical or cultural) are embodied in geographical space. This is because, the space is not neutral and is not experienced equally by all people and the society to it houses, is sexist, racist and rejects dignity for the poor. According to Hirata (2014); Kegoat (2010), it is essential that the analysis of social phenomena be done through consubstantiality, articulating social class, sex and race as inseparable and non-hierarchical elements. Women and men live in the space of different form as well as social classes and ethnic-racial groups. Therefore, this research aimed to analyze the experience of urban space for the socio-professional group of domestic workers. This group is composed 91.7% by women, belonging to the lower layer of the proletariat and 64.5% black (IBGE, 2015). The difficulties of this group in the city are multiple: the condition of women and racial ethnic belonging brings the fear factor more sharply than for white men; the mobility and movement choices in the city are defined by security strategies, like this so many places and times are avoided; the economic condition conditions the places of residence and the means of transport used and the participation of urban life as citizens. The chosen cut was the appropriation of the city by the socio-professional group of domestic workers who work in closed condominium horizontal of medium and high standard located on the outskirts of the urban area of Campos dos Goytacazes. This choice was due to the rich contrast between the place of residence and the workplace of this group. We interviewed 10 domestic workers who work in nine closed horizontal condominiums of medium and high standard. Among the ten, nine of them declared themselves black or brown. All are dependent on public transportation and residents of the suburbs of the city of Campos dos Goytacazes. The research showed processes crusted in Brazilian society as the slave culture that is part of the formation of Brazilian capitalist cities, with deep socio-spatial segregations.

Keywords: Consubstantiality; Domestic work; Urban space

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: POPULAÇÃO OCUPADA EM TRABALHO DOMÉSTICO, POR SEXO, SEGUNDO COR/RAÇA E LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO - BRASIL E REGIÕES, 2015.....	23
GRÁFICO 02: NÚMERO DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS	27
GRÁFICO 03: TAXA DE OCUPAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	29
GRÁFICO 04: TAXA DE ANALFABETISMO EM 2016.....	57
GRÁFICO 05: TRABALHO INFANTIL ENTRE CINCO A SETE ANOS EM 2016.....	57

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA COMO TRABALHADOR DOMÉSTICO (MILHARES).....	22
TABELA 02.1: POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA EM TRABALHO DOMÉSTICO.....	24
TABELA 02.2: POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA EM TRABALHO DOMÉSTICO (CONTINUAÇÃO).....	25
TABELA 03: PERFIL DAS DOMÉSTICAS ENTREVISTADAS	28
TABELA 04: HISTÓRICO PROFISSIONAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS ENTREVISTADAS E DE SEUS PAIS E MÃES	30
TABELA 05: RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS ÚLTIMOS 13 TRIMESTRES- BRASIL	31
TABELA 06: DESLOCAMENTO CASA-TRABALHO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS ENTREVISTADAS	80

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: AMBIENTES DE LAZER E SOCIABILIDADE DA COMUNIDADE FAVELA DA LINHA – BAR.....	83
FIGURA 02: QUADRA DE AREIA DA COMUNIDADE FAVELA DA LINHA- RJ.....	83
FIGURA 03: PARQUINHO INFANTIL DA COMUNIDADE FAVELA DA LINHA.....	84
FIGURA 04: QUADRA DO PARQUE AURORA- RUA SÃO LINO.....	84
FIGURA 05: PARQUINHO ANEXO A QUADRA PARQUE AURORA- RUA SÃO LINO.....	85
FIGURA 06: PRAÇA DO PARQUE AURORA- RUA SÃO LINO.....	85
FIGURA 07: PRAÇA DO PARQUE PRAZERES – RUA OPERÁRIO JOÃO BARROS.....	86
FIGURA 08: QUADRA DO PARQUE PRAZERES- RUA OPERÁRIO JOÃO BARROS.....	86
FIGURA 9: VILA OLÍMPICA- PARQUE GUARUS.....	87
FIGURA 10: PARQUINHO INFANTIL – VILA OLÍMPICA GUARUS.....	87
FIGURA 11: PISCINA – VILA OLÍMPICA GUARUS.....	87
FIGURA 12: PISCINA COBERTA E AQUECIDA; E PISCINA DA ÁREA EXTERNA DO CONDOMÍNIO PRIVILLÉGE.....	88
FIGURA 13: SALA DE HIDROMASSAGEM E QUADRA POLIESPORTIVA DO CONDOMÍNIO PRIVILLÉGE.....	89
FIGURA 14: SALA DE JOGOS E ACADEMIA DO CONDOMÍNIO PRIVILLÉGE.....	89
FIGURA 15: PARQUINHO INFANTIL DO CONDOMÍNIO PRIVILLÉGE.....	89
FIGURA 16: JARDIM AEROPORTO: LIXO ACUMULADO.....	90
FIGURA 17: RESIDÊNCIA DO JARDIM AEROPORTO CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	91
FIGURA 18: ESQUINA EM PÉSSIMO ESTADO DE MANUTENÇÃO NO BAIRRO JARDIM AEROPORTO.....	92
FIGURA 19: CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL DE DOIS PAVIMENTOS INACABADA NO JARDIM AEROPORTO COM CONSTRUÇÃO INICIANDO NO TERCEIRO PAVIMENTO.....	92
FIGURA 20: ENTULHO E LIXO ACUMULADO EM ESQUINA DO BAIRRO PARQUE GUARUS.....	93
FIGURA 21: AREIA, BRITA E CARRO OBSTRUINDO CIRCULAÇÃO DA CALÇADA DO BAIRRO PARQUE GUARUS.....	93
FIGURA 22: AREIA, BRITA E CARRO OBSTRUINDO CIRCULAÇÃO DA CALÇADA DO BAIRRO PARQUE GUARUS.....	94
FIGURA 23: PARQUE AURORA – CONSTRUÇÕES SEM RECUO FRONTAL, SEM GARAGEM E COM CALÇADAS EXTREMAMENTE ESTREITAS.....	94
FIGURA 24: ÁGUA E LIXO ACUMULADOS NO BAIRRO PARQUE PRAZERES.....	95

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: DISTRIBUIÇÃO DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS E SELECIONADOS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	63
MAPA 02: LOCALIZAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS SELECIONADOS E RENDIMENTOS MÉDIOS DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO ÁREAS INTRAURBANAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ.....	97
MAPA 03: LOCALIZAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS SELECIONADOS E RENDIMENTOS MÉDIOS DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO ÁREAS INTRAURBANAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ (ESCALA PEQUENA).....	98

Sumário

INTRODUÇÃO	14
Capítulo 1- O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO.....	22
1.1- As empregadas domésticas no Brasil	22
1.2- A evolução da legislação trabalhista sobre o emprego doméstico	35
Capítulo 2- GÊNERO, PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL E CLASSE SOCIAL	41
2.1- Emprego doméstico: uma profissão que tem gênero e classe social	43
2.2- Emprego doméstico: uma profissão que "tem cor" e classe social	49
Capítulo 3- AS EMPREGADAS DOMÉSTICAS E O ESPAÇO URBANO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	59
3.1- Mobilidade da mulher negra e doméstica.....	74
3.2- As duas faces da periferia: o local de trabalho e o local de moradia	82
3.3- Trabalho doméstico nos condomínios horizontais fechados de alto e médio padrão: interdições visíveis e invisíveis	102
3.4- A vida para além do trajeto casa-trabalho: o lazer, o consumo e a família	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
Apêndice I- Roteiro de entrevista	123

INTRODUÇÃO

As cidades capitalistas são vividas, usadas e apropriadas de forma diferente conforme as classes sociais e entre as frações dessas classes a qual cada indivíduo pertence, assim como ocorre com a construção da cidadania, cujo território urbano, é condicionante. Segundo Santos (2014), um indivíduo é mais ou menos cidadão conforme o lugar que sua moradia ocupa na cidade. Este local depende da capacidade de compra que cada indivíduo possui, ou seja, sua capacidade de compra determina quem você é dentro da cidade, onde transita, qual seu grau de vulnerabilidade frente a violência urbana, que tipo de medo limita seus usos no espaço e qual é o alcance da sua voz nas políticas urbanas. No entanto, não é apenas o fator econômico responsável pela potencialização da apropriação do território usado pelos indivíduos. O gênero também pode vir a ser um fator limitador, bem como o pertencimento étnico-racial. Desta forma, o medo, o direito a voz, os usos da cidade e a sua apropriação apresentam desigualdades entre os gêneros. Visto que, as cidades seguem o padrão patriarcal, masculino e heteronormativo e são, em geral, os homens que estão à frente das políticas de gestão urbana e por essa razão, ainda que muitas mulheres já ocupem lugares de visibilidade quanto a luta do direito à cidade, que já reivindiquem seu espaço e sua identidade na paisagem urbana, esta ainda não foi feita para permitir sua apropriação e liberdade.

O espaço urbano não é neutro e não é vivenciado de forma igual por todas as pessoas. Mulheres e homens vivem o espaço de forma diferente assim como as classes sociais e os diferentes grupos étnico-raciais. Desta forma, essa pesquisa pretendeu analisar a vivência do espaço urbano para o grupo socioprofissional das domésticas. Grupo este dominado por mulheres, pertencentes a camada mais baixa do proletariado e majoritariamente negras. As dificuldades deste grupo na cidade são múltiplas: a condição de mulher e o pertencimento étnico-racial agrega o fator medo de forma mais acentuada do que para homens brancos; as escolhas de locomoção e circulação pela cidade são definidas por estratégias de segurança e assim muitos lugares e horários são evitados; a condição econômica condiciona os locais de moradia e os meios de transporte utilizados e a participação da vida urbana como cidadãs. Em geral, as mulheres que exercem o trabalho doméstico¹ remunerado são dependentes de transporte público e moradoras das periferias urbanas precárias o que agrava suas limitações urbanas.

Por conseguinte, essa análise requer a indissociabilidade da condição de gênero, do pertencimento étnico-racial e da classe social. A ausência de qualquer um destes fatores tornaria equivocada ou

¹ Entende-se nessa pesquisa trabalhadora doméstica aquela que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana, conforme Lei Complementar 150 de 2015.

incompleta qualquer análise, pois a junção de todos esses elementos é a responsável pelas segregações, limitações e dificuldades que o grupo pesquisado vive na cidade. Afinal, todos eles atuam no processo de reforço da condição de pobreza e segregação das empregadas domésticas.

Segundo Hirata, as teóricas da interseccionalidade e da consubstancialidade debatem a necessidade de articular classe social, sexo e raça como elementos indissociáveis e não hierárquicos em discursões políticas e de lutas por direitos, justiça e igualdade. Segunda a autora, a ideia de articular relações sociais de sexo e de classe foi proposta na França desde final dos anos setenta por Danièle Kergoat em seu artigo publicado em 1978,

para Danièle Kergoat existem três relações sociais fundamentais que se imbricam, e são transversais, o gênero, a classe e a raça, para outras (cf. a definição de Sirma Bilge, supra) a intersecção é de geometria variável, podendo incluir, além das relações sociais de gênero, de classe e de raça, outras relações sociais como a relação social de sexualidade, de idade, de religião, etc. (HIRATA 2018, p. 24).

Ainda que tanto a interseccionalidade como a consubstancialidade defendam a articulação de diferentes categoriais para analisar um fenômeno social, segundo Kergoat (2010, p 03), o conceito de consubstancialidade é mais rico e plural em sua articulação de diferentes categorias. Isso ocorre porque quando se trabalha com interseções criam-se diferentes grupos isolados. Assim, a análise se torna muito rígida. A multiplicidade de categorias que a interseccionalidade cria mascara as relações sociais. Porque elas são fluidas e dinâmicas. À vista disto, “trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de intersecções, implica correr o risco de tornar invisíveis alguns pontos que podem tanto revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência”. O grande problema destacado é que não há propriamente "posições", ou melhor essas posições não são fixas, pois as relações são dinâmicas.

Mediante a isso, usaremos o conceito de consubstancialidade nesta pesquisa como lente para a leitura das relações sociais. Pois esta permite uma análise mais aproximada das condições objetivas das mulheres negras e pobres inseridas numa sociedade extremamente desigual e racista como é o caso do Brasil. “Uma vez que, a ideia de consubstancialidade não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma forma de leitura da realidade social” (KERGOAT, 2010, p 05). A intenção não é aprofundar e discutir cada uma das relações sociais envolvidas, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações que formam um "nó" no seio de uma individualidade ou um grupo. Entendendo que é no território que esta trindade se espacializa e se manifesta.

O objeto de pesquisa é a apropriação da cidade pelo grupo socioprofissional das empregadas domésticas que trabalham em condomínio horizontais fechados de médio e alto padrão localizados na periferia da malha urbana de Campos dos Goytacazes. O recorte escolhido foi em virtude da riqueza de

contraste entre o local de moradia e o local de trabalho deste grupo. Ou seja, essas mulheres circulam em dois extremos de uma cidade capitalista fragmenta. De um lado os espaços fechados destinados aqueles que podem pagar por conforto, áreas e equipamentos de lazer e espaço livre; do outro, áreas com reduzido investimento público e privados, com pouco ou nenhuma infraestrutura de lazer e equipamentos urbanos de uso coletivo. Por conseguinte, o espaço geográfico também é uma instância social e objetiva e atua na conformação das relações sociais, ou seja, a consubstancialidade passa pela dimensão espacial das relações sociais.

A metodologia adotada foi de: I- levantamento e leitura de bibliografia ; II- levantamento de dados primários por meio de observações diretas intensiva não-participante, efetuada no cotidiano das áreas com concentração de condomínios horizontais fechados periféricos e periurbanos de alto padrão da cidade de Campos dos Goytacazes e nos bairros de moradia das domésticas entrevistadas; III- levantamento de dados estatísticos referente ao trabalho doméstico nacional; e IV -Entrevistas qualitativas semiestruturadas com as empregadas domésticas.

Para iniciar o levantamento bibliográfico foi realizado uma pesquisa na plataforma do banco de teses e dissertações da “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações” com as palavras chaves “trabalho doméstico” e condomínios. Desta busca listou-se 88 resultados, todavia, nenhum abordava em um mesmo trabalho as duas dimensões pesquisada. Além da busca por teses e dissertações no banco de dado da BDTD procurou-se para embasar tal pesquisa artigos relativo ao tema propriamente dito e aos assuntos que compõem o tema, além de continuar buscando teses e dissertações em outras plataformas. Nesta nova busca encontramos uma dissertação que trabalhava o emprego doméstico em loteamentos fechados, por essa razão voltamos ao BDTD e realizamos uma nova busca com as palavras chave “emprego doméstico” e “loteamentos fechados” e não mais condomínios. Entretanto, desta busca foram listados apenas 6 trabalhos e apenas um abordava o emprego doméstico sendo esta a dissertação “EMPREGADAS DOMÉSTICAS E RELAÇÕES DE TRABALHO NOS LOTEAMENTOS FECHADOS DE PRESIDENTE PRUDENTESP” (CORREIA, 2010) que era exatamente a que havia sido encontrada em outra busca. Para os artigos correlacionados utilizou-se as palavras chave “geografia and gênero”; Gênero e espaço urbano, empregadas domésticas e segregação.

Dando prosseguimento no levantamento bibliográfico recorreu-se a teóricos que estudam direta ou indiretamente cada uma das três categorias intrínsecas ao grupo socioprofissional pesquisada – gênero, classe e pertencimento étnico-racial – e dos estudiosos da questão urbana e da segregação socioespacial. Além das teóricas, Hirata e Kergoat, que

trabalham com a indissociabilidade das três categorias supracitadas. Saffiot foi a principal autora utilizada para tratar a dinâmica e composição do trabalho domésticos em âmbito geral e Bocafoli da Silva (2013) foi a referência local – Campos dos Goytacazes. Davis (2013) contribui para a discussão da situação das mulheres negras e a origem desta situação; Calió (1992) para a condição da mulher na cidade. Souza (2017) foi importante para a discussão da composição das classes sociais no Brasil. A questão urbana e a segregação socioespacial ficou a cargo dos autores Santos (2014; 1997), Caldeira (2000), Corrêa (2016), Souza Santos (2016), Sposito e Góes (2013). Para estudar a questão urbana com enfoque na cidade pesquisada foi utilizado os autores Zacchi (2012), Faria (2013) e Gomes (2015). Para sustentar, em parte, a teoria foi utilizado dados estatísticos referente ao trabalho doméstico em escala nacional juntos aos bancos de dados do IBGE, SIDRA e IPEA.

Para trabalhar a problemática da pesquisa a partir do cotidiano e tomando como referência e foco analítico as práticas espaciais e a mobilidade urbana de mulheres pobres, o instrumento metodológico escolhido foi o da realização de entrevistas semiestruturadas. Essa ação não teve qualquer objetivo de levantamento censitário de informações e de atingir amostras estatísticas que possam ser usadas para extrapolar a análise. Visou-se dar voz as questões cotidianas relativas à vivência na cidade de mulheres pauperizadas. A perspectiva de análise adotada é a do cotidiano, priorizando as práticas espaciais dessas mulheres não apenas em relação aos condomínios, mas também com o conjunto da cidade e as construções que elaboram sobre todo o espaço urbano.

Tencionamos em especial compreender seus trajetos diários, os meios de locomoção, as horas gastas, as escolhas espaciais que efetuam, os espaços públicos que frequentam ou entender porque não frequentam, ou seja, como estas mulheres se relacionam com a cidade. Além de sua relação com os espaços dos condomínios horizontais fechados e seu histórico profissional e de vida que são os condicionantes das suas limitações no uso da cidade.

Foram realizadas dez entrevistas em nove condomínios diferentes². A mais nova empregada entrevistada possuía 26 anos e a mais idosa 62. Três estavam entre 29 e 30 anos; duas possuíam 40, uma 55 anos e uma 60. A maioria não possuía filhos e apenas duas terminaram a educação básica (Tabela 05).

As principais dificuldades encontradas foram em virtude do método de abordagem. Buscou-se essas mulheres através de indicações, todavia, a indicação era por meio de contato inicial com os patrões

² Condomínio Residencial Bouganville; Condomínio Golden Garden; Condomínio Village dos Goytacazes; Condomínio da Torre; Condomínio residencial Privilège; Condomínio Rural Nashville Park; Condomínio Parque das Palmeiras; Granja Corrientes e Condomínio Sonho Dourado.

e estes em muitos casos inviabilizavam as entrevistas. Os principais argumentos usados eram que elas são muito humildes e devido à baixa escolaridade não seriam capazes de dar entrevista e não iriam querer. Mesmo explicando que seriam perguntas simples sobre o seu cotidiano a resposta se mantinha inalterada. Assim, essa tentativa de abordagem revelou-se como parte da pesquisa, conforme relato a seguir. Os principais argumentos foram:

“É que ela é da roça, bem bicho do mato, tipo xucra mesmo. Não vai querer dar a entrevista, não vai ter como mesmo” (Morador do condomínio da Torre).

“Assim, eu não tenho interesse não. Ela quase não tem escolaridade não vai saber o que falar” (Moradora do condomínio Parthenon Park Residence).

“Ela é muito desconfiada, mas podemos fazer o seguinte: você me passa as perguntas eu gravo com ela e te passo. Pode ser?” (Moradora do condomínio Vale do Paraíba). Como a entrevista era semiestruturada e a proposta era o contato direto com essas mulheres a possibilidade de fazer uma entrevista mediada por outra pessoa foi descartada. No entanto, as falas dos padrões revelam as múltiplas formas de opressão das relações sociais estabelecidas entre os padrões e as empregadas domésticas.

Nestes casos foi negado contato direto com as empregadas mesmo pedindo para explicar a elas a simplicidade da entrevista. Algumas ficaram de conversar com as domésticas e mesmo insistindo na resposta, após as inúmeras desculpas de porque ainda não ter visto, terminaram com mensagens e ligações ignoradas. Houve casos em que reconheciam que não gostariam de ter alguém fazendo perguntas a uma pessoa tão próxima a intimidade da família.

“Isso é meio chato né! É que é alguém muito íntima da família. Isso irá gerar um desconforto em minha casa” (Morador do condomínio residencial Raul Linhares).

“Lamento, mas minha mãe não vai gostar disso, de alguém fazendo perguntas a uma mulher que trabalha a tantos anos lá em casa. É um pouco invasão de privacidade. Não me leve a mal, mas é algo delicado” (Morador Condomínio Sonho Dourado).

Ainda houve as que negaram ter empregadas mesmo que já fosse de nossa ciência a existência dela.

Ao todo foram dez mulheres entrevistadas em nove condomínios diferentes e apenas duas foram obtidas por meio desta abordagem de indicações de conhecidos com contato direto com os moradores. E duas foram indicação direta com as domésticas. Por mais que a tentativa fosse indicações de empregadas esbarrei-me no fato de que a minha volta o convívio é entre as camadas mais favorecidas da sociedade, logo meus contatos conhecem moradores e não domésticas.

Foram feitos dez contatos com moradores dos condomínios horizontais fechados com o intuito de conseguir acesso a suas funcionárias domésticas e apenas duas foram bem-sucedidas. Como segunda forma de abordagem, esperava-se que as entrevistadas indicassem outras mulheres para as entrevistas, entretanto, muitas diziam não conhecer ninguém ou falavam que precisavam ver se a pessoa ia querer antes e mostravam-se pouco solícitas. O medo de se comprometer com o patrão ou a falta de tempo que cerca suas vidas as deixavam receosas de indicar outras mulheres.

“É porque a vida é muito corrida né minha filha, preciso ver se ela vai ter interesse. A gente quase não tem tempo. Não posso te passar o contato dela antes disso” (SARA, 2019)³.

“Ai, não sei ninguém pra te indicar não. Eu até conheço alguém, mas sei que não vai querer. Ela é muito fechada e sem tempo também” (LARA, 2018).

Apenas duas entrevistas foram feitas por meio de indicação. Uma a doméstica já levou a amiga na entrevista e as duas foram feitas ao mesmo tempo; a outra ligou para a amiga que aceitou fazer a entrevista apenas por telefone. A alegação para tal foi a falta de tempo para se deslocar para realizar a entrevista ou para me receber. Foi então marcado um dia e realizada a entrevista por ligação. Esta foi gravada com consentimento da entrevistada que declarou ciência das razões da entrevista e da proteção de sua imagem.

Uma das indicações só foi realizada, pois, a mulher a qual seria indicada estava cumprindo aviso prévio e sua amiga relatou: “Ahhh eu sei sim! Sara pode te dar entrevista, porque ela tá de aviso prévio. Então não tem problema do patrão não querer deixar. Espera só eu chegar em casa que eu pego o número dela e te mando” (FERNANDA, 2019). Isso evidenciou o receio desta mulher em relação a figura dos patrões, mostrando que mesmo fora do ambiente de trabalho há uma coerção dos mesmos sobre elas.

Quando houve o contato direto com as entrevistadas as principais razões para a negação da entrevista surgiram em virtude do: pouco conhecimento acerca do que são pesquisas acadêmicas, o que gera o medo sobre o que será feito com as suas informações mesmo que tenha sido explicado; receio de que o patrão não goste que ela dê entrevista e isso gere problemas no trabalho; e a tendência a individualização tão típica a modernidade, o que explica a falta de disponibilidade para dar a entrevista ou a falta de interesse em indicar outra entrevistada.

A colaboração das entrevistadas ocorria de forma mais solícita quando elas conseguiam identificar as dificuldades da entrevista com alguma dificuldade de sua vida. Isso gerava uma empatia que ajudava o diálogo e as indicações. A partir do momento em que entendiam que era para concluir um “curso” e que

³ Todos os nomes utilizados nesta dissertação são fictícios para preservar a identidade das entrevistadas

havia muitos empecilhos elas perguntavam “isso vale nota minha filha?” “É pra você ter um diploma?” E mediante a minha resposta positiva elas contavam experiências de cursos que tentaram fazer, o quanto acham difícil estudar e declaravam considerar fundamental ter um estudo. Isso criava uma empatia entre pesquisadora e entrevistada e favorecia o diálogo de forma mais espontânea.

A terceira forma de abordagem foi *in loco*. Foram feitas idas até os condomínios com o intuito de encontrar domésticas e estabelecer um contato. Além de realizar a observação direta intensiva. Desta abordagem foram realizadas três entrevistas. Essas entrevistas foram obtidas graças aos porteiros que cooperaram realizando ligações as funcionárias que tinham maior intimidade. A maior dificuldade deste campo era o medo de estar circulando pela área entre os condomínios que em grande maioria eram desertas. Medo este ligado a condição de mulher que é real e diário a todas as domésticas que trabalham em condomínios afastados.

Por último, foi feito um campo a Favela da Linha-RJ, que é uma área pobre vizinha a um conjunto de condomínio horizontais de alto padrão, e por meio de conversas com os moradores obtivemos uma entrevista junto a uma trabalhadora do Condomínio Residencial Sonho Dourado.

Além das dificuldades supracitadas, a falta de tempo que acomete essas mulheres fez com que os locais de entrevistas precisassem ser adaptados a correria e a dinâmica do cotidiano delas. Desta forma, o principal local de entrevista foi a área central da cidade de Campos dos Goytacazes, mais especificamente a área a qual elas esperam pela segunda condução da volta do serviço. Assim muitas foram feitas no ponto de ônibus ou em uma galeria de comércios próxima ao terminal rodoviário do centro da cidade. Isso porque o único tempo que essas mulheres possuem “disponíveis” são as horas em que esperam pelo ônibus ou van todos os dias.

Quatro das dez entrevistadas não possuíam filhos, porém duas possuíam enteados que não moravam em sua residência. Duas possuíam apenas um e o restante possuía 2; 3 e a mais velha de todas possuía cinco filhos já casados. Apenas uma se declarou branca; 6 negra e 3 parda.

Para responder as questões e alcançar os objetivos propostos, a dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo foi dedicado aos aspectos, características e peculiaridades do trabalho doméstico no Brasil. Denominado de “O trabalho doméstico remunerado” foi subdividido em duas partes, o subtítulo “1.1 As empregadas domésticas no Brasil” e o “1.2 A evolução da legislação trabalhista sobre o emprego doméstico”. A primeira parte foi destinada aos dados gerais levantados sobre o emprego doméstico no Brasil, sua condição de trabalho e

origem. A segunda trouxe os avanços da legislação trabalhista acerca do trabalho doméstico e a discursão da lentidão para a equiparação destes direitos ao demais empregos.

O capítulo dois discute a consubstancialidade da condição de gênero, o pertencimento étnico-racial e classe social no emprego doméstico. Também dividido em dois subcapítulos: 2.1 Emprego doméstico: uma profissão que tem gênero e classe social e 2.2 Emprego doméstico: uma profissão que tem cor e classe social.

O capítulo três “As empregadas domésticas e o espaço urbano em Campos dos Goytacazes” traz uma revisão teórica da segregação socioespacial e da cidade capitalista e está dividida em três subcapítulos que analisam os usos e vivências das empregadas domésticas no espaço urbano de Campos dos Goytacazes. O subcapítulo 3.1 discute a mobilidade das domésticas no espaço urbano; o 3.2 “As duas faces da periferia: o local de trabalho e o local de moradia” apresenta o local de trabalho e o local de moradia das entrevistadas; 3.3 “Trabalho doméstico nos condomínios horizontais fechados de alto e médio padrão: interdições visíveis e invisíveis” discute a relação das domésticas com o espaço do condomínio e com a casa a qual elas trabalham problematizando as proibições de acesso dentro e fora da residência; por fim o 3.4 “A vida para além do trajeto casa-trabalho: o lazer, o consumo e a família” analisa os usos e consumos que essas mulheres realizam no espaço urbano de campos dos Goytacazes.

Capítulo 1- O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

1.1- As empregadas domésticas no Brasil

O trabalho doméstico no Brasil possui origem no trabalho escravo prestado na casa grande por mulheres negras. Esse passado, é repleto de submissão e maus tratos, cuja presença se faz no retrato atual desta profissão, marcada por atrasos em direitos e regulamentações se comparado com as conquistas das demais profissões e por inúmeras denúncias de abusos. Uma característica notável desta categoria socioprofissional é sua predominância feminina. Segundo Hirata (2018), a atribuição do trabalho doméstico às mulheres perdurou em diferentes locais do mundo nos mais diversos sistemas de produção.

De acordo com Souza (2017, p. 18), isso ocorre porque “o homem é percebido como espírito, em oposição às mulheres definidas como afeto”, ou seja, fabricou-se socialmente uma diferença entre homens e mulheres para justificar funções que são exercidas por homens e mulheres e suas desigualdades. Por essa razão, ainda hoje, as profissões referentes a zelo e cuidados são atribuídas majoritariamente às mulheres.

O número de pessoas dedicados ao serviço doméstico de forma remunerada no Brasil é altíssimo e correspondeu a cerca de 6.203.000 trabalhadores no primeiro trimestre de 2018 (Tabela 01). Apesar de alta esse valor encontrasse abaixo do índice de 2009, ano em que houve uma queda significativa no total de pessoas dedicadas a essa profissão.

Tabela 01: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência como trabalhador doméstico (milhares)

ANOS	2015	2016	2017	2018
1 ° Trimestre	6 019	6 221	6 058	6 203
2 ° Trimestre	6 001	6 226	6 104	6 292*
3° Trimestre	6 014	6 123	6 177	6 262*
4 ° Trimestre	6 278	6 108	6 370	6 182*

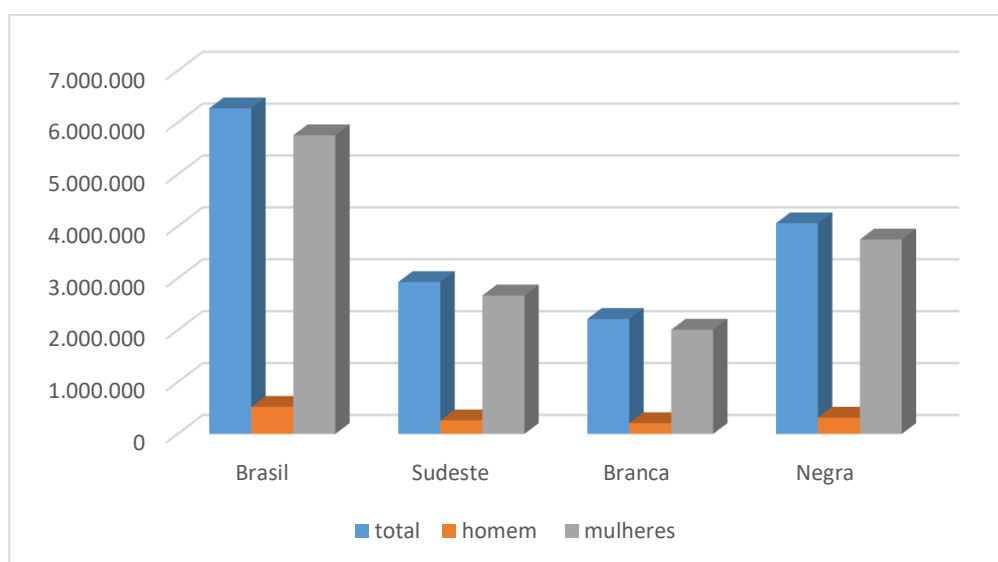
* Dados coletados nos respectivos meses dezembro 2017, janeiro 2018, fevereiro de 2018/ Setembro de 2018, outubro de 2018, novembro de 2018/ dezembro de 2018, janeiro de 2019, fevereiro de 2019.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Mensal⁴ 2018 e 2019; Elaboração Andreza Rohem Gualberto, 2018.

⁴ IBGE, Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm> > Acesso em: 01 de agosto de 2018 e 24 de abril de 2019

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015 existiam 519.992 homens trabalhando como doméstico, enquanto 5.755.600 mulheres desempenhavam essa função, ou seja, 91,7% do total de trabalhadores dessa categoria socioprofissional eram mulheres⁵. Outro ponto evidenciado pelos dados é a predominância de empregadas domésticas negras em relação às brancas. Em 2015 havia 2.215.723 empregadas brancas e 4.059.869 empregadas negras, ou seja, 64,5% das trabalhadoras domésticas eram negras (Gráfico 01).

Gráfico 01: População Ocupada em Trabalho Doméstico, por Sexo, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 2015



Fonte: IBGE/PNAD⁶; Elaboração Andreza Rohem Gualberto, 2018.

Durante o intervalo de 2001 a 2015 houve o aumento de 145.656 mulheres empregadas neste setor. Todavia, alguns grupos etários sofreram queda no total de trabalhadoras. Entre o número de adolescentes, de 10 a 15 anos houve redução de 40,74% de trabalhadoras e no grupo de 16 a 17 anos a redução chegou a 45,35% (Tabela 02). Isso pode ser considerado, em parte, resultado da repercussão da Lei 6.481 de junho de 2008 (BRASIL, 2008) que vedou a contratação de menores de dezoito anos para desempenho de trabalho doméstico, de acordo com a Convenção número 182, de 1999, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil sendo uma delas o trabalho doméstico.

⁵ Em virtude da extrema maioria ser de profissionais do sexo feminino utilizar-se-á, nesta pesquisa, a flexão de gênero no feminino para se referir aos trabalhadores dessa categoria socioprofissional.

⁶ IPEA, **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_trabalho_domestico_remunerado.html> Acesso em: 07 de jun. de 2018.

Outra variação que chama atenção é a redução de 40,60% no número de jovens de 18 a 24 anos enquanto houve aumento nas faixas de 30 a 44; 45 a 69 e de mais de 60 anos (Tabela 02), ou seja, há um envelhecimento das pessoas que compõem essa categoria profissional.

Tabela 02.1: População Feminina Ocupada em Trabalho doméstico

Faixa Etária	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
Total	5.609.944	100	5.707.967	100	5.774.990	100	6.055.189	100	6.205.601	100	6.291.527	100	6.259.015	100
10 a 15 anos	206.566	3,68	206.954	3,63	170.680	2,96	151.070	2,49	146.409	2,36	150.522	2,39	162.527	2,60
16 a 17 anos	258.280	4,60	255.552	4,48	226.855	3,93	217.312	3,59	233.193	3,76	234.442	3,73	194.786	3,11
18 a 24 anos	1.075.412	19,17	1.045.233	18,31	1.012.567	17,53	1.015.739	16,77	983.782	15,85	919.782	14,62	831.024	13,28
25 a 29 anos	728.883	12,99	739.926	12,96	736.289	12,75	809.652	13,37	803.897	12,95	758.257	12,05	745.457	11,91
30 a 44 anos	2.133.731	38,00	2.267.385	39,72	2.295.354	39,75	2.428.405	40,10	2.486.300	40,07	2.586.298	41,11	2.606.179	41,54
45 a 69 anos	1.016.822	18,12	1.024.608	17,95	1.157.945	20,05	1.262.451	20,85	1.339.661	21,59	1.427.541	22,69	1.492.073	23,84
60 anos ou mais	190.250	3,39	168.309	2,95	175.300	3,04	170.560	2,82	212.359	3,42	214.685	3,41	226.969	3,63

Fonte: IBGE/PNAD⁷ ; Elaboração Andreza Rohem Gualberto, 2018.

Tabela 02.2: População Feminina Ocupada em Trabalho doméstico (continuação)

Faixa Etária	2008	%	2009	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Total	6.207.243	100	6.750.416	100	6.206.177	100	5.978.941	100	5.963.976	100	5.939.240	100	5.755.600	100
10 a 15 anos	139.935	2,25	168.076	2,50	115.222	1,86	100.725	1,68	84.149	1,41	79.259	1,33	51.080	0,89
16 a 17 anos	165.157	2,66	171.775	2,54	127.288	2,05	140.005	2,34	117.142	1,96	82.405	1,39	87.115	1,51
18 a 24 anos	743.629	11,98	746.375	11,06	577.302	9,30	518.010	8,66	436.595	7,32	417.975	6,99	381.491	6,63
25 a 29 anos	686.053	11,05	755.377	11,19	554.443	8,93	483.202	8,08	459.614	7,70	422.858	7,12	402.386	6,99
30 a 44 anos	2.594.537	41,80	2.867.566	42,48	2.634.578	42,45	2.481.365	41,50	2.518.296	42,22	2.435.002	41,00	2.335.620	40,58
45 a 69 anos	1.628.374	26,23	1.791.660	26,54	1.904.126	30,68	1.932.429	32,32	1.996.816	33,48	2.104.861	35,44	2.047.550	35,57
60 anos ou mais	249.558	4,02	249.587	3,70	293.218	4,72	323.205	5,40	351.364	5,89	396.880	6,68	450.358	7,82

Fonte: IBGE/PNAD⁸ ; Elaboração Andreza Rohem Gualberto, 2018.

⁷ IPEA, **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_trabalho_domestico_remunerado.html>. Acesso em: 07 de jun. de 2018.

⁸ IPEA, **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_trabalho_domestico_remunerado.html>. Acesso em: 07 de jun. de 2018.

Aferirmos que além da proibição legal de menores de 18 anos trabalharem como domésticas as políticas educacionais dos governos do Partido dos Trabalhadores que teve início em 2003 com o primeiro mandado do governo de Luís Inácio Lula da Silva e continuidade no primeiro mandato do governo Dilma Rousseff foram importantes para que as jovens mulheres não abandonassem os estudos rompendo o ciclo de inserção precoce na profissão da mãe, contribuindo assim para a queda no número de jovem domésticas. Ainda que o segundo mandato da presidente Dilma possuísse o mesmo viés as turbulências políticas que culminaram no seu impeachment fizeram com que os avanços em inclusão e políticas educacionais reduzissem ou caminhassem lentamente.

Durante os governos Lula as principais políticas implementadas foram: a criação do Programa Universidade para todos (ProUni); a reformulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); o lançamento do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC); e a concessão de auxílio permanência no valor inicial de 300 reais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de mais de seis horas diárias (AGUIAR, 2016).

O ProUni era destinado a alunos de famílias que recebessem até três salários mínimos por pessoa e estudassem ou em escolas públicas ou em escolas particulares com bolsa de cem por cento de desconto na mensalidade. Além de professores da rede pública de educação básica e pessoas com deficiência. Em relação ao FIES as mudanças foram,

o fluxo contínuo, permitindo aos estudantes contratarem o financiamento a qualquer tempo do curso. A carência foi ampliada para 18 meses e o prazo para pagamento dilatado para três vezes o tempo de utilização do financiamento. Os juros para todos os contratos passaram para 3,4% anuais e foi facultado aos estudantes dos cursos de Medicina e licenciaturas ressarcirem o financiamento com trabalho nas redes públicas de educação e saúde, amortizando 1% da dívida consolidada por mês de trabalho (AGUIAR, 2016. P 09).

A transformação dos Cefetes (Centro Federal de Educação Tecnológica) em Institutos Federais corroborou para a expansão da educação de nível superior e técnico ampliando as vagas em instituições públicas em diversos territórios do país. A desconcentração das universidades em grandes centros urbanos também favoreceu o acesso desta camada social as universidades.

Ao final do governo Lula, segundo balanço oficial, foram contabilizados 748 mil estudantes com bolsas do ProUni, sendo 69% com bolsas integrais. **Desse total, 48% são afrodescendentes.** Dentre estes, 5.194 estudantes receberam bolsa permanência, no valor de R\$ 300,00, destinada a alunos que realizam cursos de período integral (mais de seis horas diárias). Os dados de 2010

indicavam que havia 462 mil bolsas em utilização e 116 mil estudantes com a graduação concluída como bolsistas do ProUni (AGUIAR, 2016, p. 08).

Durante o governo Dilma o destaque foi por meio da educação técnica e profissionalizante através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O Pronatec é resultado do projeto de lei 1.209/2011 que resultou na lei federal nº 12.513/11. O Pronatec foi um conjunto de ações voltadas para os estudantes e trabalhadores que queriam fazer um curso técnico e não possuíam recursos financeiros para tal. Desta forma, foi um programa tanto de bolsas quanto de financiamento estudantil (LIMA, 2012). Este propôs em seu artigo quarto a:

I – Ampliação de vagas e expansão da rede federal; II – Fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais; III – Incentivo à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional; IV – Oferta de bolsa-formação para estudantes e trabalhadores; V – Financiamento da educação profissional e tecnológica; VI – Fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio por ensino a distância; VII – Apoio técnico. (PODER EXECUTIVO, 2011, p. 03).

As políticas de cotas e as políticas supracitadas asseguraram maior democratização do ensino superior garantindo a entrada e permanência de estudantes de baixa renda através de bolsas de estudo. A lei de cota foi criada em 2012 permitindo maior acesso da população negra, indígena e oriundas de escola pública (exatamente o perfil de pessoas que acabam ocupando os empregos de domésticas).

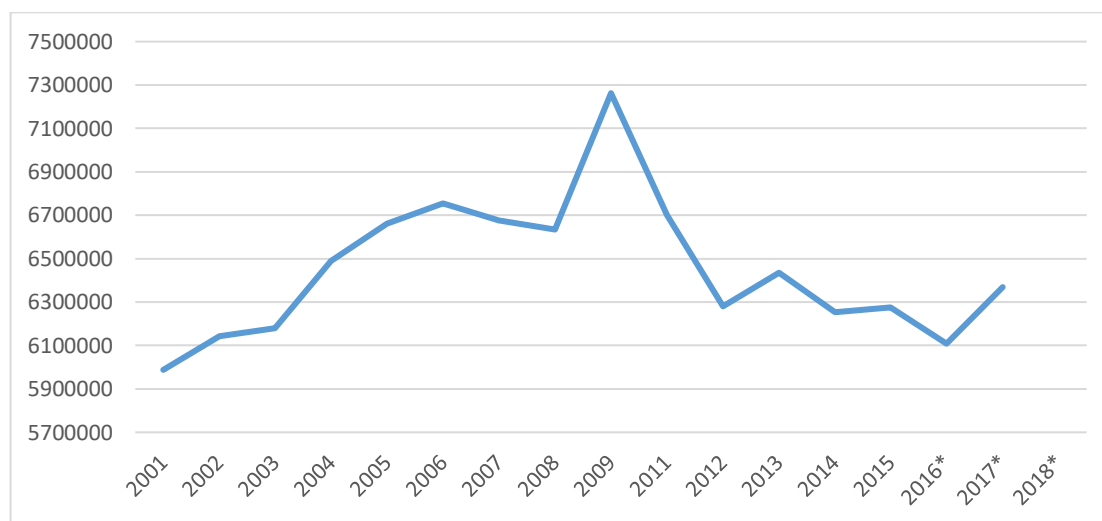
Somada a lei das cotas a criação do Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), por meio do Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, contribuiu para o aumento de jovens ingressando e concluindo o ensino superior. Isso graças ao objetivo do programa de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior, gerando uma maior oferta de vagas em instituições públicas e sua desconcentração territorial. Isso permitiu que uma parcela que não tinha acesso ao ensino superior passasse a ter e não só ter o acesso, mas também, condições reais de se manter na instituição de ensino por meio de políticas sociais.⁹

Apesar de ter apresentado queda a partir de 2009 (gráfico 02), o número de empregadas domésticas no Brasil continua alto. Além disso, a partir de 2016, esse valor voltou a subir. Segundo pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o contingente elevado de trabalhadoras domésticas mantém o país em primeiro lugar no total de trabalhadoras nessa

⁹ Disponível em: < <http://www.reuni.ufscar.br/o-que-e-reuni> > Acesso em 21 de outubro de 2019

categoria profissional. O resultado da pesquisa foi divulgado em 2013 com dados referentes ao ano de 2010 realizado em 117 países. O Brasil aparece como o país com a maior população de trabalhadores domésticos do mundo em números absolutos. Desta pesquisa foram excluídas crianças menores de 15 anos.

Gráfico 02: Número de empregadas domésticas



Fonte: IBGE/PNAD¹⁰; Elaboração Andreza Rohem Gualberto, 2018.

A despeito da grande expressão deste trabalho no país, a legislação avançou de forma lenta ao longo da história e ainda hoje se encontra deficitária e com dificuldade de efetivação real. Uma das explicações para o atraso no campo¹¹ dos direitos relaciona-se, além da origem e da condição de gênero historicamente desprivilegiada, a falta de domínio e representatividade desta categoria socioprofissional no campo político e militante. Além disso, a sociedade capitalista, depende de criação de ideologias legitimadoras que justificam a exploração de grupos sociais, como foi a história dos negros e das mulheres.

Segundo a OIT¹², em 2016 apenas 42% das trabalhadoras domésticas contribuíam para a previdência social e só 32% possuíam carteira de trabalho assinada. Sendo que apenas 4%

¹⁰ Idem.

¹¹ Refere-se a noção de campo segundo Bourdieu. Entendendo-o como um instrumento ao método relacional de análise das dominações e práticas específicas de um determinado espaço social de um dado grupo ou indivíduo. O campo é sempre um campo de forças, onde os agentes sociais estão dispostos em diferentes posições, cada qual com suas estratégias para tentar dominar o campo ou conseguir seus troféus específicos (SOCHA, Eduardo, 2018).

¹² OIT, **Trabalho doméstico**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang-pt/index.htm>> Acesso em: 07 de jun. de 2018.

dessa categoria era sindicalizada. Valor este muito baixo para uma categoria que tanto precisa lutar por mais direitos e por efetivação dos que existem.

A realidade das empregadas domésticas em Campos dos Goytacazes sinaliza as mesmas dificuldades e vulnerabilidades que as estatísticas nacionais mostram, além das opressões que os relatos evidenciaram. Identificou-se durante as pesquisas as opressões de gênero; de condição socioprofissional vinculada à categoria de classe social; em relação ao espaço geográfico (na escala do urbano), que se somam aos constrangimentos à vida quotidiana das empregadas domésticas.

Apesar das entrevistas realizadas não possuírem qualquer intuito estatístico, o fato de entre dez entrevistadas apenas uma se declarar branca corrobora para os indicadores gerais de predominância negra (Tabela 03).

Tabela 03: Perfil das domésticas entrevistadas

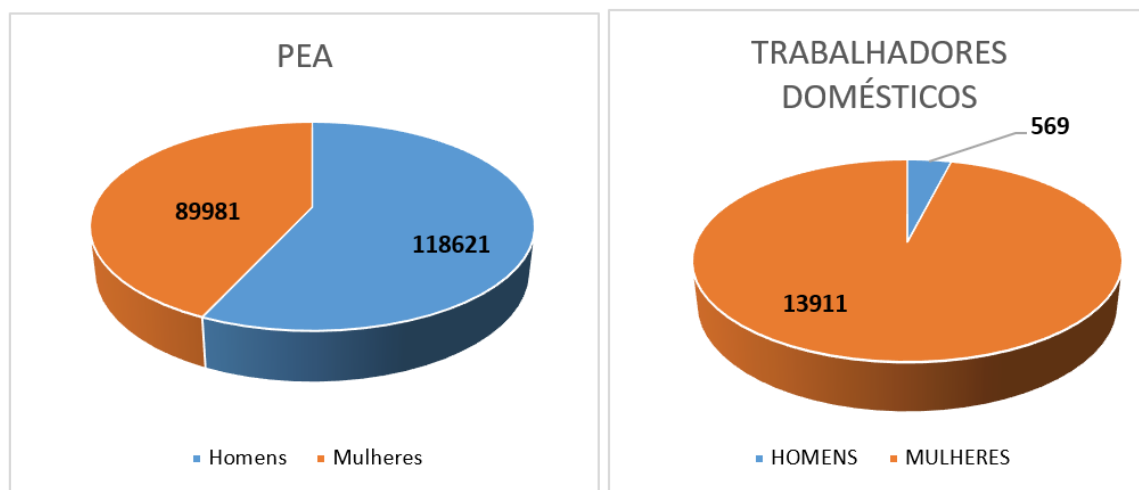
Domésticas entrevistadas	Condomínio	Idade	Cor	Estado Civil	Renda* (RS)	Filhos	Escolaridade	Carteira assinada
Fernanda	Bougenville	35	Parda	Casada	954	1	7 ° ano	Sim
Lara	Village Goytacazes	38	Branca	Solteira	1.908	0	Fundamental Incompleto (não soube especificar o ano em que abandonou os estudos)	Sim
Ana	Parque das Palmeiras	43	Negra	Solteira	1.080	2 (casados)	6 ° ano	Sim
Elielsa	Torre	26	Negra	Solteira	477	0	Ensino médio completo	Não
Júlia	Privillége	40	Negra	Solteira	1.100	0	4 ° ano	Sim
Fabiana	Sonho Dourado	60	Negra	Solteira	450	5	Não possui escolaridade formal	Não
Letícia	Privillége	55	Parda	Casada	1.431	0	Fundamental I completo	Sim
Sara	Golden Gardem	34	Negra	Casada	1.050	3	6 ° ano	Sim
Paloma	Granja Corrientes	62	Parda	Separada	998	2	Fundamental completo	Não
Eduarda	Nashville	33	Negra	Casada	954	1 filho e 1 enteado	Ensino médio completo	Sim

* Os valores incluem o referente as passagens que recebem.

Fonte: Pesquisa direta

Em Campos dos Goytacazes, segundo o último censo, o número de empregadas domésticas corresponde a cerca de 7% do total de trabalhadores do município. São 14.480 pessoas trabalhando nesta função, enquanto o total de população economicamente ativa é de 208.602 pessoas (Gráfico 03). Sendo daquele 13.911 mulheres, ou seja, 96% são mulheres (IBGE, 2010¹³).

Gráfico 03: Taxa de ocupação de Campos dos Goytacazes



Fonte: IBGE, 2010, elaboração Andreza Rohem Gualberto, 2018.

Atualmente Campos dos Goytacazes possui sua economia sustentada principalmente pelas compensações financeiras (royalties e participações especiais) decorrentes do petróleo, porém seu desenvolvimento se deu por meio da lavoura de cana de açúcar e por grandes usinas sucoalcoleiras que passaram por um forte declínio e retração de área e produtividade ao longo das décadas de 80 e 90. O espaço que outrora as usinas ocupavam na economia é hoje ocupado pelo circuito espacial de produção do petróleo e suas rendas, no caso, mais as rendas que o abrigo da atividade produtiva em seu território. Todavia, a economia açucareira deixou legados na cidade e na população. Esse legado se mostra presente na trajetória das mulheres entrevistadas que trabalham em serviços domésticos na cidade. Essas mulheres são, em sua maioria, filhas de cortadores de canas e começaram seus trabalhos também na lavoura de cana muito jovens e em virtude dessa inserção precoce no trabalho elas e seus pais dispõem de baixa escolaridade (Tabela 05). Além desse passado econômico do município ter aparecido na trajetória profissional das empregadas domésticas entrevistadas, Júlia mostrou mais uma face desse legado ao relatar que mora em uma casa que pertence ao dono da fazenda de Caixeta, sendo então um imóvel cedido.

¹³ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/pesquisa/23/22957?detalhes=true>

Tabela 04: Histórico profissional das empregadas domésticas entrevistadas e de seus pais e mães

Domésticas entrevistadas	Profissões da mãe	Profissões do pai (ou figura masculina responsável pela criação)	Idade que iniciou o primeiro emprego	Primeiro emprego das entrevistadas
Fernanda	Não soube informar	Cortador de cana e abacaxi	17 anos	Doméstica
Lara	Do lar	produtor rural	33 anos	Doméstica
Ana	Cortadora de cana	Lavrador	12 anos	Doméstica
Elielsa	Doméstica	Trabalhador em armazém de bebida	18 anos	Diarista
Júlia	Lavradora	Lavrador	8 anos	Babá
Fabiana	Do lar	Cortador de cana	9 anos	Babá
Letícia	Lavradora	Motorista	10 anos	Doméstica
Sara	Doméstica	Caminhoneiro*	16 anos	Doméstica
Paloma	Doméstica	cortador de cana	11 anos	Babá
Eduarda	Doméstica	Não soube informar	13 anos	Doméstica

* Avó/Avô

Fonte: Pesquisa direta

Apesar dos baixos salários e das longas jornadas de trabalho essas mulheres afirmam que a vida melhorou, pois, a lida no campo e a realidade de seus pais conseguia ser ainda mais dura.

“Eu considero que a vida está mais fácil hoje. Antes a gente trabalhava no sol, não tinha carteira assinada e não contava com benefício quando ficava doente. Eu ainda trabalho muito, mas desde que surgiu essa nova lei (Lei 150 de 2015) a vida ficou melhor” (Letícia, 2018).

“Eu fico muito cansada, sabe! Mas o salário é um dinheiro certo e eu ainda tenho um dia de folga na semana e o melhor de tudo é que minha carteira está assinada. No campo a vida é mais incerta, mais pesada. Eu nunca quis ficar naquela vida” (Júlia, 2018).

Segundo o IBGE (2016)¹⁴, a média salarial campista¹⁵ é de dois salários mínimos e meio. Já entre as domésticas entrevistadas a média gira em torno de 752,80 reais, valor este próximo

¹⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>

¹⁵ O termo campista se refere ao município de Campos dos Goytacazes- RJ

a média nacional de 881,00¹⁶ para serviços domésticos no primeiro trimestre de 2018. É importante destacar que a média nacional se encontrava abaixo do salário mínimo estabelecido para o mesmo período (Tabela 04).

Tabela 05: Rendimento médio mensal dos últimos 13 trimestres- Brasil

Indicador/ 14 anos de idade ou mais	Trimestre de coleta												
	1º 2015	2º 2015	3º 2015	4º 2015	1º 2016	2º 2016	3º 2016	4º 2016	1º 2017	2º 2017	3º 2017	4º 2017	1º 2018
Rendimento médio de todos os trabalhos (R\$)	2185	2175	2146	2111	2119	2087	2106	2139	2169	2151	2154	2173	2169
Rendimento médio do trabalho doméstico (R\$)	865	855	843	843	864	851	850	848	863	862	854	860	881

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Trimestral; Elaboração Andreza Rohem Gualberto, 2018

Segundo a OIT¹⁷, “o trabalho doméstico é uma das ocupações com níveis de remuneração mais baixos no mundo, com médias de salário abaixo da metade do salário médio no mercado de trabalho”. Entretanto, segundo Saffioti (1979), o fato delas se alimentarem no local ao qual trabalham e em alguns casos morarem no próprio emprego agrega ao salário uma renda não monetarizada colocando seus rendimentos finais acima de algumas ocupações do baixo terciário. Entretanto este fato traz, também, o acréscimo de jornada de trabalho. Não houve entre as entrevistadas empregadas que morassem, atualmente, de forma integral no serviço. Apenas uma que apesar de ter sua própria residência próxima ao serviço opta por dormir no mesmo durante a semana exatamente pelo conforto que este proporciona e pela economia nos seus gastos pessoais.

“Eu praticamente moro aqui né, só vou pra casa final de semana. Vou para casa sábado sete horas da manhã e volto segunda. Essa questão de dormir aqui é opção minha, ela já falou que eu posso escolher, mas pra mim é mais cômodo dormir aqui” (LARA, 2018).

Outra característica é o acúmulo de funções que essas trabalhadoras desempenham. Elas são responsáveis tanto pela limpeza da casa, como pelo preparo de comida, por lavar e passar as roupas e em alguns casos por cuidar dos filhos dos patrões. Constatou-se durante as

¹⁶ Média nacional referente as empregadas domésticas com e sem carteira assinada.

¹⁷ <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>

entrevistas que as domésticas que não realizavam todas as atividades recebiam em média meio salário mínimo apenas, enquanto as que realizavam múltiplas tarefas recebiam em torno de um salário mínimo.

O acúmulo de tarefas no trabalho doméstico dos condomínios se mostrou presente nas entrevistas em grande maioria. Apenas três empregadas eram responsáveis por tarefas específicas do lar, enquanto as outras acumulavam múltiplas tarefas. Fabiana doméstica de uma residência no condomínio Sonho Dourado era encarregada apenas das necessidades de seu patrão de idade avançada, Elielsa fazia somente a limpeza da casa no Condomínio da Torre e Ana era responsável apenas por cozinhar em seu trabalho no Condomínio Parque das Palmeiras.

É importante destacar que Fabiana e Elielsa eram consideradas trabalhadoras de meio expediente, ou melhor, o acordo entre patrão e empregada era de trabalhar meio expediente, contudo, o horário nunca foi respeitado.

“Eu fico com ele meio período, eu faço tudo que ele precisa. Ele é independente, mas eu estou aqui pra fazer o café dele, pra pegar a roupa pra tomar banho, o que precisar. Mas é assim, eu preciso esperar alguém chegar em casa pra poder ir embora, então nunca tem horário certo” (FABIANA, 2019).

“O combinado é eu trabalhar das 14 horas até as 19 horas, mas meu horário de ir embora é quando acaba o serviço” (ELIELSA, 2019).

Elas recebiam os mais baixos salários entre as entrevistadas, além de não possuírem carteira assinada. Eram vistas, pelos patrões, como complementares ao serviço do lar e não como a funcionária principal e por isso recebiam muito menos que os outros funcionários da casa em que trabalhavam e, conseqüentemente, menos do que as demais domésticas entrevistadas que acumulavam múltiplas tarefas. Suas jornadas excediam o referente a meio expedientes e possuíam apenas um dia semanal de folga, entretanto não tiveram a carteira assinada como as suas colegas. A única exceção foi Ana que possuía carteira assinada e trabalhava um expediente recebendo um salário mínimo para realizar apenas uma tarefa doméstica, cozinhar.

Em virtude deste fato Ana considera que está em condições melhores em relação as outras domésticas, e atribuiu isso ao seu talento elevado para cozinhar. Reconhecendo que geralmente não é isso que acontece. “Eu só cozinho, sou cozinheira pra essa família há 17 anos, mas isso porque eu sou realmente muito boa no que faço, porque geralmente as empregadas precisam dar conta de tudo”.

Elielsa possui mais quatro colegas de trabalho sendo eles: um motorista, uma diarista semanal, uma empregada doméstica (a responsável por tudo, segundo ela) e uma cozinheira. A única pessoa a qual ela se referiu como empregada doméstica foi a funcionária que exercia múltiplas funções, apesar de todos serem enquadrados pela lei como trabalhadores domésticos, uma que vez que, prestam serviços sem fins lucrativos no âmbito doméstico. Ana possui mais três colegas de serviço e Fabiana não especificou quantas colegas dividiam as tarefas da residência.

Apenas três domésticas não possuíam carteira assinada. Os dois casos mencionados acima e Paloma que por já ser aposentada preferiu não assinar carteira. Entretanto, apesar do registro em carteira, elas não se sentiam seguras na profissão e seus direitos não foram respeitados integralmente. Como o caso da Sara que estava cumprindo aviso prévio após ter sido demitida, porém seus patrões se recusavam a pagar seus direitos.

“Até dezembro era muito boa minha relação com eles. A partir de dezembro que eles me mandaram embora não ficou mais boa não. Porque eles não querem pagar meus direitos. Aí a relação tá ficando séria e complicada” (SARA, 2019).

Eduarda (2019) relatou que:

Eu até tenho carteira assinada, mas isso não garante tudo, porque antes eu também tinha, mas meus patrões não pagaram as coisas que deviam, eu não entendo direito, acho que é do INSS ou fundo de garantia, mesmo descontando do meu salário. Só sei que foi uma confusão. É difícil conseguir as coisas depois que a gente vai pra rua.

Lara em seu antigo emprego, mesmo com carteira assinada, foi impedida de ir ao médico ou de tirar atestado em virtude de adoecimento. Sua patroa alegou que ela estava se sentindo mal pois acumulou dois empregos e só deveria trabalhar para ela. Como consequência sua enfermidade evoluiu para uma pneumonia e ainda assim sua patroa se negou a aceitar que ela tirasse licença médica. O grande agravante deste episódio é que Lara morava na residência em que trabalhava. Foi então, necessário pedir demissão para realizar o tratamento médico.

Lara única doméstica branca entrevistada possuía origem diversa das demais. Ela não vinha de uma família pobre e sim de uma família de classe média. O que a condicionou a ser doméstica não foi um histórico de vida pauperizado e sim um quadro de machismo e opressão doméstica. Seu pai não a permitia estudar e dificultou a retirada de seus documentos, alegando que mulher não precisa de nada disso.

Eu sou de mal com meu pai, porque quando eu saí pra trabalhar meu pai foi contra porque minha família é de classe média e ele não aceita que eu trabalhe como empregada. A mãe dele por exemplo tinha duas, três empregadas, ela nunca teve apenas uma e hoje eu trabalho disso. Mas ele nunca me deu oportunidade, nunca me deu um “tustão”. Se não fosse meu emprego eu não tinha meu apartamento. Eu acho duro pra mim ele nunca ter sido pobre e nunca ter me ajudado em nada. Isso fez a

gente querer sair. Eu tenho duas irmãs. Atualmente eu tenho uma irmã que trabalha todo dia em uma casa fazendo faxina sem carteira assinada.

Ele não deixava a gente estudar, minha mãe que nos ensinou a escrever. Eu comecei a fazer queijo pra vender pra ter meu dinheiro, fiz isso por 13 anos. Mas ele pegava nosso dinheiro porque dizia que mulher não pode ter dinheiro, não pode ter nada. Não queria que a gente tirasse documento. Ele era machista demais, foi isso que fez eu sair. Disse pra minha mãe que não ia acabar com minha vida lá dentro. Foi a partir daí que minha vida foi pra frente. Só sai com 33 anos e pra morar nos meus empregos. Ele mora num casarão, a casa tem altos e baixos. Mas hoje eu sou mais feliz trabalhando como empregada do que morando naquela casa com ele (LARA, 2018).

O emprego como doméstica se tornou para ela uma fuga da opressão machista de seu pai. Se tornou a única opção por fornecer abrigo, o fato de morar na residência onde trabalha foi o fator decisivo para sua inserção no emprego doméstico. Houve oportunidades no comércio, mas negadas em virtude de não ter onde morar.

A pessoa que me deu meu primeiro emprego foi o cara pra quem eu vendia queijo. Depois de dois dias trabalhando na casa dele ele me colocou pra trabalhar na padaria dele. Pra você ver como eu não era ruim! Mas depois a mãe dele ficou acamada e eu fui tomar conta dela. Mas pra mim tinha que ser trabalho em casa mesmo, porque aí eu tinha onde dormir (LARA, 2018).

Sua dependência de local de moradia revelou uma das faces mais cruéis da exploração doméstica. Apesar de receber um salário mínimo ela trabalhava mais de dois turnos e sua patroa alegava que ela não podia reclamar pois precisava morar ali.

Mas ela acabou pra mim no dia que eu fui conversar com ela porque precisava de uma ajuda. Era assim, como eu morava lá eu trabalhava dois turnos, mas recebia um só. Aí cheguei pra ela e falei: eu preciso de uma ajuda porque estou trabalhando dois turnos e recebendo um só. Pedi pelo menos a metade do meu salário pelo segundo turno. Ela me respondeu que eu não ia ganhar nada, pois não tenho nem como ir pra casa e voltar, que não tenho nada então não posso reclamar. No dia que ela disse isso pra mim acabou (LARA, 2018).

Um sentimento típico da escravidão fazia parte desta relação. Após a negação do aumento do salário Lara passou a trabalhar o segundo turno em outra residência a desgosto de sua patroa. A mesma não concordava pois Lara era sua funcionária e não podia trabalhar pra outra pessoa, pois não daria conta de atendê-la bem. Como mencionado o fato se agrava com o adoecimento da doméstica complicado por uma pneumonia devido à demora pra ir ao médico e ao repouso necessário.

“Ela não me liberava do serviço porque dizia que eu estava daquele jeito porque fui arrumar outro serviço, que era pra largar o outro e voltar pra ela. Que eu estava trabalhando demais que não tinha como dar certo” (LARA, 2018).

O sentimento de posse sobre a vida da funcionária ficou claro quando ela pediu demissão e a patroa ficou indignada dizendo que ela não poderia fazer isso. Que iria contar para seus tios o que ela estava fazendo, que isso era um absurdo. Se recusou a dar referências para o novo serviço e chegou a negar que Lara havia trabalhado em sua residência.

Quando eu fui dar entrevista para Kely (nova patroa) eu dei o número da filha dessa patroa e ela respondeu que não podia dar informação sobre mim porque eu não trabalhava pra ela. Ela mentiu, mesmo Kely insistindo. Se fosse outra pessoa tinha desistido de mim, achando que eu era doida. Ela ficou indignada quando eu pedi conta. Depois que sai de lá já passaram dez empregadas ninguém para lá. Só eu pra aguentar aquilo (LARA, 2018).

O fato de a patroa ameaçar Lara alegando contar para seus tios mostra o poder da figura masculina sobre o corpo e as decisões das mulheres ainda no presente século.

As demais empregadas vieram de famílias pauperizadas. Em sua maioria filhas de trabalhadores do campo especializados no corte de cana ou na produção de abacaxi. A tabela 05 enumera as profissões dos responsáveis pela criação destas mulheres, seu primeiro emprego e a idade de inserção no mercado de trabalho. Mostrando claramente o que Souza (2017) relata sobre como as classes pauperizadas tendem a criar filhos que por assimilação iriam se inserir em profissões semelhantes à de seus pais. Vale ressaltar que elas consideram a saída do campo como um avanço social devido ao salário certo que o serviço doméstico agrega ao final do mês em comparação as incertezas das colheitas.

1.2- A evolução da legislação trabalhista sobre o emprego doméstico

Devido aos seu caráter não-capitalista, improdutivo – mesmo remunerado e indiretamente produtivo –, e principalmente por ser gerado e consumido dentro do âmbito doméstico e pago com renda pessoal o trabalho doméstico não foi legislado como as demais atividades profissionais. Segundo Saffioti (1979), nas formações sociais capitalistas o modo de produção capitalista coexiste com formas não-capitalistas de trabalho. E não é interesse do capitalismo eliminar essas formas não-capitalistas de atividade econômica, pois são úteis ao sistema capitalista. Como é o caso do trabalho doméstica ainda que remunerado.

Entre diversas justificativas para o atraso na legislação de direitos trabalhistas havia o fato de não ser feito dentro de fábricas, comércios ou mesmo lugares públicos o que dificultaria a fiscalização e ao fato de ser pago com renda pessoal ou familiar o que tornaria os direitos como das outras profissões caros e inviáveis aos orçamentos familiares. Garantir salário mínimo, férias, FGTS, seguro desemprego era considerado oneroso demais as famílias e acreditava-se que elevar os direitos das domésticas encareceria o serviço ao ponto de torná-lo inviável. Desta forma, tornar obrigatório os benefícios fariam esse serviço se restringir a poucas famílias mais abastardas fazendo com que muitas perdessem seus empregos. Discurso esse promovida pela elite e pela classe média, que são a parcela da população que ocupa os cargos

destinados a função de legislar na sociedade brasileira. Essa crença se mantém no imaginário de inúmeras domésticas ainda nos dias de hoje e somado a dificuldade de fiscalização faz com que muitas aceitem abrir mão dos atuais direitos conquistados.

O trabalho doméstico persistiu nos mais diversos sistemas de produção, mas só no modo de produção capitalista passou a ser uma ocupação profissional. Apesar das mudanças e adaptações deste serviço ao longo da história seu caráter eminentemente feminino e desprivilegiado se manteve. No sistema capitalista o serviço doméstico mesmo o não remunerado, era uma atividade que contribuía para a lógica em questão. Pois, este possibilitava que os demais membros da família pudessem se dedicar ao trabalho na certeza que a figura feminina proporcionaria as necessidades familiares relativas ao lar. Todavia, no Brasil devido ao passado escravocrata presente até poucos séculos atrás, o serviço doméstico conserva uma imagem de mera serventia e não de profissão.

Além do problema da visão de serventia e inferioridade desta função fruto da escravidão há o problema de seu exercício se concentrar nas mãos de mulheres, que ainda no século XXI lutam por direitos, sendo um deles a igualdade de condições no mundo do trabalho. Como consequência do caráter feminino tal profissão se manteve por muito tempo sem legislação específica no país e ora foi romantizada ora naturalizada.

Como resultado desses elementos o trabalho doméstico foi tardiamente regulamentado e seus direitos trabalhistas estiveram até pouco tempo aquém dos demais empregos urbanos e rurais. Atualmente a profissão de doméstica regulada pela lei complementar 150 de 2015 se equipara aos direitos dos demais empregados urbanos e rurais no Brasil. Entretanto, a baixa escolaridade e o perfil social vulnerável dos ocupantes desse cargo fazem com que muitos trabalhem na informalidade ficando sem seus direitos legais. O medo de não conseguir o serviço e de não ter qualificação para outro somado a necessidade de sustentar a família fazem com que as domésticas abram mão de seus valiosos e recentes direitos.

A primeira forma de regulamentação do trabalho doméstico no Brasil foi o Código de Posturas do município de São Paulo no ano de 1886, segundo Bocafoli da Silva (2013). Esse código não era uma regulamentação de relação de trabalho, mas sim uma forma de controle da trabalhadora. Garantia, pois, aviso prévio de cinco dias para o patrão e de oito para a empregada. E a demissão por justa causa podia ser feita por desobediência ou até mesmo doença.

Já para Buesso da Silva (2015), o Código Civil Português de 1866 foi o primeiro a se referir aos serviços domésticos no Brasil. Este conteve a primeira norma acerca do trabalho doméstico brasileiro. Entretanto, não retirou dos senhores a autoridade sobre seus empregados.

A lei marcava um fortalecimento desta ordem pública, mas resguardava a inviolabilidade da ordem privada.

Porém foi só com o Código Civil de 1º janeiro de 1916 que esse serviço passou a ser legitimado juridicamente através de pagamento. Em 1941 durante o governo de Getúlio Vargas tentou-se criar uma legislação específica para as trabalhadoras domésticas por meio do Decreto-Lei nº 3.078, entretanto, para sua real vigência era necessário a regulamentação em 90 dias, o que não ocorreu.

Ainda durante o governo Vargas esse grupo social assistiu à criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que garantia inúmeros direitos aos trabalhadores, mas que excluía as trabalhadoras domésticas desta conquista trabalhista em seu artigo 7º, alínea “a”:

Art. 7º - Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas (BRASIL, 1943).

Somente no período militar com o governo Médici as trabalhadoras domésticas passaram a ter leis específicas. A Lei nº 5.859 de 11 de dezembro de 1972 foi a responsável por definir e legislar o trabalho doméstico. E em seu primeiro parágrafo definia o trabalho doméstico como aquele “que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”. E o segundo, enumerava os requisitos para admissão ao emprego “I - Carteira de Trabalho e Previdência Social; II - Atestado de boa conduta; III - Atestado de saúde, a critério do empregador. A moralidade envolta deste serviço se fazia expressa pela obrigatoriedade de atestado de boa conduta para trabalhar como doméstica.

Apesar de deixar muitas lacunas a Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas quanto aos direitos das trabalhadoras domésticas. Assegurando a categoria direito ao salário mínimo, à irredutibilidade salarial, ao 13º salário, ao repouso semanal remunerado, às férias com acréscimo de um terço do salário, à licença maternidade de 120 dias, à licença paternidade, ao aviso prévio, à aposentadoria, bem como sua integração à previdência social (BRASIL, 1998).

Já em 2001 a Lei 10.208 possibilitou a inclusão da trabalhadora doméstica no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, porém, a Lei facultou ao empregador a decisão de inclusão ou não do benefício; o que caso fosse descontado o referente ao FGTS do salário do empregado garantiria o direito ao seguro desemprego em caso de demissão sem justa causa (BRASIL, 2001).

Com a Lei 11.324 de 2006, a categoria passou a ter estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Garantindo em caso de demissão neste período sem justa causa indenização substitutiva. Devendo ser pago o período de quatro meses de salário, denominado de indenização substitutiva do salário-maternidade, e mais um mês de salário em face da estabilidade prevista. Todavia, não há estabilidade se esta estiver em contrato provisório ou cumprindo aviso prévio. Outra conquista foi o direito a férias anuais de 30 dias e não mais de 20 dias. Com a conquista das férias igualada a dos demais trabalhadores o Brasil ratificou a Convenção 132 da Organização Internacional do Trabalho¹⁸. Além de ter incluído a categoria no direito ao gozo dos feriados civis e religiosos sem prejuízo de remuneração (Jusbrasil, 2010).

A convenção 182¹⁹ da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1999, que abordava as piores formas de trabalho infantil considerando uma delas o trabalho doméstico, contribuiu para a criação do decreto nº 6.481, de 2008. Esse decreto proibiu o trabalho doméstico para menores de dezoito anos. Corroborando assim com a Convenção 182 que foi ratificada pelo Brasil em 2000.

As estatísticas mostraram a repercussão deste Decreto uma vez que o total de crianças de 10 a 15 anos em 2001 era de 206.566 e passou para 51.080 em 2015 e entre as adolescentes de 16 a 17 anos o número caiu de 258.280 para 87.115, apesar do aumento de 145.656 trabalhadoras nesse intervalo de tempo.

A atual legislação referente ao emprego doméstico garante os seguintes direitos: Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social; salário-mínimo ou piso salarial estadual, fixado em lei; jornada de trabalho não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais; seguro contra acidentes de trabalho; irredutibilidade do salário; horas extras com no mínimo 50% de acréscimo sobre o valor da hora normal; adicional noturno equivalente 20% do valor da hora normal; décimo terceiro salário; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; férias vencidas, acrescidas de 1/3 constitucional; férias proporcionais, acrescidas de 1/3 constitucional; férias em dobro, quando concedidas ou pagas fora do prazo; salário-família; vale transporte, nos termos da lei; e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço equivalente a 8% da remuneração do empregado. Sendo os principais avanços: a limitação de jornada de trabalho, os 20% a mais nas horas extras e o adicional noturno que anteriormente não existia (BRASIL, 2015).

¹⁸ Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Férias Anuais Remuneradas (revista em 1970), concluída em Genebra, em 24 de junho de 1970.

¹⁹ Convenção sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação

Referente a legislação atual mais uma vez a OIT foi importante para pressionar tal conquista. Visto que em junho de 2011 durante a 100ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, foi criado um capítulo dedicado as trabalhadoras domésticas ao qual reivindicava direitos trabalhistas equivalentes aos das demais categorias profissionais. O Brasil como membro dessa reunião precisou ajustar sua legislação as exigências da OIT.

Entretanto, não se pode negar as contribuições interna. Como a fundação da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) que é uma associação formada por 26 sindicatos e mais uma associação. Ela representa uma categoria formada por, aproximadamente, 7,2 milhões de pessoas no Brasil com entidades filiadas em 15 estados brasileiros. Onde sua principal pauta desde a fundação é a conquista de direitos trabalhistas legais (FENATRAD, 2010):

Essa união entre as entidades é chamada de “organização de classe”. Essa organização é importante para que as mulheres e homens que desenvolvem trabalho doméstico tenham os mesmos direitos que outros trabalhadores: carteira assinada, férias remuneradas, FGTS, dentre outros (FENATRAD, 2010).

Um marco na luta pelos direitos do trabalho doméstico foi a fundação em 1936 de uma associação de trabalhadoras domésticas localizada em São Paulo. A mentora desta criação foi a doméstica Laudelina Campos de Melo. Os avanços como os direitos conquistados alimentaram o desejo de mais conquistas. Em 1985 foi realizado em Recife um encontro onde as trabalhadoras domésticas decidiram criar um Conselho Nacional para reunir todos os sindicatos e associações que estavam batalhando pela mesma causa. Neste momento o trabalho doméstico ainda não era reconhecido como categoria profissional (FENATRAD, 2010).

O conselho foi então criado em 1985 com o nome Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas (CNTD) e em 1988 ganha mais força ao filiar-se, durante o I Congresso Latino Americano e Caribenho, a Confederação Latino Americana e Caribenha de trabalhadoras Domésticas (CONLACTRAHO).

Anteriormente, as mulheres eram vistas apenas como figura materna. As políticas eram voltadas para a amamentação e os cuidados com as crianças e com o lar. Com a luta das mulheres por seus direitos, por participação política e social e principalmente com a abertura dada pelos governos pós-ditadura, estas começaram a se inserir nos diversos espaços agora como sujeitos políticos (PINTO, 2006 p. 5).

Segundo Souza (2006), as dificuldades de implementação e efetivação de políticas públicas que minorem as desigualdades sociais e garanta direitos aos grupos desprivilegiados – como as empregadas domésticas – é comum aos países recém democratizados, em especial os da América Latina. Pois esses ainda não conseguiram formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar

o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. Desta forma, é de extrema importância que as mulheres domésticas se articulem para formar grupos de coalizões com representatividade no campo político e militante.

Segundo Tait (2010), a partir de 1980 a expressão “políticas públicas para as mulheres” começou a ser utilizada oriunda de processos reivindicatórios de grupos organizados como os sindicais e os feministas. Com discussões que envolviam questões como a desvalorização salarial das mulheres, a violência doméstica e no local de trabalho, a falta de infraestrutura para as trabalhadoras gestantes dentre outras.

Ainda que no papel os direitos das trabalhadoras domésticas tenham avançado sua efetivação real se fez pouco presente. A persistência da usurpação de direitos apesar dos avanços na legislação do trabalho doméstico se faz em virtude da dificuldade de fiscalizar o trabalho uma vez que este se faz dentro do âmbito doméstico e não em fábricas ou empresas como as demais profissões.

De acordo com Eliete Ferreira da Silva, coordenadora geral do Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Campinas e Região, segunda associação da categoria criada no país, os empregadores domésticos vêm encontrando formas de driblar a lei. Mesmo que as trabalhadoras tenham jornada de 8 horas semanal, muitos empregadores não fazem o registro em carteira. E mesmo com registro, eles sonegam determinados direitos, como pagar só uma parcela do 13º, dispensar sem justa causa, denunciou (SALMAZIO, 2018).

A dificuldade de efetivação dos direitos se mostrou presente na fala das entrevistadas como supracitado nos casos das domésticas Sara e Lara que não tiveram seus direitos respeitados ainda que possuíssem Carteira de Trabalho assinada ou nos casos de Elielsa e Fabiana que apesar de trabalharem seis dias na semana não possuem registro em Carteira de Trabalho.

Capítulo 2- GÊNERO, PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL E CLASSE SOCIAL

A situação vivida e as dificuldades encontradas pelas trabalhadoras domésticas devem ser entendidas no bojo da interseccionalidade e da consubstancialidade, ou seja, indissociada das interações de gênero, pertencimento étnico-racial e classe social. Não é a condição isolada de proletariado que garante a manutenção de seus baixos salários, sua opressão e discriminação em local de trabalho, sua vivência segregada nas cidades, entre outros diversos problemas enfrentados pelo grupo socioprofissional supracitado. Além de indissociáveis tais elementos de análise não são hierarquizados.

Nessa perspectiva, a ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna mais complexa a noção mesma de conhecimento situado, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas (HIRATA, 2018, p. 01).

Segundo Silva e Almeida (2017), as relações consubstanciais são construções sociais e se configuram de forma distinta dependendo do contexto histórico em que são construídas. São, então, capazes de atenuar ou alimentar, recriando ou promovendo a manutenção e a reprodução das relações capitalistas e das suas desigualdades. A ação simultânea de gênero, classe e pertencimento étnico-racial que paira sobre o grupo socioprofissional pesquisado são capazes de limitar e condicionar a ação destas mulheres na sociedade em que vivem. São, pois, fatores determinantes na vivência urbana, no sucesso no mercado de trabalho e no êxito escolar. Segunda Hirata (2018, p. 24), a “interseccionalidade pode ser vista como uma das formas de combate às opressões múltiplas e imbricadas e, portanto, como instrumento de luta política”.

“A consubstancialidade é o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca”. Entretanto, o fato de as relações sociais formarem um sistema não exclui a existência de contradições entre elas (KERGOT, 2010, p. 100).

Kergoat (2010) afirma que as relações sociais são consubstanciais e coextensivas. Além de serem relações de produção na qual perpassam exploração, dominação e opressão. Desta forma, ao analisar as relações sociais de classe, gênero e pertencimento étnico-racial se percebe que elas se desenvolvem, se reproduzem e se co-produzem mutuamente.

Essa análise vai contra a ideia de que, por exemplo, as relações de classe se inscrevem unicamente na instância econômica, e as relações patriarcais, unicamente na instância ideológica. Cada um desses sistemas possui suas próprias instâncias, que exploram economicamente, dominam e oprimem (KERGOT, 2010, p. 99).

A ideologia patriarcal e o passado escravocrata funcionam como poderes que primeiro oprimem e aprisionam essas mulheres no imaginário e depois se solidificam através dos postos de trabalho que ocupam e do papel que elas desempenham em suas casas.

Segundo Saffioti (1979, p. 28), a ideologia patriarcal é um dos fatores responsáveis pelas mulheres aceitarem empregos mal remunerados. Sendo que, o trabalho doméstico não é mal remunerado por ser feminino, ao contrário é feminino exatamente por ser mal remunerado. As mulheres tendem a ocupar os empregos que os homens consideram desvalorizados, pois, entende-se que “o salário feminino pode ser inferior ao do homem na medida em que é considerado complementar, como deve ser inferior a fim de manter a superioridade masculina no lar”.

A ideia de complementariedade enraizada tanto no pensamento feminino quanto masculino apareceram nas entrevistas quando de forma rápida e sem pensar muito todas as domésticas que viviam com algum companheiro respondiam que eles eram o responsável pelo maior sustento da casa. Contudo, elas anteriormente relataram que todo seu salário era comprometido nos gastos domésticos e que a renda do seu marido era igual ou até inferior à sua. Desta forma, a ideia de sustento da casa está apenas no imaginário delas uma vez que participam na mesma proporção dos gastos familiares.

Segundo Hirata (2018), vivemos em um capitalismo patriarcal e as mulheres ocupam a periferia deste sistema, ou seja, ocupam empregos considerados periféricos ao sistema produtivo como o trabalho doméstico. Desta forma, a classe operária – a qual a doméstica faz parte – deve ser analisada levando em conta dois grupos distintos separados pelo sexo. Seria essa uma visão feminina materialista na qual critica aspectos do marxismo por negligenciar a distinção de gênero dentro das classes sociais. A ótica Marxista não permite apreender o lugar das mulheres na produção e na reprodução social.

O feminismo materialista se interessa pelas relações de poder, pelas relações de exploração, opressão, dominação entre homens e mulheres e é, ao mesmo tempo, uma teoria e uma prática. Teorias feministas e movimentos feministas enquanto movimentos sociais são indissociáveis (HIRATA, 2018, p. 14).

Para o feminismo materialista o trabalho é central em sua materialidade e enquanto prática social. A divisão sexual do trabalho profissional e do trabalho doméstico subjacente à divisão sexual do poder e do saber também é central para essa corrente do feminismo materialista (HIRATA, 2018, p. 15).

Na esfera do trabalho a mulher percebe sua segregação por meio da desigualdade de acesso e salários. Segundo Hirata (2018, p. 19):

Um indício de desigualdade está na segregação horizontal e vertical: as mulheres não têm acesso às mesmas profissões que os homens, estão limitadas a um número restrito de atividades [...] e têm poucas perspectivas de promoção (o fenômeno do glass ceiling, o teto de vidro) e a polarização do emprego feminino.

As empregadas domésticas compõem um dos grupos que possuem as características socioeconômica mais desprivilegiadas (gênero, classe social e pertencimento étnico-racial) e desta forma, é umas das categoria socioprofissional que mais sofre com as várias dimensões da segregação socioespacial. Além de sofrerem discriminação em seus postos de trabalho.

Segundo KERGOT (2010), o imbricamento, o dinamismo e a co-produção das relações sociais de classe, gênero e pertencimento étnico-racial podem ser encontrados de maneira paradigmática no trabalho de care, em especial no trabalho doméstico. As domésticas remuneradas são uma nova classe servil – classe operária não-industrial – e as patroas configura uma relação feminina de classes opostas pela primeira vez não mediada por homens. “Trata-se da aparição de novas formas de relação de classe com a aparição e o desenvolvimento de uma nova classe trabalhadora, não industrial, fortemente feminina e feminizada”.

Ainda segundo a autora, a evolução das relações sociais de “raça”²⁰ ocorreu por meio da naturalização das qualidades que foram atribuídas como próprias das etnias afrodescendentes (no caso do Brasil e dos imigrantes estrangeiros em geral nos países europeus e nos EUA) como o cuidado dos membros da casa e os afazeres domésticos. Atividades comuns a população negra feminina no período escravocrata.

2.1- Emprego doméstico: uma profissão que tem gênero e classe social

A invisibilidade do trabalho das empregadas domésticos e toda desvalorização e discriminação que isso gera é reflexo da condição de mulher. Segundo Alambert (1986, p. 01),

Há milênios a mulher foi e continua sendo um dos mais humilhado e oprimido entre todos os desprivilegiados. É lógico que, à medida que as sociedades mudaram as formas discriminatórias contra a mulher também se transformaram. Tornaram-se refinadas, sofisticadas, mas nem por isso menos inadmissíveis do que na época da pedra lascada.

Bocafoli da Silva (2013) relata que as atividades domésticas se mantiveram ligadas a figura feminina em diferentes tempos e civilizações. Nem mesmo as figuras religiosas como os curas e párocos privaram-se das mulheres nos cuidados das suas casas. A desvalorização e

²⁰ Termo utilizado pela autora

invisibilidade do trabalho doméstico se justificou por muito tempo por ser considerada uma extensão das atividades naturais das mulheres.

Segundo Hirata (2018, p. 18),

quanto à divisão sexual do trabalho doméstico: se indicamos desigualdades gritantes no que diz respeito ao trabalho profissional, pior ainda parecem ser as desigualdades no âmbito do trabalho doméstico: o que é atribuído a um e a outro sexo é um fator imediato de desigualdade e de discriminação. A atribuição do trabalho doméstico às mulheres permaneceu intacto em todas as regiões do mundo, com diferenças de grau na sua realização, dos modelos tradicionais aos modelos de delegação.

No passado o palco dominante das formas não capitalistas de produção era a agricultura. Atualmente no que tange as mulheres esse *lôcus* passou a ser a economia urbana, especificamente as atividades terciárias (SAFFIOTI, 1979). O serviço doméstico ocupa o baixo terciário do setor econômico e como toda atividade do baixo terciário auferir renda baixíssima. Apesar do fato das empregadas domésticas terem grande importância para vida de relações na sociedade brasileira, considerando que grande parte delas sustenta suas próprias famílias – mesmo com os reduzidos rendimentos que recebem –, também cuidam das famílias das casas onde trabalham e geram uma economia urbana (movimentam o pequeno comércio e o setor de serviços), muito negligenciada pelas estatísticas.

Ainda que o assalariamento do trabalho feminino tenha surgido com o capitalismo essa atividade não está organizada em moldes capitalistas. Pois,

Tais trabalhadoras não estão subordinadas diretamente ao capital, mas são remuneradas com renda pessoal. Os mesmos serviços domésticos realizados em bares, restaurantes, hotéis, incluem-se no setor capitalista da economia, subordinando seus agentes diretamente ao capital. Essa diferença é crucial para caracterizar as atividades das empregadas domésticas como não-capitalistas, ainda que tenham sido engendradas pelo capitalismo, mesmo que haja um contrato de trabalho, verbal ou escrito, as empregadas domésticas executam tarefas cujo produto, bens e serviços, é consumido diretamente pela família empregadora, não circulando no mercado para efeito de troca e com o objetivo de lucro. Não se mobiliza capital para este tipo de emprego; mobiliza-se renda pessoal ou dinheiro gasto como renda (SAFFIOTI, 1979, p. 31).

Tal atividade mesmo a remunerada é considerada improdutiva. Isso porque, segundo Marx (1974, p. 217), “Dentro do sistema de produção capitalista, trabalho produtivo é, pois, aquele que produz mais-valia para seu patrão, o trabalho que transforma as condições objetivas em capital e o proprietário delas em capitalistas, o trabalho que produz como capital seu próprio produto” e como o serviço doméstico não produz mais-valia aos moldes marxistas tradicionais não pode ser considerado trabalho produtivo.

Todavia, sua integração ao sistema capitalista é inquestionável uma vez que “essas trabalhadoras desempenham tarefa necessária à reprodução ampliada do capital” permitindo ao mesmo alcançar uma taxa mais acelerada de acumulação. (SAFFIOTI, 1979, p. 26)

Saffioti (1979) destaca alguns autores que falam sobre o caráter (in)produtivo como: Benston (1969) que argumenta que o fato do trabalho doméstico produzir apenas valor de uso agravado pelo seu consumo e produção se dar na esfera doméstica garante seu caráter improdutivo. Seacombe (1973) não reconhece nem indiretamente o caráter produtivo desse trabalho e de forma muito semelhante a Benston chega a essa conclusão pela incapacidade deste trabalho produzir mais-valor. Já Larguia e Dumoulin (1972) consideram que indiretamente o trabalho doméstico produz mais-valor, discordando dos outros dois autores e da própria Saffioti. Consideram indiretamente produtiva, uma vez, que é graças ao seu trabalho dentro dos lares que o proletariado está completamente livre para produzir o mais-valor, sendo assim os trabalhos no lar são transferidos para criação do mais-valor através da força de trabalho assalariada. Para Saffioti ainda que não-capitalista e improdutivo o trabalho doméstico é responsável diretamente pela produção e reprodução da força de trabalho tão necessário a todo processo produtivo e improdutivo do capital.

Nesta pesquisa reconhecemos o caráter indiretamente produtivo do serviço doméstico, seja ele, remunerado ou não. Afinal, pudemos constatar que é graças ao trabalho das domésticas que todos os membros da casa, a qual ela trabalha, podem se dedicar exclusivamente ao trabalho produtivo, inclusive as mulheres. Seus patrões dedicam-se ao trabalho remunerado externo ao lar com a certeza que as demandas do lar e de seus filhos serão supridas pela doméstica contratada. Assim como os membros da casa mais jovem estão livres para se dedicar ao estudo ou capacitação para depois ocupar os melhores postos no mercado de trabalho. Garantindo assim a manutenção de mão de obra qualificada e produtiva.

Com a passagem do sistema escravista para o capitalista “houve uma marginalização bastante acentuada da mulher em relação à esfera pública (por oposição à privada) da economia”. Fazendo com que a esfera privada se constituísse como campo por excelência de atuação feminina (SAFFIOTI, 1979, p. 09).

A matriarca da família, então, encarregou-se dos cuidados privados de todos os membros da casa para que estes estivessem livres para inserção completa no sistema capitalista de assalariamento. Ainda que o serviço doméstico não gerasse valor monetário diretamente, indiretamente era o responsável por liberar os outros membros para se dedicar apenas aos serviços remunerados externos ao lar.

“Nessa medida, as atividades domésticas, sejam elas desempenhadas gratuitamente ou mediante o pagamento de um salário, contribuem para a produção de uma mercadoria especial - a força de trabalho – absolutamente indispensável à reprodução do capital” (SAFFIOTI, 1979, p. 41).

Contudo, mesmo garantidor de benefícios a todos, o serviço doméstico e o zelo com o lar nunca foram reconhecidos. Não houve reconhecimentos quanto aos benéficos que todos auferem por ele, nem tão pouco era visto como um trabalho denso e cansativo. A mulher presa ao lar pelas tarefas intermináveis e dependente do marido financeiramente, enquanto se manteve apenas cuidando do lar, foi colocada como sustentada pelos homens da casa e nunca vista como detentora de direito de parte dos salários que recebiam. Ainda que seja, “somente com estas horas de trabalho invisível que o proletariado pode produzir mais-valia na economia. Pode-se dizer, portanto, que o trabalho das mulheres no lar é transferido para a criação de mais-valia através da força de trabalho assalariada [...] na medida em que poupa a força de trabalho diariamente subjugada pelo capital (LARGUIA²¹ 1972 *apud* SAFFIOTI, 1979, p. 37).

A submissão e a falta de direitos que se dedicar apenas ao trabalho doméstico gerava fez com que a mulher de classe média e alta buscasse romper a limitação da casa e se inserisse no mercado de trabalho. Isso porque as mulheres das classes pauperizadas, de certa forma, sempre precisaram desempenhar dupla jornada para garantir o sustento do lar.

Entretanto, a tarefa doméstica tão importante para a manutenção dessa estrutura familiar, não passa a ser dividida por todos os membros da família, passa a ser realizada por alguém externo a família. A figura da mãe na maioria dos lares deixa de ser encarregada apenas pelos cuidados com este e com a família. Contudo, a figura que substitui essa função continua a ser feminina. Esse posto é ocupado pela empregada doméstica que deixa seu lar a cuidados de familiares ou de uma rede de cooperação na vizinhança para cuidar dos lares das classes médias e altas em troca de um salário baixo e de relações de trabalho marcadas pelo conflito de classe.

Segundo Calió (1992), a combinação patriarcado/capitalismo (combinação que faz com que tanto classe social como gênero sejam fatores limitantes ou emancipadores na sociedade e não apenas um ou outro) é um verdadeiro sistema social de dominação sendo assim é de extrema importância contestar posições que apresentam os dois sistemas como independentes: de um

²¹ LARGUIA, Isabel e John dumoulin. Toward a Science of Womens's Liberation, in Political Affairs, junho de 1972

lado, o patriarcado como sistema de dominação político-ideológica e, de outro, o capitalismo como sistema de dominação econômica.

Ainda segundo a autora:

O espaço-tempo urbano, dividido pela separação objetiva do trabalho e subjetiva da casa, explica a diferença de comportamentos e atitudes entre os sexos. Espaços inversos e hierarquizados, onde a mulher encontra seu "orientamento" no interior da casa e o homem, virando as costas à casa, procura seu "orientamento" no mundo. A questão do patriarcado - convivendo simbioticamente com a dinâmica capitalista - vem enriquecer a compreensão sobre o mundo urbano, opondo cada vez mais trabalho-feminino/trabalho-masculino, trabalho-dentro/trabalho-fora, vida pública/vida privada e, conseqüentemente, espaços-tempos diferenciados para homens e mulheres. (CALIÓ, 1992, p. 04).

A tarefa doméstica sempre foi colocada como função da mulher que em sua condição feminina teria supostamente as características natas para o cuidado e o zelo necessários a manutenção de um lar. A cultura fez o papel de condicionar as características biológicas a uma posição no sistema produtivo.

O lar palco de conflitos de gênero ao longo de vários sistemas produtivos passa, a partir do momento que se introduz uma relação salarial entre duas classes oposta na pirâmide social, a abrigar também o conflito de classes típico do atual sistema. Essa relação gera uma ambigüidade entre patroas²² e empregadas, entre a posição de dominada/oprimida e dominadora/opressora. A patroa até então dominada como figura feminina dentro de um lar patriarcal passa a subjugar a seus mandos uma outra mulher posta na mesma posição que outrora era atribuída a ela ou a figura que ela representa em um lar na sociedade atual.

Essa relação patroa e empregada é cercada de antagonismos pois enquanto gênero ambas as partes vivenciam as mesmas opressões, porém enquanto classe ignora-se suas condições de igualdade e a figura da patroa se coloca como opressora em muitos casos ao lado do seu opressor enquanto figura feminina. “Mulheres, esposas, enquanto gênero são social e familiarmente subordinadas; enquanto classe, são aliadas dos maridos. Como empregadas domésticas, e empregadoras, enquanto gênero são consideradas de "natureza" social comum; enquanto classe, são antagonistas” (MOTTA, 1992, p. 04). Assim, podemos notar como as categorias gênero e classes sociais refletem as relações sociais, é não apenas uma interseccionalidade geométrica, mas uma consubstancialidade do processo.

O trabalho doméstico remunerado é um trabalho de relações femininas entre duas classes sociais distintas onde a classe social pauperizada, figura da empregada, serve a classe social mais privilegiada, figura da patroa, em um ambiente domiciliar. Essa relação é marcada

²² Referimo-nos as empregadoras domésticas como patroas, pois estamos privilegiando a denominação popular consagrada que melhor exprime a real relação empregador-empregado no âmbito doméstico.

por conflitos inerentes a condição de subserviência imposta as empregadas. Segundo Motta (1992, p. 02), “estabelecem-se relações de obrigação que constituem formas de subordinação e opressão de indivíduos, atenuadas pela prescrição ideológica do dever ou do prazer de servir; porém guardando, latente ou pontualmente explosivos, episódios de conflito”.

Segundo Motta (1995), essa relação empregada-patroa acaba se configurando de forma agressiva e até mesmo competitiva em razão de ciúmes referente a figura feminina dentro do lar capaz de cativar e gerir a casa.

Quanto à competição e agressividade na relação, ela se origina, tão diretamente quanto das relações coletivas de classe, no jogo de dominação/subordinação a nível individual; e se expressa tanto como conflito de classe quanto como competição a nível de gênero social: entre duas mulheres, geralmente de classes sociais-diferentes, por vantagens de ordem econômica, mas também pela (pre)dominância no espaço da casa e pela competência na produção doméstica; às vezes até por alguma gestão na vida afetiva da família (MOTTA, 1985, p. 5).

Essa competição pelo domínio da casa e pela afetividade dos membros da família gerada entre essas duas mulheres foi muito bem relatada no premiado filme brasileiro “Que horas ela volta?”. Lançado em 2015 e dirigido por Anna Muylaert. Nessa trama a figura da patroa em alguns momentos sente que a empregada ganha muito espaço na casa e na vida pessoal do filho e marido, amedrontada e contrariada por isso chega a dizer à empregada que aquela casa ainda é dela, que ela não deve se esquecer disso. O afeto do filho é a principal competição entre as partes. A mulher-mãe dedicada ao trabalho, a carreira ausenta-se em parte da criação do filho e desta forma, o carinho e afeto pela babá criam laços maternos que em muitos casos (como o do filme citado) não é criado pela própria mãe.

A patroa, uma vez que delegou a outra as funções tidas como sua na sociedade patriarcal, exige que está faça as tarefas da casa ao seu gosto, da forma que teoricamente faria se gozasse de tempo para isso. Como pode ser ratificado nas entrevistas, uma vez que, todas as domésticas afirmaram que a matriarca da família foi a responsável por ensinar e determinar como as tarefas seriam feitas. Em alguns casos, a forma habitual das domésticas realizarem os afazeres do lar se chocou com a vontade da patroa.

Essa situação coloca a empregada sempre como incompetente, como alguém que faz tudo errado e a patroa como a figura que está sempre corrigindo e criando conflitos. Mas está é apenas uma forma da mulher-patroa se sentir ainda na condução dos cuidados da casa e da criação dos filhos.

Esses conflitos são naturalizados e chegam a se tornar agressões físicas em muitos casos. A ideologia e as práticas de classes, o papel da mulher imposto pela sociedade e as raízes escravistas criaram todo um consenso na sociedade brasileira de que o serviço doméstico é

inferior as demais profissões e junto a isso aceitou-se e aceita-se formas abusivas de relação patrão-empregada, salários baixos e a perpetuação por muito tempo de uma legislação com direitos muito aquém de outras categorias profissionais. A baixa escolaridade é mais um dos fatores que contribui para que elas aceitem condições degradantes de serviço e para que tenha seus direitos usurpados. E os patrões abraçam o discurso de que estão ajudando esta mulher uma vez que elas não teriam, supostamente, capacidade para atuar em outro campo profissional. Mas, a baixa escolaridade não é o suficiente para a aceitação deste grau de subordinação e maus tratos. A consubstancialidade, como já foi debatido, é o fator preponderante para a garantia da existência e manutenção desse grupo socioprofissional. Segundo Santos (2014, p. 69), “essa cegueira universal é mais que um mistério, condena a existência a ser vivida, a despeito de um de nós. Tornamo-nos joguetes no curso da vida coletiva”.

2.2- Emprego doméstico: uma profissão que "tem cor" e classe social

Segunda Davis (2013, p. 10), “o espaço que o trabalho ocupou na vida das mulheres negras, segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravatura”. Oriundas de realidades desprivilegiadas, com baixa instrução as mulheres negras no Brasil acabam seguindo a profissões de suas mães e estas seguiram de seus ancestrais. Desta forma, permanecem ocupando em contingente expressivo os serviços domésticos prestados, em sua maioria, a famílias brancas. Quadro este não muito distante da posição delas no período escravocrata.

Ainda segundo a autora, “Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspeto da existência feminina. Parece assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sob a escravatura começa com a apreciação do papel de trabalhadoras” (DAVIS, 2013, p. 10).

Para Souza (2017, p. 47) a inserção do negro no mercado de trabalho se limitou aquilo que já fazia antes, pois este foi jogado dentro de uma ordem social competitiva, que ele não conhecia e não havia sido preparado. No caso das mulheres, a servir a família branca.

E como um efeito acumulativo agravava-se a isso o fato de:

Os filhos dos trabalhadores precários, sem os mesmos estímulos ao espírito e que brincam com o carrinho de mão do pai servente de pedreiro, aprendem a ser afetivamente, pela identificação com quem se ama, trabalhadores manuais desqualificados. A dificuldade na escola é muito maior pela falta de exemplos em casa, condenando essa classe ao fracasso escolar e mais tarde ao fracasso profissional no mercado de trabalho competitivo.

Como somos formados, como seres humanos, pela imitação e incorporação pré-reflexiva e inconsciente daqueles que amamos e que cuidam de nós, ou seja, os nossos pais ou quem exerça as mesmas funções, a classe e seus privilégios ou carências são reproduzidos a cada geração. (SOUZA, 2017, p. 54)

A profissão de doméstica ainda no século XXI mantém traços parecidos com o papel da mulher negra escrava que servia a casa grande no período escravocrata do Brasil. Segundo Davis (2003, p. 11), “a típica mulher escrava era serva de casa - cozinheira, criada ou mãe das crianças da “casa grande”. As mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres”. O pertencimento étnico-racial e o gênero não foram as únicas características que perduraram nesta profissão. O caráter de inferioridade, de submissão, os abusos, agressões e sentimento de posse sobre a trabalhadora são características que permeiam a relação doméstica assalariada.

As inúmeras reportagens sobre condições de trabalho doméstico análogos à escravidão ratificam a similaridade das opressões, maus-tratos e más condições de trabalho, com uma questão fundamental, estamos no século XXI e o funcionamento do mundo se sustenta sob outras bases e produzem novas formas de justificar a submissão. As novas mídias contribuíram significativamente para publicizar as denúncias de maus-tratos e abusos. O exemplo mais expressivo foi a página de Facebook “Eu Empregada Doméstica” junto a hashtag homônima criada em 2016 pela ex doméstica Joyce Fernandes, de 31 anos. A campanha reúne denúncias das profissionais sobre abusos e humilhações cometidas por seus patrões e começou pela denúncia da própria moderadora da página. Em seu último emprego como doméstica no ano de 2009 Joyce se sentiu incomodada com a frase de sua patroa:

"Joyce, você foi contratada pra cozinhar pra minha família e não pra vc. Por favor, traga marmita e um par de talheres e se possível coma antes de nós na mesa da cozinha; não é por nada tá filha, só pra gente manter a ordem da casa" (Eu Empregada Doméstica, 2016).

Além de ser proibida de comer da própria comida a qual cozinhasse ela era proibida de usar os utensílios da casa. E essa não era uma atitude isolada, ela traduzia toda a forma como as domésticas são tratadas na maioria das casas a qual trabalham. A prova disso veio por meio da hashtag mencionada que viralizou e inúmeros relatos similares tomaram conta da página.

Atualmente, ela é professora de história e uma rapper ativista sob o pseudônimo de Preta-Rara. Outra opressão sofrida no âmbito de sua antiga profissão foi em razão do vestibular que faria para então curso de licenciatura em História. Ela relatou que:

"Eu lhe havia pedido para sair mais cedo para poder fazer um curso pré-vestibular. Ela se recusou a me liberar dizendo que meu destino era ser empregada doméstica, como todas as mulheres da minha família" (Barrucho, 2016).

Outro relato desumano publicizado por meio desta página foi de uma senhora de 76 anos que trabalhava a mais de 30 anos para uma família em um edifício de luxo. O elevador de serviço estava com defeito e ela foi obrigada a subir vários lances de escada, pois a proibiram de usar o elevador social junto aos moradores do prédio. Viver a mais de 30 anos cuidando e zelando desta família não fez desta mulher merecedora de usar o mesmo elevador que eles, não foi o suficiente para gerar empatia para poupá-la de tamanho esforço em uma idade já avançada (Eu Empregada Doméstica, 2016).

Já em 2018 outro fato chocou a sociedade ao ser matéria de algumas reportagens de diversos sites e jornais brasileiros. Uma mulher foi denunciada por manter sua empregada doméstica presa, em condições análogas à escravidão, em sua casa no bairro de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro. Segundo a Redação Pragmatismo (2018), os fatos ocorreram entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011 e a identidade da vítima e da denunciada não foi revelada pelo Ministério Público Federal. Os maus tratos a esta doméstica começaram quando a família se mudou de Brasília para o Rio de Janeiro e ela passou a morar no serviço. Utilizando-se do artifício de dívidas adquiridas por um vaso supostamente quebrado pela empregada e móveis usados que ela teria comprado da patroa para, então, impedi-la de deixar o serviço caracterizando assim escravidão por dívida.

Além disso, como forma de castigo/punição, a denunciada privou a vítima de alimentação e de liberdade de locomoção durante sete dias, trancando a porta da cozinha que dava acesso à área de serviço, diz a denúncia do MPF-RJ. A empregada doméstica não tinha direito a almoço nem folga, trabalhava das 7h à meia-noite e era obrigada a se sentar apenas no chão. Segundo a denúncia, a mulher era xingada de suja, e a patroa a proibia de sentar para não ter que passar álcool para limpar as cadeiras (Redação Pragmática, 2018).

Para garantir o silêncio e a permanência da empregada nestas condições ela a ameaçava alegando que com 50 reais mandava dar “uma coça” e com 100 mandava a matar.

Em 2015 uma reportagem do TVJornal no Recife relatou a denúncia de uma jovem doméstica que gravou o assédio sexual sofrido por seu patrão como prova dos constantes abusos que sofria.

No início, ele passava a mão no meu pescoço e a mulher dele dizia que era normal, que ele fazia isso com todo mundo, que era um gesto de brincadeira”, relata Priscila. Ela conta também que o idoso fazia gestos obscenos e lhe oferecia dinheiro para fazer sexo com ele. “Aí, com o passar dos dias, ele começou a passar a mão nas minhas nádegas e a me oferecer dinheiro. (...) Ele mostrava os órgãos (sexuais) para mim, ficava atrás de mim, me oferecendo dinheiro para sair com ele, para fazer sexo oral comigo”, conta (TVJornal, 2015).

Esse foi apenas um arrazoado de situações vivenciadas pelas empregadas domésticas, e que não são meras exceções. As tentativas de regulação da profissão, não conseguiram

efetivamente atacar essas violências e eliminar os abusos. As entrevistas realizadas no âmbito dessa pesquisa, expuseram algumas situações semelhantes.

Júlia relatou em uma das entrevistas a face mais cruel desta profissão: os maus-tratos e o racismo. Seu relato foi referente a patrões anteriores e não aos atuais. Isso se tornou comum entre as falas, elas se sentiam muito mais à vontade ao relatar casos passados de ex-patrões e evitavam falar dos atuais.

Trabalhei em uma casa que quando a irmã da patroa vinha do Rio de Janeiro e ficava lá eu não podia cozinhar e a roupa de cama tinha que ser muito bem passada pela patroa porque eu sou preta. Minha patroa por ser muito boa pedia pra eu fazer a comida e me dava folga o final de semana todo que a irmã estava lá e mentia dizendo que fez a comida ou que contratou alguém clara pra fazer. Eu chorava muito nessa época. Fora em outra casa que eu trabalhei quando nova e tenho até hoje marca de queimadura que as crianças me queimavam, me batiam e me colocavam pra andar pelada na rua. Eu tive muitos maus-tratos em casa de família por isso que eu falo que a melhor patroa que já tive é essa atual mesmo tendo muitos defeitos (JÚLIA, 2018).

Passados 131 anos desde o fim da escravidão negra no Brasil os maus tratos físicos ou psicológicos perduram. O relato de Júlia e a denúncia do MPF-RJ mostram como a atribuição de suja, incompetente e indesejável ainda é atribuída a pessoas negras. Esse é um caso claro de racismo, ato que fere a dignidade e autoestima de quem é alvo. Segundo o dicionário online de língua português Aurélio, racismo é

1- Preconceito e discriminação direcionados a quem possui uma raça ou etnia diferente, geralmente se refere à segregação racial.

[Por Extensão] Comportamento hostil dirigido às pessoas ou aos grupos sociais que pertencem a outras raças e/ou etnias.

2- Reunião dos conceitos que afirma existir uma hierarquia entre etnias e/ou raças.

3- Sistema doutrinário ou político que estabelece a exaltação de uma raça, em detrimento das demais; sistema que afirma a superioridade de um grupo racial relativamente aos outros, preconizando, em particular, o isolamento destes no interior de um país (segregação racial) ou até visando o extermínio de uma minoria: o racismo anti-semita dos nazistas.

Segundo Cerqueira e Moura (2013, p. 02),

Em termos sociológicos, a discriminação geralmente se refere à diferenciação injusta e arbitrária, que tem na sua base a crença de que os indivíduos que pertencem a determinadas categorias ou grupos – como social, racial, político, religioso e sexual, entre outros – têm maior probabilidade de possuir características indesejáveis. O racismo é um caso particular de discriminação em que o indivíduo, por sua cor da pele (ou raça), pode sofrer tratamentos diferenciados, no sentido de ter bloqueadas oportunidades sociais e econômicas, ou simplesmente de ser alvo de segregação (CERQUEIRA, MOURA, 2013, p. 02).

Silveira (2002) destaca que o racismo cria certos estereótipos negativos que afetam a identidade e a autoestima da população negra desde a infância. O fato de Júlia não considerar sua patroa racista e considerar que é bondade dar folga a ela quando a irmã vai a casa mostra a cordialidade da relação que ameniza o conflito e o peso do racismo. Segundo Guimarães (2002,

p. 86), “este comportamento efetivo não seria a ausência de discriminação, mas o fato de esta não ser realçada ou considerada um obstáculo insuperável” para a relação entre ambas.

O prazer em servir ou a feição que se cria pela família a qual serve ameniza os conflitos existentes e até mesmo as agressões físicas e verbais. Durante as entrevistas foi comum a frase, “mas até que a patroa não era ruim não, ela gostava de mim” após um relato de maus tratos ou de abuso de autoridade da patroa. Parte disso ocorre graças ao discurso corrente em nossa cultura de colocar a empregada como alguém “quase” da família, alguém que até recebe presentes no natal, mas que jamais se sentou à mesa junto a família empregadora. A pergunta sobre se já se sentou à mesa com a família do patrão é a elas estranhas por acreditarem ser tão obvio a resposta negativa. Em casos que o patrão convida para se sentar à mesa elas chegam a recusar em virtude da internalização de que aquele não é o espaço delas. Como justificativa a isso elas respondem “é que eu sei qual é o meu lugar, né!”. Mesmo que este não tenha sido colocado pelo patrão como regra, como sentar-se à mesa, não usar o banheiro de dentro da casa, entre outras.

Entre as dez entrevistadas apenas duas se sentavam à mesa com os patrões por insistência deles. Mas ambas relataram se sentir incomodadas com isso e em certo ponto até constrangida. “Eles fazem questão que eu almoce junto deles, mas eu não gosto. Não gosto mesmo. Eu fico sem jeito. Às vezes fico enrolando e fingindo que estou fazendo alguma coisa só pra não me sentar à mesa com eles” (LARA, 2018).

Conforme Sales (2006) A cordialidade que guia as relações raciais brasileiras reflete a estabilidade da desigualdade e da hierarquia raciais. Diminuem, assim, o nível de tensão racial e evitam o conflito físico. “As relações cordiais são fruto de regras de sociabilidade que estabelecem uma reciprocidade assimétrica que, uma vez rompida, justifica a “suspensão” do trato amistoso e a adoção de práticas violentas”.

A despeito dos maus-tratos e dos baixos salários que esse trabalho aufere a grande maioria dessas mulheres são as principais provedoras financeiras do lar, além de ajudar sobrinhos, netos, filhas já casadas, entre outros parentes. Romper com as agressões é colocar em risco o sustento de seus lares.

Letícia (2018) relatou sobre as despesas da casa que:

comprometem todo meu salário quando meu marido não recebe e isso é comum porque ele trabalha de motorista pra prefeitura e você sabe como é, ne!? Não recebe todo mês, tem mês que vem certo tem vez que leva meses pra pagar uma parte. E eu ajudo duas sobrinhas “pidonas”, nunca vi pedir tanto que nem aquelas meninas. Ficam me chamando pra ir ao shopping só pra pedir as coisas

Júlia (2018) – despesa da casa? [risos] é tudo né e eu ainda tenho neto pra ajudar.

Como mulher, como negra, como empregada domésticas essas trabalhadoras aceitaram só ter direitos legislados equiparadas as demais profissões rurais e urbanas em 2015, aceitam receber menos que o salário mínimo (mesmo a legislação não permitindo), aceitam abrir mão da carteira de trabalho para conseguir a vaga de emprego, aceitam ouvir e conviver com o preconceito. Como mulher aceitam suas limitações e marginalidade no espaço urbano, aceitam cuidar dos filhos da elite enquanto os seus acabam negligenciados. E no mais a sociedade aceita a forma como são tratadas, o lugar e o desprivilégio que vivem e trabalham. Mais quais as razões para um número tão expressivo de mulheres aceitarem essa realidade?

Segundo Bourdieu (1989, p. 08), esse conformismo e aceitação geral da sociedade é feito por meio do poder simbólico. Sendo este “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Sendo o Estado o legitimador deste poder. Ainda segundo o autor,

É enquanto instrumento estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição e de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Segundo Poulantzas (1980), o Estado tem um papel essencial nas ideologias dominantes e nas relações ideológicas. É ele quem garante a delimitação-reprodução das classes sociais, e faz isso sem usar exclusivamente repressão física. O principal mecanismo de manutenção das classes sociais e da exploração é por meio da dupla repressão-ideologia.

“O Estado é essa instituição que tem o poder extraordinário de produzir um mundo social ordenado sem necessariamente dar ordens, sem exercer coerção permanente” (BOURDIEU, p. 309, 2014). Desta forma, a dominação sobre o corpo, sobre a força dessas mulheres é feita sem usar a força – em muitos casos. Ela é feita por uma ideologia de classes que norteia as relações humanas em uma sociedade capitalista, é feita por um poder moral exercido por meios dos símbolos e culturas da sociedade ao qual está inserida. Neste caso uma sociedade racista e machista que norteiam a moral e criam os símbolos de dominação.

Como relatado, ainda que, a coerção seja feita pelo poder simbólico esse não é isento de materializar-se em agressões e violências físicas – como exemplificado acima. Ele objetiva-se na realidade, em materialidades e em opressão, inclusive violência real (física) como as diversas reportagens ratificam. Dessa forma, é preciso dizer que essa violência transcende ao poder simbólico e passa à concretude. A manutenção de suas famílias, ou melhor a sobrevivência de suas famílias, estariam comprometidas se não aceitassem trabalhar desta forma, ou seja, o

capital retirou a dignidade dessas mulheres ao sujeitá-las a essa condição e o poder simbólico naturalizou a sujeição e evita (em partes) que elas se rebelem e fazem com que o confronto direto (físico) nem sempre seja necessário.

É em virtude desse poder simbólico que uma fração de classe aceita ser explorada por baixos salários. É por isso que as empregadas domésticas aceitam cuidar das famílias da classe média e da elite, para que estes possam potencializar seus ganhos no mercado de trabalho enquanto pagam salários baixíssimos a essas mulheres. Enquanto, elas estão garantindo os cuidados necessários para o sucesso dos filhos da elite e da classe média no mercado de trabalho os seus filhos estão sendo criados por uma rede de amigos e parentes que não irão cumprir com todas as necessidades de encaminhamento dessa criança na escola e depois no mercado de trabalho. Isso condenará possivelmente seus filhos ao insucesso profissional. É por essa razão que os trabalhos considerados inferiores continuam sendo massivamente ocupados pela população negra.

É isso que tende a acontecer com as filhas destas empregadas domésticas. Por meio da assimilação somado as dificuldades na escola oriundas da falta de suporte familiar elas irão se tornar domésticas assim como as mães, ou ocuparão cargos de baixa escolaridade. Sendo isso o que majoritariamente ocorreu com as empregadas domésticas entrevistadas. A falta de suporte familiar somado a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho condenou suas possibilidades no mercado de trabalho. Afinal, como destaca Santos (2014), os seres humanos ainda que por essência busquem a liberdade, esta busca é diferente porque o grau de entendimento do mundo não é o mesmo para todos. Isso é ainda mais intenso para mulheres negra, que além de pertencerem a classes sociais baixas, ainda possuem a dificuldade inerente a condição de mulher e negra.

Além da classe social, da cor, do grau de escolaridade e do local ao qual nasceu, o outro fator que garante a condição de, nas palavras de Souza (2017, p. 55), “ralé brasileira” a essa fração de classe é o capital cultural. Segundo o autor, o capital cultural é a “incorporação pelo indivíduo de conhecimento útil ou de prestígio, é o outro capital fundamental para as chances de sucesso de qualquer um no mundo moderno”. E esse é mais um dos desprivilegios destas trabalhadoras, ser despossuídas de capital cultural exigidos pela sociedade moderna.

Segundo Bourdieu (1989), a posição de um sujeito na sociedade depende dos campos aos quais ele domina, o campo cultural, o econômico, o político etc. Dominar esses campos requer possuir os poderes do capital econômico, do capital cultural e do capital social ou capital simbólico.

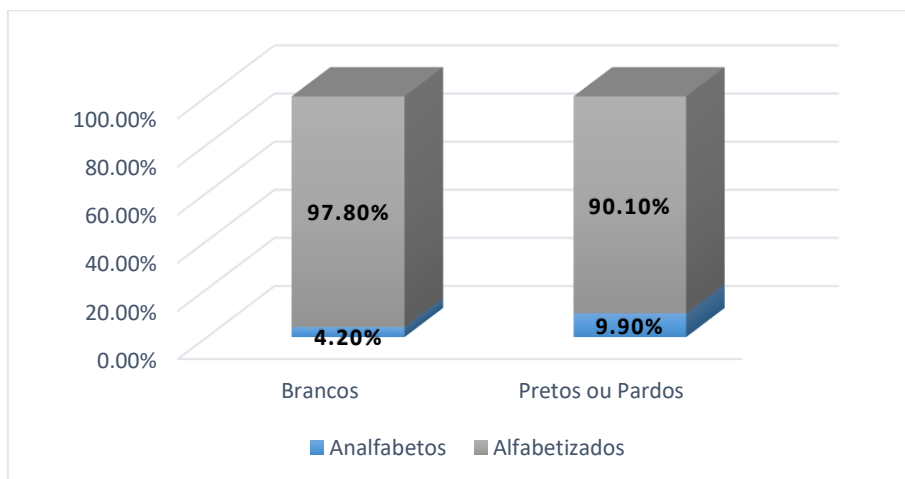
Isso pode explicar a falta de direitos e condições mínimas de vida desse grupo socioprofissional. Seu tempo lhe é roubado desde muito jovem, seu corpo e sua mente passam o dia pensando e executando seu enfadonho serviço doméstico. Enquanto as classes mais afortunadas gozam de momentos de ócio e assim pensam sua própria existência, sua posição e ocupação no mundo. Segundo Souza (2017, p. 58), “É um privilégio muito visível que a classe média possui capital econômico suficiente para comprar o tempo livre de seus filhos só para o estudo. Os filhos das classes populares precisam conciliar estudo e trabalho desde a primeira adolescência, geralmente a partir de 11 ou 12 anos”.

Desta forma, a consciência e a capacidade crítica dessas mulheres não são estimuladas como dos demais privilegiados, não é nato delas a aceitação conformista e a inaptidão a outras funções no mercado de trabalho, são a elas condicionado, imposto essas condições. “Tudo que chamamos de sucesso ou fracasso na vida depende do acesso privilegiado ou não a esses capitais. Daí que todos os indivíduos e classes sociais lutem com tudo que têm para não apenas ter acesso a esses capitais, mas, principalmente, para monopolizá-los” (SOUZA, p. 55 2017).

O negro foi posto em terras brasileiras como um ser de classe inferior e isso legitimou por anos a escravidão. Extinguido o trabalho escravo desde 1888 o negro ainda no século XXI se encontra em posição de inferioridade. Pois ocupam majoritariamente os postos de trabalho considerados inferiores, habitam as periferias precária e estão mais expostos a violência urbana. Além de possuírem menor grau de escolaridade, ganharem menos e estarem mais expostos ao desemprego como destaca os dados a seguir.

Em 2016 enquanto a média de rendimentos da população branca era de 2814 reais a população parda e negra recebiam em média 1606 e 1570 reais respectivamente. Segundo os dados do PNAD apresentados nos gráficos 04, a população negra e parda contava com quase dez por cento de analfabetismo já a população branca esse índice é de apenas 4,20% (Gráfico 04).

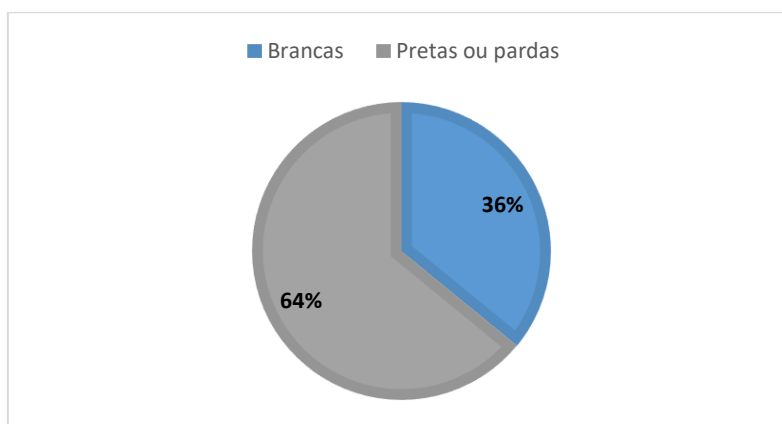
Gráfico 04: Taxa de analfabetismo em 2016



Fonte: PNAD 2016²³; Elaboração: Andreza Rohem Gualberto, 2019

Em parte, isso pode ser explicado por um outro dado divulgado pela mesma instituição. As crianças negras e pardas estão muito mais vulneráveis ao trabalho infantil. Em 2016 de 1835 crianças entre cinco e sete anos que trabalhavam mais da metade eram negras ou pardas como pode ser observado pelo gráfico 05. Logo dedicam-se menos aos estudos e a capacitação profissional.

Gráfico 05: Trabalho infantil entre cinco a sete anos em 2016



Fonte: PNAD 2016²⁴; Elaboração: Andreza Rohem Gualberto, 2019

²³ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>

²⁴ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>

Os dados continuam desfavoráveis para a população negra quando analisamos o índice de desemprego no mesmo ano. Enquanto 9,5% da população branca se encontrava desempregada 13,5% da população preta e 14,5% da população pardas estavam nesta condição.

Esses dados podem ser explicados por uma sequência de fatores que acometeram os negros após abolição. Como, por exemplo, a exclusão do negro da prática política, a marginalização econômica, a estigmatização de vadios e vagabundos etc. Mas principalmente a restrição ao acesso à terra por meio da Lei de Terras de 1850 e a exclusão deles do mercado de trabalho em razão da falácia de inadequação ao trabalho assalariado e de que os imigrantes europeus seriam mais eficientes.

Segundo Campos (2010), o acesso à terra foi legalmente vedado a esse segmento social e até hoje a questão fundiária é tratada como caso de polícia. Sendo assim, boa parte da população negra pertencente as camadas sociais mais empobrecidas sofrem com moradias irregulares, com remoções violentas e habitações precárias e pequenas. Os negros livres foram ainda impedidos de exercer funções tipicamente urbanas, eram acusados de transcrições das mais diversas antes de provada sua culpa. O que até os dias de hoje se reflete no estigma de ladrões, bandidos e assaltantes e na forma truculenta das abordagens policiais. Desde o primeiro momento da República “todos deviam ser tratados igualmente perante a lei, mas, diante da polícia, os negros, por serem negros, tinham menos direitos, inclusive a inviolabilidade do lar” (CAMPOS, 2010, p. 43).

Campos (2010) destaca que o processo de construção espacial ao longo da história não contemplou os grupos denominados de minorias. Sendo os negros uma das minorias destacada por ele. Neste trabalho destacamos também as mulheres como minorias no sentido proposto por Campos. O fazer a cidade e a sua apropriação pertence aos grupos socialmente representativos, enquanto as minorias restam acompanhar as decisões políticas, econômicas e sociais dos grupos dominantes.

Capítulo 3- AS EMPREGADAS DOMÉSTICAS E O ESPAÇO URBANO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

As cidades capitalistas são caracterizadas pelas segregações, tanto social quanto espacial. A fragmentação gerada pela segregação e pela distinção social “dá origem a um mosaico irregular, com áreas de diferentes tamanhos, formas e conteúdo, formadas por distintos processos espaciais e agentes sociais” (VASCONCELOS, 2016, p. 07). Essa fragmentação é acentuada graças ao predomínio de uma “visão imobiliária da cidade, que a impede de enxergá-la como uma totalidade” (SANTOS, 2014, p. 61).

A palavra de ordem para os espaços urbanos “são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade”. As distinções e segregações imprimidas e especializadas nas cidades brasileiras mudaram ao decorrer do tempo. Do XIX até os anos 1940 podemos dizer que todas as classes sociais estavam numa mesma área urbana e o tamanho e o material utilizado nos imóveis eram o que distinguiram as classes na paisagem urbana. Dos anos 40 até os anos 80 com os avanços nos meios de transporte a cidade pode se dispersar, então, a distinção urbana das classes sociais passou a ser a clássica centro-periferia, onde as classes pauperizadas eram empurradas cada vez mais para as periferias e as classes mais altas ocupavam os centros. Recentemente a lógica centro-periferia, ou seja, a distância métrica entre as classes está sendo rompida por outra lógica, a coabitação de classes antagônicas na periferia separadas por muros e tecnologias de segurança. É importante destacar que esses padrões de distinção coexistem e não são integralmente substituídos pelos novos padrões dominantes (CALDEIRAS, 2000, p. 211).

A atual lógica está gerando,

espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de "enclaves fortificados". Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os "marginalizados" e os sem-teto (CALDEIRAS, 2000, p. 211).

Boaventura de Souza Santos (2016, p. 226) argumenta que “o espaço urbano, como espaço socialmente produzido, não pode ser entendido fora da relação modo de produção/modo de reprodução”. Por isso “as contradições do espaço urbano – por exemplo, a discriminação no acesso ao consumo coletivo e a estratificação e segregação habitacionais – são irresolúveis se

separadas das condições de exploração classista no interior do processo produtivo” (SOUZA SANTOS, 2016, p. 215). Por isso essa pesquisa analisa a discriminação no acesso ao consumo coletivo, a mobilidade e a segregação habitacional associada a exploração classista do grupo socioprofissional das empregadas domésticas remuneradas.

Segundo Santos (2014 p. 11), a condição econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, fazendo com que certas noções consagradas, como a rede urbana, mobilidade, o sistema de cidades, não seja válido para a maioria das pessoas – principalmente grupos pauperizados como as empregadas domésticas – “pois o seu acesso efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também do seu lugar geográfico”. As domésticas são desprivilegiadas tanto quanto ao seu lugar socioeconômico – desprivilegiado até mesmo entre o proletariado – quanto em relação ao seu lugar geográfico já que residem na periferia precária.

As empregadoras residem num modelo recente de produção do espaço que são os condomínios horizontais fechados. Segundo Sposito e Góes (2013, p. 07), essas “novas formas de produção do espaço urbano, que contribuem para o processo de fragmentação socioespacial, geram novas práticas espaciais. Estas, por sua vez, alteram os conteúdos dos espaços públicos e as representações que sobre eles se elaborem”.

Moradores de todos os grupos sociais argumentam que constroem muros e mudam seus hábitos a fim de se proteger do crime. Entretanto, os efeitos dessas estratégias de segurança vão muito além da garantia de proteção. **Ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos.** Como poderia a experiência de andar nas ruas não ser transformada se o cenário é formado por altas grades, guardas armados, ruas fechadas e câmeras de vídeo no lugar de jardins, vizinhos conversando, e a possibilidade de espiar cenas familiares através das janelas? A ideia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o ato de passear em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, estão todos comprometidos numa cidade de muros. As pessoas se sentem restringidas em seus movimentos, assustadas e controladas; saem menos à noite; andam menos pelas ruas, e evitam as "zonas proibidas" que só fazem crescer no mapa mental de qualquer morador da cidade, em especial no caso das elites. Os encontros no espaço público se tornam a cada dia mais tensos, até violentos, porque têm como referência os estereótipos e medos das pessoas. Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública (CALDEIRAS 2000, p. 30).

Os padrões de circulação são transformados principalmente para as trabalhadoras dos condomínios. Eles criam estratégias e áreas de circulação de pedestres que não foram projetadas no entorno dos condomínios, além de redefinirem pontos e horários de ônibus por meio da demanda dos seus locais e turnos de trabalho – como pode ser identificado por meio das

entrevistas. Paloma doméstica em uma residência no condomínio Granja Corrientes relatou, ao ser perguntada se o ponto de ônibus fica muito distante do seu local de trabalho, que:

[risos] não é que seja um ponto de ônibus, mas a gente fez a porta do condômino ser um. É muita gente pra descer ali, porque o pessoal da fábrica também desce ali, então agora virou um ponto pra subir e pra descer. De tanto a gente pedir pra parar agora já tá certo que para ali. Mas na hora de ir embora eu prefiro andar um pouco até outro ponto porque o que passa ali na frente é mais raro e demora (PALOMA, 2019).

Uma das áreas de concentração de condomínio que se torna mais afastada das vias de circulação dos ônibus e vans é a área localizada próximo ao shopping Boulevard e a BR 101 e por possuir apenas condomínios fechados se torna uma área deserta em relação a transeuntes, exceto pelas domésticas e demais prestadores de serviços que ali trabalham. Como estratégia para ir e vir dos locais de trabalho até o ponto de ônibus mais próximos elas formam grupos e evitam circular sozinhas. Segundo relato de alguns porteiros e seguranças, algumas contam com uma van que adentra essa área para buscá-las no fim do expediente, mas que há apenas uma.

Esse amplo conjunto de alterações requer e determina transformações nas formas de se articular o espaço e o tempo, tanto na escala da estrutura reticular das redes urbanas, menos hierarquizados do que antes, como no âmbito das cidades, por meio das práticas espaciais reveladas no cotidiano urbano (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 42).

Segundo Vasconcelos (2013, p. 09), a paisagem da cidade vai sendo construída por meio dos investimentos do capital e pelas estratégias de sobrevivência das classes mais empobrecidas e tendem a criar áreas socialmente homogêneas internamente e heterogêneas entre si. Cada área é o ambiente que visa garantir a reprodução do grupo social que abriga. Desta forma, há “uma profunda conexão entre segregação e classes sociais. Assim, fragmentação social e fragmentação espacial são correlatas”.

São diversos os agentes modeladores do espaço urbano que estão separados em dois grandes grupos, os agentes formais e os informais. Os “proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado são esses agentes formais, enquanto os grupos sociais excluídos, os agentes informais” (VASCONCELOS, 2013, p. 10). Os proprietários fundiários e os imobiliários são os responsáveis pela criação dos espaços autossegregados em Campos dos Goytacazes e o Estado o legitimador destas ações; e os agentes informais referente a essas pesquisas são as empregadas domésticas que modelam a periferia por meio de estratégias de sobrevivência enquanto aqueles modelam por meio do capital.

O conflito entre as classes marca o espaço urbano criando espaços com distinções acentuadas em relação a conforto, beleza, equipamento urbanos e de uso coletivo, infraestrutura, entre outros. As trabalhadoras domésticas estão condicionadas – em razão de capital escasso – a área com conforto, equipamentos urbanos e de usos coletivo e infraestrutura

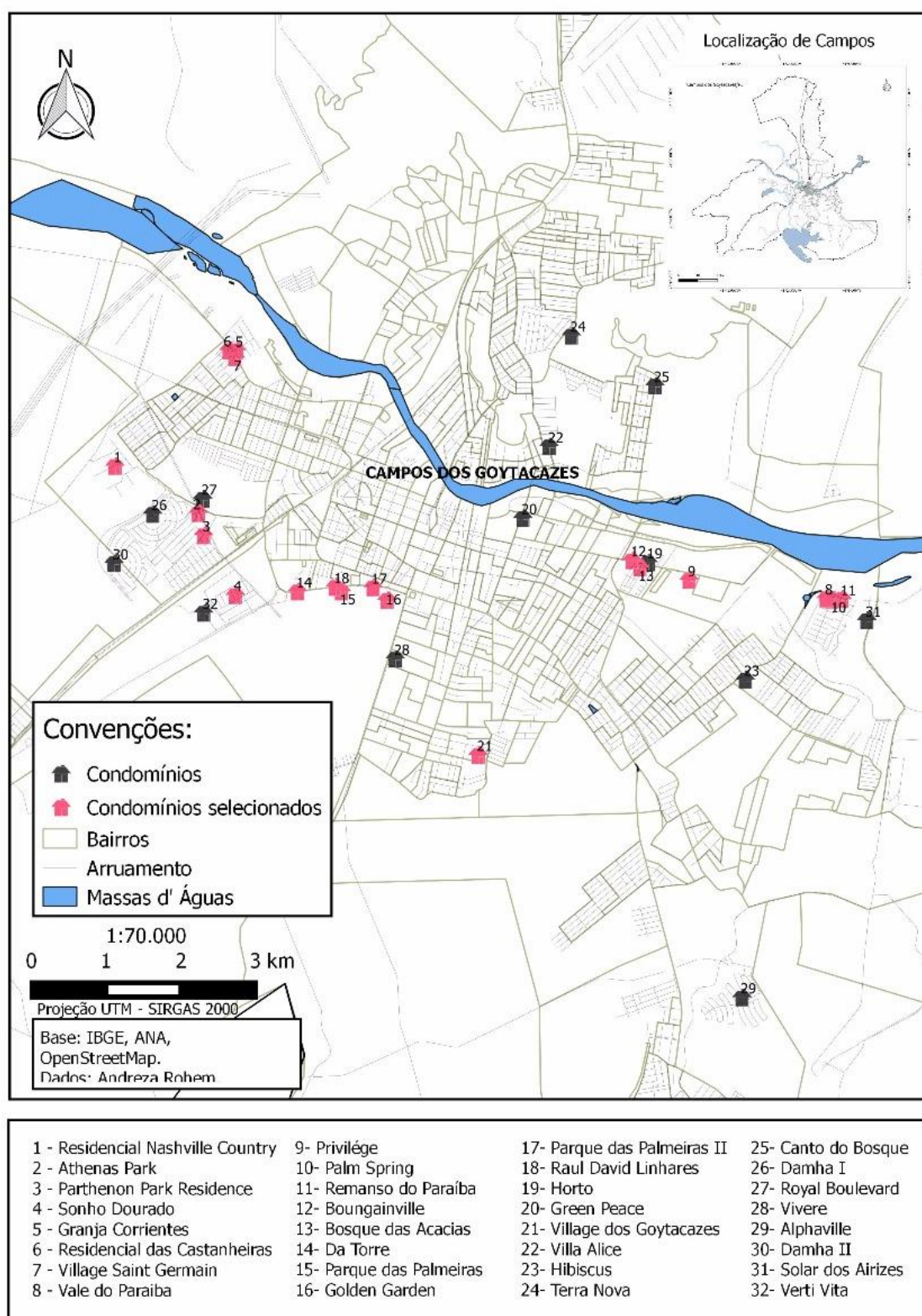
reduzidos. Afinal, a cidade capitalista é baseada no consumo e estas só são capazes de consumir áreas com menos qualidade e prestígio onde o valor do solo é mais baixo. Enquanto, suas patroas contam com todo o conforto e equipamentos urbanos que sua condição econômica elevada permite, além da beleza e status agregado ao local de moradia. Quanto maior a distinção e mais acentuada as desigualdades sociais maiores é a possibilidade de conflito entre as classes. Surgem então os muros e a privatização de largas áreas dotadas de todos os elementos supracitados para manter a segurança dos que podem pagar em relação ao eminente perigo dos que estão a margem deste consumo. Segundo Santos (2014, p. 59), “deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos”.

Para Corrêa (2013, p. 40) a segregação compreende a segregação de classe e a diferenciação residencial, que devem ser consideradas juntas de forma não hierárquica. “A segregação de classe refere-se ao fato de as classes sociais diferenciarem-se em termos de sua distribuição residencial, enquanto a segunda diz respeito à diferenciação de áreas em termos de sua composição social”.

Consoante Souza Santos (2016), o preço do solo urbano é um fenômeno exclusivamente social e seu valor varia conforme a escassez produzida pelo investimento social e em razão dos utilizadores potenciais e concorrentes do solo. Desta forma, as áreas dos condomínios horizontais fechados repleta de equipamentos urbanos e de lazer coletivos, com marketing direcionado as camadas sociais mais alta economicamente, fazem com que o preço do imóvel e do solo nesta área sejam caríssimos e assim garante que apenas os mais afortunados ocupem o local.

A cidade de Campos dos Goytacazes possui 32 condomínios horizontais fechados dos quais a grande maioria foi construída nas antigas terras de usinas de cana-de-açúcar. Foram selecionados 19 condomínios para o estudo e divididos em quatro áreas da cidade para organizar a distribuição das entrevistadas, em uma tentativa de criar uma representatividade espacial, como pode ser observado pelo mapa de distribuição dos condomínios horizontais fechados e selecionados em Campos dos Goytacazes.

Mapa 01: Distribuição dos condomínios horizontais fechados e selecionados em Campos dos Goytacazes-RJ



A economia e desenvolvimento de Campos dos Goytacazes foi predominante baseado na produção do açúcar até a década de 1980 e posteriormente foi gradativamente substituída por uma economia sustentada pela renda oriunda da extração do petróleo, ainda que esse não seja a única renda do município. Uma vez que, a cidade de Campos dos Goytacazes é beneficiada pela localização frontal à uma das bacias mais produtivas do país, a bacia de Campos e por isso passou a receber royalties e participações especiais. Segundo Faria (2013, p. 68), o “perfil econômico da região está mudando, mais uma vez, com os grandes investimentos que começaram a ser projetados e implantados, desde 2007, na região.

De acordo com Gomes (2015), as mudanças na base produtiva proporcionaram o aumento dos investimentos na região através da implantação de infraestruturas públicas ou privadas. Enquanto, houve investimentos como: bases aeroportuárias, rodovias, geração de energia, sistemas integrados de comunicação e redes de fibras óticas, universidades, loteamentos fechados, redes de fastfood, cadeias hoteleiras etc.; houve também um aumento nas disparidades socioespaciais, principalmente referentes a habitação. Os principais problemas foram relacionados à oferta de habitação as camadas sociais mais pobres, transporte coletivo e serviços básicos de saúde e educação.

Ainda segundo Gomes (2015), a raiz dos problemas sociais e das acentuadas disparidades pode ser encontrada no padrão de dominação e de desenvolvimento regional. A hegemonia das elites açucareiras; o monopólio da terra rural que se converte em terras urbanas no processo de expansão sem haver uma desconcentração de recursos e bens somados a ideologia de subserviência de todo tipo de trabalho prestados a elite local; e a consequente precarização do mercado de trabalho e da pobreza geraram uma cidade excludente cuja a paisagem marcam as distinções sociais e ampliaram a miséria da classe trabalhadora.

Segundo Faria (2013, p. 76), esse processo de expansão urbana impulsionada pelos investimentos,

foi incentivado e abalizado pelo poder público com a aprovação do PDUC (Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos), em 1979, na gestão do arquiteto e então prefeito de Campos, Raul David Linhares Correa. O PDUC definiu, baseado no Plano de 1944, uma proposta de racionalização da expansão urbana de Campos, normatizando e direcionando o crescimento urbano de Campos dos Goytacazes (RJ).

Campos é considerada uma cidade de médio porte conforme as noções de Sposito (2001)²⁵, localizada na região Norte Fluminense, na qual em meados da década de 1990

²⁵ SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos, in: **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**, São Paulo: UNESP/FCT, 2001, p. 609–643.

começou a expandir o número de empreendimentos residenciais de alto padrão sob a configuração de enclaves fortificados dotados de amenidades localizados nas bordas da malha urbana, passando a coexistir lado a lado duas periferias distintas socialmente. Esses condomínios – impulsionadas pelas mudanças na base produtiva – foram construídos formando três vetores de expansão da malha urbana de Campos dos Goytacazes,

o vetor 1, da RJ 258, rodovia que liga Campos ao município vizinho, São Fidélis; o vetor 2, da Avenida Alberto Lamago e da rodovia BR 356, trecho viário ligando Campos ao município de São João da Barra, e o vetor 3, da Avenida Dr. Nilo Peçanha e da rodovia BR 101, ligando a cidade à capital do Estado do Rio de Janeiro ao Sul e à capital do Estado do Espírito Santo ao Norte (ZACCHI, 2012, p. 85).

Segundo Sposito e Góes (2013, p. 55), esses condomínios são negativos à cidade. Pois “esses novos empreendimentos reforçam o enfraquecimento de um dos elementos mais peculiares à vida urbana – o encontro entre as diferenças – ou seja, desse ponto de vista, a cidade estaria em processo de destruição por diluição desse elemento essencial”

O espraiamento do tecido urbano, como expressão inexorável da redefinição das formas de produção do espaço urbano, é apenas uma dimensão de um processo mais amplo. Ela representa uma alteração profunda nas tendências de localização do uso residencial do espaço urbano e das atividades comerciais e de serviço, que as orientam durante tanto tempo (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 42).

De acordo com Santos (2014), esses empreendimentos privados cobiçados pela distinção social e pelo *status* social agregado é uma espécie de vitória do consumo como fim em si mesmo que suprime a vida comunitária baseada na solidariedade social e a sobrepõe por sociedades competitivas que comandam a busca de *status* e não mais de valores.

Os condomínios horizontais fechados de médio a alto padrão localizados na borda da malha urbana de Campos dos Goytacazes é um exemplo concreto desse amplo conjunto de alterações e determina transformações nas formas de se articular espaço-temporal por meio das práticas espaciais reveladas no cotidiano urbano.

Essas alterações espaço-temporais são mais sentidas pela população mais pobre que não possuem recursos modernos a sua disposição particular. Segundo SANTOS (1996), nem todos os agentes vivenciam a mesma temporalidade no espaço geográfico. Mas essa configuração mais espraiada da malha urbana também gera inconvenientes aos abastados donos das casas dos condomínios neste padrão. Como pode ser observado durante a abordagem realizada a algumas patroas com intuito de ter acesso as trabalhadoras domésticas de sua residência. Constatamos esses inconvenientes principalmente nos condomínios localizados próximos shopping Boulevard e a BR 101 onde muitas patroas alegaram estar sem empregadas devido ao fato de que as domésticas em geral não querem trabalhar neste local por ser muito distante e ter que enfrentar diariamente um longo trajeto pouco movimentado para chegar ao ponto de ônibus.

É importante destacar que algumas relatavam esse fato para negar a existência de empregadas na residência e evitar as entrevistas, todavia, seguranças e porteiros do condomínio ratificaram que de fato é difícil conseguir domésticas com referência e experiência que permaneçam muito tempo nas casas destes condomínios. O que torna uma possibilidade mais acessível a jovens que estejam entrando no mercado de trabalho doméstico e não possuem experiência.

Eduarda trabalhadora do condomínio Nesheville relatou que:

eu trabalho três vezes na semana porque foi assim: eu trabalhava todos os dias só que é muito longe lá. A gente chega em casa muito tarde, então eu pedi conta. Ela pediu pra eu não sair porque não ia arrumar outra pessoa de confiança pra trabalhar com ela. Aí me propôs trabalhar só três dias e eu fiquei. Ali é realmente difícil de arrumar gente pra trabalhar. Gente até acha, mas com indicação boa não (EDUARDA, 2019).

Durante o campo na área em questão alguns porteiros e seguranças afirmaram que as empregadas costumam pagar algum veículo particular para saírem do serviço. Forma-se então uma rede entre elas para chegarem e saírem juntas e assim conseguirem meios mais baratos de se locomoverem desta área para suas respectivas residências. Como supracitado está é uma das estratégias de adaptação as mudanças no arranjo segregados das cidades.

É importante ressaltar que em relação a natureza teórica a relação centro periferia e seus conteúdos precisam ser analisados de uma maneira menos rígida e diferente das análises métricas de centro e periferia. Ainda segundo Sposito e Góes (2013, p. 47),

o aparecimento, em áreas cada vez mais distantes dos centros tradicionais e/ou principais, de novos habitats urbanos, como os espaços residenciais fechados, e de novos espaços de consumo de segurança, exige a requalificação da relação centro e periferia, bem como de seus respectivos conteúdos, trazendo à análise nova preocupação de natureza teórica.

As áreas de concentração dos condomínios horizontais fechado em Campos dos Goytacazes são “localizadas muito próximas à centralidade urbana em termos de fluxos, equipamentos e serviços, com a presença de importantes vias de acesso a elas”. Porém são consideradas áreas periurbanas por pesquisadores como Faria (2013), pois utilizam do conceito periurbano para analisar a área de expansão urbana da cidade de Campos sobre áreas rurais e não pela distância métrica do centro (FARIA, 2013 p. 75).

Segundo Zacchi (2012), há condomínios que juridicamente são considerados localizados em área rurais e por isso, sobre eles incidem o tributo ITR (Imposto Territorial Rural). As antigas terras ocupadas pelas fazendas de cana-de-açúcar – principal economia da região até 1980, época em que estava em forte declínio – são as principais áreas de expansão da malha urbana e de recepção de empreendimento imobiliários de alto padrão como os condomínios horizontais fechados. Segundo Faria (2013, p. 75),

A partir da década de 1980, com o declínio do setor agrícola na região, terras de cultivo de cana-de-açúcar tornam-se “ociosas” favorecendo a expansão urbana em direção às antigas propriedades rurais localizadas mais próximas ao perímetro urbano através do parcelamento do solo, na forma de loteamentos originando novos “bairros” ou de grandes empreendimentos imobiliários, entre eles os condomínios residenciais horizontais fechados.

Segundo Harvey (2014, p. 46), a tendência pós-moderna estimula a “formação de nichos de mercado, tanto nas escolhas de estilo e vida urbano quanto de hábitos de consumo e formas culturais, envolve experiências contemporâneas em uma área de liberdade de escolha no mercado, desde que você tenha dinheiro”.

“A ideologia do consumo, mediante suas múltiplas aparências, está fortemente impregnada na população. Uma boa parcela do conteúdo dos movimentos sociais urbanos defende mais o consumidor que, mesmo, o cidadão. O direito à moradia se confunde com o direito de ser proprietário” (SANTOS, 2014, p. 154). Assim a demanda por habitação digna que excede ao simples fato de ter uma casa e compreende morar em um lugar com infraestrutura e recursos urbanos coletivos são cada vez mais negligenciados. Obter esse recurso é objetivo individual de cada pessoa e a capacidade de compra determinar os alcances. Quando se tem recursos financeiros elevados maximizam-se os recursos urbanos e as comodidades.

Os condomínios são a concretização do poder de compra na cidade, ou melhor, o poder de comprar a cidade. Eles tentam implementar todo ambiente de sociabilidade cotidiana de uma cidade e garantir que apenas os comuns convivam entre si e, assim, assegura a manutenção do estilo de vida desta classe social abastarda em distinção das demais classes sociais. Ainda conforme Harvey, esse “novo urbanismo” de venda da comunidade num “estilo boutique” sob a lógica de uma urbanidade perfeita e muito almejada é ferozmente alimentado por meio do marketing e do status que morar ali agrega ao cidadão. Porém, em contra partida, essa lógica neoliberal individualista “aumenta o isolamento, a ansiedade e a neurose em meio a uma das maiores realizações sociais [...] já criadas na história da humanidade para a concretização de nossos mais profundos desejos.” (Harvey, 2014, p. 47).

Segundo Santos (2014, p. 43), “a longevidade e repetição dessas práticas, e a constância ou sutileza das formas encontradas para fazê-las aceitar, trabalham como anestésiantes, acabam por conduzir o indivíduo a se habituar, em nome da segurança individual ou da família, da promoção social ou do status”.

O espaço urbano de Campos dos Goytacazes foi capturado pelo modelo de condomínio residencial horizontal fechado, cujo principal apelo é a segurança e a segregação das áreas em relação a pessoas indesejáveis. No entanto, a convivência com outras classes sociais acaba

ocorrendo em razão da necessidade de trabalhadores que garantem o funcionamento dos condomínios e das casas, como as empregadas domésticas. Essas moram na periferia precária e trabalham nas periferias dotadas de amenidades e infraestruturas de Campos dos Goytacazes. Todavia, essas periferias não são necessariamente em vetores de expansão diferentes, em muitos casos essas mulheres trabalham e moram fisicamente no mesmo espaço, contudo simbolicamente são mundos distintos. Como o caso das domésticas Lara e Fabiana que moram, respectivamente a 8 e 20 minutos a pé dos condomínios em que trabalham. Ainda que Lara more em um apartamento de um quarto legalizado e novo, este é extremamente destoante do luxo, conforto, tamanho e equipamentos do condomínio horizontal fechado Village Goytacazes ao qual é vizinho. Entretanto, a discrepância entre dois ambientes metricamente tão próximos é ainda mais abissal no caso do local de moradia da doméstica Fabiana e seu local de trabalho. Separados por um percurso de vinte minutos abrigam atmosferas completamente opostas. Fabiana mora em um local de ocupação a margem da ferrovia, que corta a cidade, em um barraco pequeno, mal iluminado, de poucos cômodos localizada em uma comunidade onde não há praças e trabalha em uma residência ampla cercada de conforto e comodidades localizada no condomínio Sonho Dourado.

Segundo Santos (1996), é no cotidiano que o espaço banal é apreendido de forma plena. As empregadas domésticas por serem mulheres e pertencerem ao proletariado – acrescido do fato de sua profissão ser vista como inferior mesmo entre o proletariado – sua exclusão se torna dupla frente ao território usado.

Como supracitado o território usado pelas empregadas domésticas em dimensões físicas chega a coabitar o mesmo espaço das moradias luxuosas que seus patrões vivem, pois ambos residem na área periférica da cidade. No entanto, seus usos e apropriações são completamente distintos. Morar na periferia para essa trabalhadora significa gastar mais tempo com o deslocamento, necessitar de mais de um transporte público e ter o acesso a diversas áreas da cidade dificultado pela falta de condução que ligue seu local de moradia a vários pontos da cidade, principalmente áreas de lazer. Entretanto, para seu patrão morar na periferia significa ter mais espaço, significa em parte fugir do caos do adensamento urbano, significa poder se apropriar de um novo estilo de moradia que promete segurança, espaço e nivelamento social e gozar de um novo status no espaço urbano. E em contrapartida, seu deslocamento aumentou em poucos minutos e seus acessos ao restante da cidade continuam práticos e sem grandes problemas. Isso porque seu meio de locomoção são veículos particulares e não transporte coletivo público. Além disso, a cidade foi planejada para o seu deslocamento.

Tudo isso nos indica pelo menos duas coisas: em primeiro lugar, o espaço tem uma significação diferente segundo o nível de renda e a classe social a que se pertence. Em segundo lugar, e consequentemente, a noção de distância, tal como utilizada nas teorias espaciais correntes, é uma falácia. Se a distância – como distância métrica – é a mesma para todos, a sua tirania, para utilizar a expressão de William Wernitz (1967), não exerce igualmente sobre todas as pessoas (SANTOS, 2014, p. 115).

Morar na periferia para as domésticas significa estar em uma área com menos equipamentos urbanos e menor acesso a serviços urbanos e a investimentos públicos. Como mencionado anteriormente, Júlia, uma doméstica trabalhadora do condomínio Residencial Privillège, na qual é desprovida de qualquer meio particular de condução, relatou durante uma das entrevistas realizada que em feriados prolongados ela chega a se sentir presa em sua residência, pois cessam-se a grande maioria dos horários de ônibus, chegando a ter apenas um ao longo de todo o dia. Somado a isso seu bairro não conta com praças ou parques, cinemas, teatros ou casas de show e está distante da área central que conta com tais recursos. Esta é a realidade das mais diversas periferias da malha urbana de Campos dos Goytacazes, onde o transporte público não funciona de forma adequada fora de horários comerciais – nem mesmo durante a semana os horários são regulares –, ou seja, as pessoas que vivem nas periferias com as mesmas características que ela, possuem seus deslocamentos pela cidade limitados aos seus horários de trabalho. Infelizmente este fato não ocorre por falta de planejamento, pois, isto é, um planejamento oculto de enclausuramento das classes pauperizadas aos seus bairros de moradia, é uma espécie de contenção social.

Segundo Harvey (2014, p. 57), existe uma cadeia chamada por ele de “cadeia dourada que aprisiona as populações vulneráveis e marginalizadas dentro da órbita de circulação e acumulação de capital”.

E mesmo que esta não fosse a real razão pela qual os ônibus deixam de circular fora de horários comerciais existe o discurso de falta de demanda que garanta a lucratividade para manter linhas em horários mais avançados da noite ou em finais de semana, o que é uma violação do direito à cidade para a população mais pobre e moradora da periferia precária. Pois, o transporte coletivo público deveria, acima do lucro, garantir a mobilidade mínima dos cidadãos pela cidade como um todo.

Essa falta de transporte público para algumas áreas é estratégica para evitar o encontro das distintas classes sociais em uma mesma área de lazer da cidade e assim evitar a tensão decorrentes das desigualdades entre as classes e na busca por distinção social.

Tanto patrão quando empregada se encontram segregados, entretanto são formas distintas de segregação. De um lado os patrões se encontram autosegregados e, de outro, as

empregadas sofrem uma segregação imposta ou induzida. A autosegregação é oriunda da elite que escolhe um novo estilo de vida, com novas amenidades que os centros densos não podem mais proporcionar. Esta classe consegue e escolhe se autosegregar, pois, possui capital financeiro para isso. Ela paga por empreendimentos que investiram em infraestruturas e equipamentos urbanos exclusivos para quem pode pagar e garantem que os outros (os que não podem pagar) fiquem de fora das áreas equipadas. Os muros e equipamentos de segurança são os garantidores da separação das classes que coabitam uma mesma periferia. Por outro lado, a classe social menos abastada que mora nessa periferia, não escolheu este local de moradia, mas foi condicionada a ele em virtude da sua capacidade econômica e política. Segundo Corrêa (2016, p. 43),

A segregação residencial das classes subalternas resulta também de uma política de classes, gerada por aqueles que detêm poder, controlando diferentes meios de produção. É possível distinguir a segregação imposta, envolvendo aqueles que residem onde lhe é imposto, sem alternativa de escolha locacional e de tipo de habitação, e a segregação induzida, que envolve aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, situadas, no entanto, dentro de limites estabelecido pelo preço da terra e dos imóveis. Ressalta-se, contudo, que o limite entre segregação imposta e induzida é tênue, como que uma se dissolve na outra.

Segundo Sposito e Góes (2013, p. 67), “do ponto de vista espacial, é consenso que a existência de diferenças é um atributo das cidades, desde a sua origem, em decorrência da divisão social do trabalho, que é também divisão territorial”. As domésticas estão ocupando áreas afastadas do centro, em geral, sem infraestrutura, pois essas áreas sem praças e equipamentos urbanos são as únicas que sua condição financeira foi capaz de consumir. Já a figura das patroas – pertencentes a uma camada social mais alta – ocupam áreas afastadas do centro em virtude do valor agregados a elas por meios de uma infraestrutura particular, de equipamentos urbanos coletivos de uso privado e muros que elevam o valor monetário e social – por meio do status que morar ali gera e pela garantia de homogeneidade social dos moradores.

Harvey (2001) define como uns dos aspectos do direito à cidade a capacidade do indivíduo ou grupo de mudar e reivindicar a cidade mais de acordo com seus mais profundos desejos. Conquanto, quando falamos do grupo socioprofissional das domésticas quais são os meios, os alcances e possibilidades dessas mulheres, negras, pobres, moradoras de periferias precárias e de baixa escolaridade de reivindicar a cidade? Qual a possibilidade delas se apropriarem desses discursos se estão ocupadas em demasia com seu trabalho doméstico remunerado e o não remunerado? Qual a chance de questionarem a configuração da cidade se a ação de questionar parte inicialmente de uma reflexão que apenas o ócio pode gerar. Mulheres

que desde muito jovens vivem longas jornadas de um duplo trabalho – em seus lares e nos lares do patrão – na qual o maior percurso que realizam na cidade é o referente ao casa-trabalho.

De acordo com Santos (2014, p 73), não é possível descobrir o que é “justo e injusto, em um mundo onde a verdade é tão renitentemente sonhada que reconhecê-la depende do oportuno aproveitamento das contradições em que a própria práxis nos mergulha”.

É preciso considerar que, quando as desigualdades se aprofundam, abrem-se os caminhos para o estabelecimento da diferença sob a forma de negatividade... Assim, não se trata mais apenas de diferença de gênero, de credo, de etnia, de interesses, de idade, mas sobretudo, de diferenças socioeconômicas numa perspectiva de sociedade em que todos têm que se inserir no mercado de consumo e em que a própria cidade, seus espaços, suas paisagens e suas imagens são parte desse mercado. (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 67).

Todavia, até mesmo a diferença étnica e de gênero que deveriam apenas carregar os aspectos positivos – em razão da riqueza de pluralidades – trazem a negatividade uma vez que a violência urbana é maior para o grupo social negro e feminino.

Uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. **Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras** (ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018).

Em Campos dos Goytacazes, assim como nas diversas cidades capitalistas, esse poder configurador sobre os processos de urbanização está confinado as elites detentoras de capital, que ao mesmo tempo são dotadas de esclarecimento, informação e ocupam os espaços oficiais de gestão urbana. Resta estão para as classes desafortunadas e conseqüentemente pouco escolarizadas, a desinformação e a crença de que participar dos processos de configuração de uma cidade é a elas algo distante e incompreensível. “A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado permanece na mão de poucos” (HARVEY, 2001, p. 30).

De acordo com Zacchi (2012, p. 83), o crescimento dos condomínios fechados em áreas periféricas tem configurado uma nova periferia urbana em Campos dos Goytacazes. Fenômeno este comum a diversas outras cidades brasileiras de grande e médio porte. “Se antes a periferia era ocupada quase exclusivamente pelas classes mais pobres, agora tem sido fragmentada em

sua lógica, por meio do surgimento de “ilhas” onde a classe média-alta se refugia, pluralizando a ocupação do solo periférico”.

Segundo Ribeiro (2005, p. 12463), a criação desses enclaves com dotação máxima de amenidades que privatiza serviços que outrora eram exclusivas do Estado,

impede a sociabilidade interclassista; coloniza a rede urbana através de redes de serviços que destroem a singularidade dos lugares; rompe os pactos sociais que orientavam as políticas públicas inclusivas; aumenta a concorrência intracapitalista, impossibilitando a permanência de atividades econômicas com raízes culturais profundas; desinstitucionaliza relações sociais, impossibilitando a previsão do futuro e aumentando o medo cotidiano.

Para Sposito e Góes (2013, p. 98)

os espaços residenciais fechados, ao se equiparem com sistema de controle e segurança, estabelecem verdadeiros filtros que orientam as iniciativas de interações espaciais entre os espaços internos e externos, porque selecionam os que tem direito a entrar e sair, e definem como isso pode ou deve ser feito. Assim, contribuem para o estranhamento entre esses dois mundos, tanto porque reduzem o tempo cotidiano que seus moradores destinam aos espaços externos aos muros, quanto porque criam microambientes de convivência entre aqueles que são supostamente iguais, oferecendo a oportunidade do estar entre os seus.

Apesar de neste caso as entrevistadas serem moradoras de periferia assim como os padrões e de terem acesso aos espaços fechados dos condomínios, o território usado que ambos possuem é completamente diferente. O deslocamento e o uso dos demais espaços urbanos da cidade são incomparáveis entre as duas classes sociais.

Segundo Santos (1997, p. 104), território usado é sinônimo de espaço geográfico, sendo “este tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas”. A utilização deste conceito permite considerações abrangentes a totalidade das interações sociais e territoriais.

Ainda conforme Santos (1997, p. 105), “O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo”. Este nos revela a estrutura global da sociedade e a própria complexidade do seu uso e a indissociabilidade espaço-tempo exige que a compreensão do território envolva o cotidiano - tão importante para o objeto desta pesquisa.

A distinção entre os usos do território, se dá em virtude da classe social dos agentes sociais pesquisados. A apropriação, a locomoção (mobilidade), as amenidades cotidianas são virtudes capitalistas apropriadas/gozadas no espaço urbano pela classe social mais abastada. Pois esta é detentora de recursos financeiro e políticos para adquirir todos os meios-técnicos-científicos-informacionais necessários ao seu bem-estar e ao melhor aproveitamento da cidade.

Além de possuir capital intelectual, social para pressionar entidades públicas para instalação de infraestruturas nas áreas em que circulam. O que é o aposto na classe social mais pobres, ou seja, na classe à qual as empregadas domésticas pertencem.

Por essa razão as empregadas domésticas sofrem diversas escalas da segregação. A segregação no sistema produtivo que a condiciona ao seu lugar na pirâmide social capitalista – o que lhe dá uma condição econômica inferior –, a segregação do seu corpo feminino que a partir do medo a impede de grande parte da sua mobilidade, a sua segregação residencial (fruto da sua classe social) como moradora da periferia que é agravada na cidade de Campos dos Goytacazes pelo atendimento precário do transporte público. Situação está que impede de diversas formas o acesso ao lazer em virtude da não oferta de transporte públicos em horários não comercial (como pode ser detectado em diversos trechos das entrevistas) e as condena a horas a menos com a sua própria família, horas perdidas nas jornadas diárias da casa para o trabalho.

Andar de ônibus e van é muito difícil. Quando a gente não tem carro ou moto é muito triste. Porque a gente chega tarde em casa do serviço e final de semana e feriado a gente acaba presa dentro de casa por falta de condução. Eu lembro que teve um feriado de Santo Amaro que me deixou trancada dentro de casa por quatro dias seguidos (fim de semana mais feriado). Simplesmente não passou nenhum ônibus durante esses dias (JÚLIA, 2018).

Esse negócio de transporte as vezes é muito difícil porque tem hora que quero ir a casa da minha mãe e simplesmente não tem ônibus. Ela mora em Olhos d'Água, entra em Baixa Grande e vai lá pra dentro. É bem longe Dr. Carlos (nome modificado) fez de carro uma vez em uma hora. Quando eu vou, como não tem linha de ônibus eu fico no meio de caminho e chego a andar uma hora. Por isso eu quase não vou lá. Mas quando eu tiver meu carro vai ser outra coisa (LARA, 2018).

Entende-se nessa pesquisa classe social como fenômeno histórico cercado de conflitos antagônicos significativos em função da posição do sujeito no processo produtivo. Segundo Corrêa (2016), as classes sociais possuem uma existência tanto objetiva como subjetiva e é essencial considerá-las nos estudos sobre segregação residencial, pois o processo de diferenciação residencial assim como das outras diversas formas de segregação vivenciadas no espaço urbano é intrínseco ao processo de estruturação da classe social.

Segundo Lago (2007), as atuais cidades aos moldes capitalistas estão “aumentando a imobilidade dos pobres nas cidades, apontando para uma tendência ao isolamento territorial”. É exatamente isso que os relatos das domésticas entrevistadas apontaram. O isolamento territorial é causado pelas moradias distantes e pela dificuldade de locomoção, uma vez que, elas são dependentes de transporte público e este não garante uma boa locomoção e são caros aos orçamentos reduzidos destas mulheres.

Para Gomide (2006), há dois fatores que convergem para a exclusão do acesso dos mais pobres aos serviços de transporte coletivo: as altas tarifas dos serviços – incompatíveis com os rendimentos dos segmentos mais pobres; e a inadequação da oferta dos serviços, principalmente para as áreas periféricas das cidades. O transporte coletivo é um serviço público essencial e a oferta ineficiente e incompatível com a renda da população fere o direito à cidade dos cidadãos que o utiliza. Essa limitação reforçam o fenômeno da desigualdade de oportunidades e da segregação espacial, que excluem socialmente as pessoas que moram longe dos centros urbanos. Como consequência, as oportunidades de quem é dependendo de transporte público é reduzida, os acessos aos equipamentos e serviços que as cidades oferecem são inviabilizados, o lazer e as chances de empregos são comprometidos.

Santos (2014 p. 109) argumenta que “nas condições de mutação permanente que caracterizam a sociedade, alguns indivíduos são dotados de mais mobilidade que outros. Com efeito, enquanto uns são extremamente móveis relativamente ao meio, outros são até certo ponto imóveis”. As classes abastardas possuem maior mobilidade, afinal são os detentores de transporte particulares e possuem o poder para orientar as políticas de infraestrutura ao seu favor.

Vasconcellos (2001) traz para o debate não apenas a noção de mobilidade, mas também de acessibilidade. A mobilidade (na visão tradicional) refere-se à ação de locomover-se pelo espaço. Já a acessibilidade é entendida como a mobilidade para a realização das necessidades para a reprodução. A noção de acessibilidade englobaria um enfoque mais amplo ao levar em consideração a oferta do sistema de circulação e a estrutura urbana e não apenas a oferta do sistema de circulação. Desta forma, não é apenas a oferta de serviço de transporte coletivo que deve melhorar, mas a estrutura urbana fragmentada com concentração de recursos de mobiliário urbano e zonas esquecidas das planilhas de investimentos públicos. Garantir que haja ônibus nos mais diversos horários nos bairros em que as domésticas moram não resolve o problema é necessário que haja investimentos em equipamentos urbanos, infraestrutura e lazer nessas áreas.

3.1- Mobilidade da mulher negra e doméstica

O ir e vir, e a livre manifestação e expressão são direitos universais garantidos na Constituição Federal Brasileira de 1988, conforme expressa o artigo cinco (BRASIL, 1998). Entretanto, o ir e vir e o direito a se expressar e manifestar são diferentes de cidadão para cidadão. Afinal, a mobilidade e a acessibilidade são diferentes conforme a renda de cada pessoa.

A classe social, as características étnico-raciais e o gênero a qual pertence limitam ou potencializam os direitos frente ao espaço que habitam. Segundo Santos (2014, p. 24), “nos países subdesenvolvidos de modo geral, há cidadãos de classes diversas, há os que são mais cidadãos, os que são menos e os que nem mesmo ainda são”. Seu poder de consumo, seu *status* e influência ditam o grau de cidadania de cada um. Baseado nessas limitações que o gênero, o poder econômico e o pertencimento étnico-racial podem trazer, aferimos que certos grupos acabam somando outras segregações no espaço urbano que excedem a segregação residencial. Como é o caso das empregadas domésticas que são, em sua maioria, mulheres, pobres e negras.

Afinal, o território usado pela mulher e pelo homem são diferentes, assim como são diferentes para as elites e para as classes sociais mais empobrecidas. Mesmo que fisicamente este seja um mesmo espaço, simbolicamente é distinto para os gêneros e para as diversas classes sociais. O alcance no espaço urbano, o tempo de locomoção, os lugares, o que é permitido e o que não é, são diferentes para homens e mulheres assim como são diferentes para mulheres da classe média e alta e para as mulheres pobres.

As segregações ganham, então, diversas dimensões, a dimensão do corpo condicionada pelo medo das múltiplas formas de violência que o gênero feminino tem ao circular pela cidade, no qual dependendo da sua classe social pode se agravar uma vez que os menos favorecidos dependem de transporte público ou de fazer seus percursos diários a pé se tornando mais vulneráveis à violência urbana. Além da mobilidade que para os grupos pauperizados é extremante limitada, sendo assim o ir e vir a eles garantidos não são os mesmos da classe social abastarda. Essa limitação na mobilidade urbana afeta todo o lazer e espaço de sociabilidade das classes sociais menos favorecidas financeiramente. A cidade para elas é vivida de forma fragmentada e reduzida, sendo muitas vezes restrita a áreas vizinhas e ao seu local de trabalho. Seus momentos de folga são usados para descanso uma vez que a tarefa de se locomover pela cidade para obrigações diárias a deixa tão cansada e desmotivada a ponto de não pensar em outras formas de lazer e apropriação da cidade. O descanso se torna então o único e mais desejado lazer, como podemos observar em alguns trechos das entrevistas, quando questionadas sobre o tema:

Que lazer, minha filha!? A gente só tem tempo pra trabalhar. Na folga eu aproveito pra descansar pra poder aguentar a semana seguinte. No máximo vou visitar meus pais e isso quando consigo carona né, porque ônibus pra lá no domingo não existe e feriado não existe pra lugar nenhum, então só resta ficar em casa. Sair pra me divertir só quando alguém da família faz um aniversário e minha sobrinha passa lá em casa pra me levar, se ela não puder nem isso eu vou, mas eu já me acostumei e até gosto de ficar em casa (Letícia, 2018).

“Meu lazer é tomar umas cervejas no bar lá da rua de casa mesmo, sair à noite não dá não porque não tem ônibus pra voltar depois” (Júlia, 2018).

É importante destacar que apesar do hábito de ficar a porta de casa conversando, de ir à casa dos vizinhos, de tomar cerveja no bar da esquina e sentar-se na calçada para ver as crianças brincarem na rua sejam uma forma de lazer – mesmo que um lazer passivo – a falar delas destacam que elas não enxergam isso como lazer. Elas consideram que não o possuem, pois não frequentam praças, parques, não vão a cinema, shopping e não fazem viagens turísticas.

As empregadas domésticas são, em sua maioria, desprovidas de qualquer meio de transporte particular, ou seja, são dependentes dos transportes público coletivo precários. Desta forma, elas vivem cotidianamente as dificuldades de mobilidade urbana a quem é dependente de transporte público e morador de áreas distantes do centro, além de conviverem com o medo da violência urbana que é maior para mulheres e ainda maior para mulheres negras. Segundo dados do Atlas da violência urbana de 2017, a cada 100 mil mulheres, 4,4 eram mortas por violência tanto doméstica quanto urbana, mas esse valor sobe para 5 quando considerado apenas mulheres negras e cai para 1,2 em relação a mulheres brancas (valores referentes ao ano de 2015). Em outras palavras 65,3% das mulheres assassinadas no Brasil em 2015 eram negras (CERQUEIRA et. al. 2017).

Em função da sua condição de mulher estas sofrem a questão de gênero expressa no espaço urbano. Pois a relação de gênero é uma relação de dominação e essa relação se imprime na configuração do espaço ao qual está inserida. Assim como manifesta a violência contra o negro, pois trata-se de uma sociedade extremamente racista. Afinal, como afirma Correia (2002), o espaço urbano é a dimensão concreta da sociedade a qual abriga, desta forma, o espaço urbano reflete a opressão sobre o feminino a qual a sociedade vive e ao mesmo tempo, condiciona as ações das mulheres no cotidiano e limita ainda mais a ação da mulher negra em virtude do medo.

cada cidade é um regime de gênero que ideológica e concretamente, manifesta uma relação distinta entre seus sistemas político, econômico e familiar. Este regime seria patriarcal: reflete as relações de poder em qualquer sociedade na qual os valores e comportamentos dos homens são presumidos como sendo normativos e assim incorporados nas instituições e instituições urbanas de modo a privilegiar o controle masculino e assegurar a subordinação feminina. Tal regime tenta também manter as mulheres invisíveis dentro da cidade. Assim, o urbano expressaria uma tensão constante entre visibilidade e invisibilidade feminina (BILAC, 2012, p.154).

Isso ocorre porque o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, sendo necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais na análise dessas relações. Para Moreira (2006), o espaço, o lugar e o território devem ser interpretados

sob uma perspectiva dual, plural sendo extensível às temporalidades. Sendo assim o tempo, o espaço e o cotidiano são percebidos, vividos, pensados e representados de modo diferenciado pelos gêneros.

Seguindo esse raciocínio tem-se atualmente no mundo ocidental um modelo de cidade capitalista na qual a relação entre sujeito e território é pautada na ótica “masculina heterossexual burguesa com predominância da propriedade conquistada historicamente, sempre pela violência, e imaginada e estruturada como uma fortaleza, como proteção de si e a exclusão de outros”. Neste outro se encontra a figura da mulher, das classes mais pobres, dos negros, entre outros (SILVA, Joseli; 2003, p. 39).

Nessa lógica a figura da mulher é posta como sujeito não atuante e influente no território. Porém, hoje a mulher não só interage de forma mais ampla com o espaço como reivindica seu reconhecimento como parte atuante do território, além de lutar por um arranjo espacial que permita sua total emancipação.

Bilac (2012) chama atenção para a reflexão sobre gênero e cidade, reflexão essa de extrema importância para a análise do objeto de estudo desta pesquisa. Segundo ela, as distintas vivências na cidade não são engendradas da mesma forma e o fator gênero influencia significativamente a forma de se relacionar com o espaço urbano. Ela chama atenção para o enclausuramento da mulher estrategicamente posto na configuração das cidades, sua invisibilidade e o controle deste espaço pelos homens. Para exemplificar tais apontamentos ela utiliza a metáfora de uma das cidades de Calvino, a cidade de Zobeide, que representa a natureza “gendrada” do espaço e do lugar urbanos onde a figura da mulher é posta como oprimida e controlada.

cidade branca, bem exposta à luz, com ruas que giram em torno de si mesmas, como um novelo se destaca entre as cidades de Calvino pela história de sua fundação: conta-se que vários homens de várias nações tiveram o mesmo sonho no qual viram uma mulher correr de noite em uma cidade desconhecida. Todos a viram, no sonho, de costas, com longos cabelos e desnuda. E no sonho todos a perseguiam sem sucesso. Ela os despistava. Após o sonho, saíram em busca da tal cidade. Não a encontraram, mas se encontraram uns aos outros e decidiram construir uma cidade como a do sonho. Na disposição das ruas, cada um refez o percurso de sua perseguição; no ponto em que haviam perdido os traços da fugitiva, dispôs os espaços e as muralhas diferentemente do que no sonho a fim de que esta vez ela não pudesse escapar (BILAC, 2012, 153).

Segundo Moreira (2006), essa estrutura patriarcal confinou o feminino ao espaço doméstico e a um periférismo das questões urbanas de produção, relação e ocupação, enquanto os homens ocupavam o centro dessa discussão e possuíam total controle. Porém, é importante destacar que estes homens são os homens brancos e burgueses, afinal além da figura feminina há a exclusão das classes sociais e do pertencimento étnico-racial.

Outro ponto importante destacado por ela foi a “representação desigual dos gêneros, nas escalas espaciais, nos tempos de deslocação, nos meios de transporte escolhido e no modo, individualizado ou não, de se deslocarem”. Para os homens as territorialidades são mais alargadas enquanto para as mulheres a preferência é pela freguesia para desenvolver sua atividade profissional e assim conseguir conciliar os cuidados com a casa e o serviço. Essa dificuldade de integração na sociedade comprometem o acesso aos tempos e aos espaços de lazer, principalmente das mulheres que integram as categorias sociais mais baixas (MOREIRA, 2006, p. 144).

As limitações no deslocamento pela cidade em virtude do gênero, do pertencimento étnico-racial – em função do medo – e da classe social além de prejudicar a apropriação de múltiplas áreas de lazer pela cidade afeta os vínculos afetivos e familiares destas mulheres. A falta de transporte públicos em horários não comercial, o medo de esperar em pontos de ônibus com pouco movimento, o medo de transitar a noite, principalmente sozinha impedem o acesso destas mulheres a diversas áreas da cidade e impedem que elas visitem a parentela. A dependência do transporte público afeta a relação familiar até mesmo com aqueles que moram junto a elas. A demora na espera e dentro da condução, além da falta de ônibus direto entre diversas áreas impedem ou roubam grande parte do tempo de sociabilidade destas mulheres. Desta forma, sobram a elas poucas horas ao final de seus dias, faltam então horas com seus filhos, com seus maridos e com cuidados com seu corpo e bem-estar.

Essa é uma reclamação comum identificada nas falas das entrevistas. Elas expõem a falta de tempo para outras atividades a não ser trabalhar, as jornadas são sempre muito longas e dificilmente se respeita o horário de saída previamente estipulado entre patrão e empregada. Todavia, a Lei nº 150 de 2015, após lutas históricas, reconheceu o direito as domésticas a no mínimo uma folga durante a semana, preferencialmente aos domingos, e folgas nos feriados oficiais. Entretanto, apesar de haver a folga, houve relatos de que o cansaço do acúmulo de tarefas no serviço e a onerosidade dos deslocamentos diários fazem com que elas queiram aproveitar o momento livre apenas para dormir e cuidar dos serviços de sua própria casa.

Letícia disse sentir de forma muito forte o quanto ser dependente de transporte público afeta sua sociabilidade familiar. Moradora da periferia de Guarus (um bairro distante do centro da cidade de Campos dos Goytacazes) possui pais de idade bem avançada, que moram em uma área rural do município, os quais dificilmente consegue visitar, pois, não há meios de transporte público que faça esse percurso em horários não comercial. Desta forma, ela só os visita quando

uma sobrinha se dispõe a buscá-la para ir visitá-los. Após o desabafo vem o lamento “a gente trabalha tanto pra no fim das contas não ter direito a ir ver os pais da gente”.

Os depoimentos tornam concreto o fato de a cidade ser fragmentada e da mobilidade ser reduzida para estas mulheres pauperizadas, trata-se de uma segregação socioespacial do local de moradia, no transporte e mesmo do local de trabalho. As possibilidades delas conseguirem romper com essa lógica se torna ainda mais complexa pela baixa escolaridade, pela condição de mulher e pelo histórico de desvalorização dessa profissão. Uma profissão que teve origem, no Brasil, pelo trabalho escravo feminino mantém seus traços de cor, de gênero, de maus-tratos e de salários que beiram a fome, uma vez que a grande maioria destas mulheres são chefes e provedoras financeiras de suas famílias.

A necessidade de trabalho é a razão dos maiores deslocamentos diários no espaço urbano das mulheres entrevistadas. Excetuando, como anteriormente mencionado, duas domésticas que moram próximas ao local de trabalho.

Tabela 06: Deslocamento casa-trabalho das empregadas domésticas entrevistadas

Domésticas entrevistadas	Condomínio	Bairro de moradia	Distancia (Km)	Tempo gasto	Tempo de deslocamento em transporte particular	Meio de transporte utilizado
Fernanda	Bougainville	Parque Prazeres	4,5 km	1h e 50min	10 minutos	Ônibus
Lara	Village Goytacazes	Parque Aurora	0,55 Km	8 minutos	2 minutos	A pé
Ana	Parque das Palmeiras	Jardim Aeroporto	10 km	1 h (ida) 2 h (Volta)	18 minutos	Ônibus
Elielsa	Torre	Parque Guarus	7,5 km	50 minutos	13 minutos	Bicicleta
Júlia	Privillége	Caixeta	19 km	1 h e 30 min	13 minutos	Ônibus
Fabiana	Sonho Dourado	Favela da Linha- RJ	0.8 Km	20 minutos	20 minutos	A pé
Letícia	Privillége	Guarus	9 km	1 hora	20 minutos	Ônibus/Van
Sara	Golden Garden	Jardim Aeroporto	10 km	1h e 25 min	25 minutos	Ônibus/a pé
Paloma	Granja Corrientes	Parque Aurora	7,4 km	1h e 20 min	20 minutos	Ônibus
Eduarda	Nashville	Farol de São Tomé	50 km	3 horas	1 hora	Moto/ônibus/Van/Bicicleta

Fonte: Pesquisa direta.

Entre as entrevistadas a grande maioria gasta em média quatro conduções para chegar ao serviço. Quatro domésticas recebem todas as passagens; duas recebem metade; três não utilizam transporte público; e uma doméstica, por ser idosa, utiliza o transporte público de forma gratuita. Das três que não utilizam transporte público, duas é em razão de morarem próximas ao serviço, e a mais jovem entre as entrevistadas faz seu trajeto diário de bicicleta (Tabela 06).

Oito precisariam pegar quatro ônibus/van para ir e voltar do serviço, porém diariamente esse traslado custa onze reais e se torna extremamente pesado as domésticas que não recebem o dinheiro da passagem. Para Elielsa, que ganha apenas meio salário mínimo (477 reais), utilizar o transporte público durante os seis dias por semana em que trabalha, custaria mais da metade de seu salário. O que inviabilizaria completamente esse uso. Como alternativa ela faz seu

percurso diário de bicicleta entre sua casa e seus dois serviços: um como doméstica do condomínio da Torre e outro como limpeza geral de uma academia no centro da cidade.

Eu trabalho de segunda a domingo na academia de seis às 14 horas e de segunda a sábado no condomínio das 15 às 19 ou 19:30. Aí meu trajeto fica mais ou menos o seguinte: de casa até a academia eu basicamente atravesso a ponte Barcelos Martins e pego um pouco a formosa na contra mão [risos]. Dá uma média de 16 minutos indo rápido na bicicleta. Da academia até o condomínio dá pra fazer com até quatro minutos. Pra voltar pra casa vindo do condomínio eu gasto no mínimo 25 minutos. Se não fosse de bicicleta eu gastaria mais de uma hora, porque transporte público demora. O bom da bicicleta é porque ainda tem a distância dentro do condomínio pra chegar à casa e eu não ia conseguir trabalhar nos dois lugares se ficasse perdendo tempo esperando ônibus (ELIELSA, 2019).

Eduarda é a doméstica que mora mais distante do local de trabalho e utiliza quatro meios de condução para fazer o trajeto casa-trabalho. Todo o desgaste do traslado, somado ao tamanho e quantidade de serviço que a casa a qual ela trabalha gera, fez com que ela abrisse mão de trabalhar todos os dias da semana nessa residência.

Faz cinco anos que meus patrões moram lá e faz menos de dois anos que reduziu meu trabalho para três dias. O que aconteceu foi o seguinte, eu já trabalho a mais de dez anos para eles só que começou a ficar difícil trabalhar todos os dias naquela lonjura. Então reduziu a pedido meu. É que eu pedi conta por ser muito longe aí eles pediram pra eu ficar nem que fosse por três dias na semana. Eles moram muito longe! As casas lá são muito grandes e as distâncias lá dentro também. Aí fica complicado. É longe pra chegar, é muita coisa pra andar lá dentro e é uma casa muito grande pra limpar. Isso é muito cansativo. Desgasta demais. Eu tenho que pegar uma moto até a rodoviária de Farol [de São Tomé], depois um ônibus até a [Avenida] 28 de março e na 28 eu pego uma van até o condomínio. E quando eu chego lá eu preciso pegar uma bicicleta pra chegar até a casa dentro do condomínio, se não era mais de 15 minutos de caminhada até a casa. De moto eu gasto 5 minutos aí eu pego o ônibus de seis horas e chego oito no serviço. São duas horas pra ir duas pra voltar, não dá pra fazer isso todos os dias e trabalhar pesado. Mas eu costumo fazer faxina por fora pra eles também.

Segundo seu relato, os patrões pagam todas as passagens e fornecem a bicicleta para se locomover dentro do condomínio.

Sara só recebe o referente a um ônibus para ir e voltar nos dias em que trabalha, entretanto era necessário utilizar quatro para chegar até o condomínio e voltar para casa. Como só recebe o referente a dois por dia ela faz parte do percurso a pé.

Eu pego um ônibus até a rodoviária e o restante vou a pé. Porque os patrões só pagam o referente a um ônibus pra ir e um pra voltar. Da rodoviária até o condomínio a pé eu gasto cerca de 20 minutos. Só que lá dentro não é perto da portaria a casa em que eu trabalho então eu gasto mais uns 15 a 20 minutos dentro do condomínio. Como eu moro no Aeroporto eu pego a linha aeroporto-shopping estrada e gasto uns 45 minutos no trânsito dentro do ônibus. Costumo esperar em média uma hora no ponto de ônibus. Isso que atrasa muita a vida da gente, a espera no ponto. Quando eu volto para casa do ponto até a minha casa é uns dez minutos (SARA, 2019).

A questão do medo aparece no relato de volta para casa: “o problema não é andar, é que é comum sair muito tarde e ter que ir sozinha a pé até a rodoviária é meio perigoso. Aqui tem muito assalto né” (SARA, 2019).

Entre as entrevistadas apenas três possuíam transporte particular. Uma possuía uma moto utilizada para transporte só perto de sua residência, devido à falta de legalização dos documentos, e seu marido um carro. Outra duas possuíam uma moto, porém uma se enquadrava no mesmo caso de irregularidades na documentação do veículo.

3.2- As duas faces da periferia: o local de trabalho e o local de moradia

O contraste entre o ambiente intramuros e extramuros dos condomínios de alto padrão da periferia de Campos dos Goytacazes é bastante acentuada. Como pode ser observada pelas imagens dos bairros Parque Aurora, Parque Prazeres, Favela da Linha e Jardim Aeroporto em contraste com os as imagens das áreas de lazer do condomínio Privillége que serão apresentados ao longo deste subcapítulo.

Os espaços destinados ao lazer e diversão são elementos claro de distinção entre o espaço intramuros e o espaço periférico extramuros. A abundância de espaço, recursos e equipamentos dos condomínios é oposto das reduzidas áreas e estruturas destinadas ao lazer das periferias extramuros.

A comunidade Favela da Linha possui ambientes de lazer públicos precários, feitos pela iniciativa popular, sem recursos e infraestrutura (Figuras 01; 02; 03). Os adultos contam com um bar de tijolos expostos como ambiente de socialidade e as crianças com uma quadra de areia e um balanço. Anexo ao bar um banheiro, também de tijolos expostos, atende aos dois espaços que se encontram próximos. Essa comunidade não conta com nenhum espaço de lazer feito e mantido pela prefeitura.

Figura 01: Ambientes de lazer e sociabilidade da comunidade Favela da Linha – Bar



Fonte: GUALBERTO, 2019.

Figura 02: Quadra de areia da comunidade Favela da Linha- RJ



Fonte: GUALBERTO, 2019.

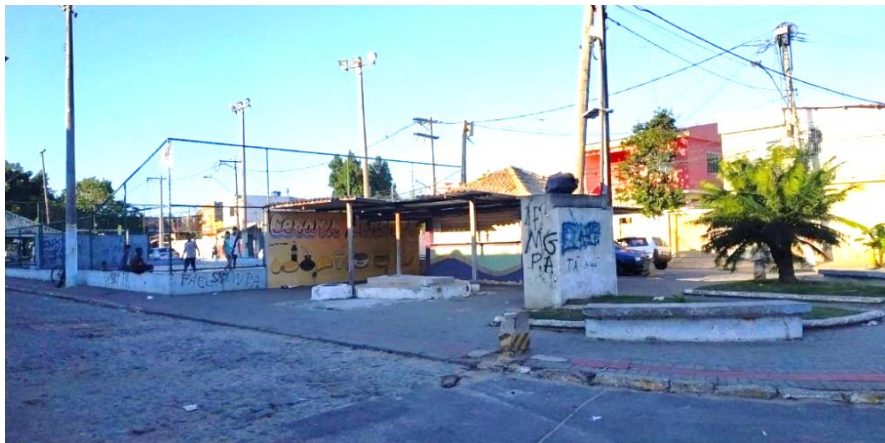
Figura 03: Parquinho infantil da comunidade Favela da Linha



Fonte: GUALBERTO, 2019.

O Parque Aurora conta com uma única quadra e alguns bancos de cimento na praça tangente a quadra (Figura 04). O espaço encontra-se deteriorado e o que deveria ser um parquinho infantil conta apenas com a trave destinadas ao balanço e duas escadinhas que outrora pertenciam a um escorrega (Figura 05). Visualmente o ambiente é poluído por pichações e lixos acumulam-se ao redor da praça.

Figura 04: Quadra do Parque Aurora- Rua São Lino



Fonte: GUALBERTO, 2019

Figura 05: Parquinho anexo a quadra Parque Aurora- Rua São Lino



Fonte: GUALBERTO, 2019

Figura 06: Praça do Parque Aurora- Rua São Lino



Fonte: GUALBERTO, 2019

Os bairros em que as domésticas moram, em geral, contam apenas com uma quadra de esporte e uma pequena área livre envolta com mesas de cimento e alguns mobiliários urbanos abandonados e deteriorados. Alguns casos como o Jardim Aeroporto nem mesmo há esses equipamentos. Segundo relatos das entrevistadas, as quadras são pontos de drogas e por isso elas evitam que seus filhos utilizem. Lara moradora do Parque Aurora não vai a quadra ou aos bancos da pracinha próxima a quadra, pois considera perigoso e um lugar inapropriado para uma mulher sozinha. Fernanda disse que a quadra do Parque Prazeres é do tráfico e não dos moradores. Seu filho as vezes costuma ir jogar bola na quadra, mas que ela não gosta, mas não consegue evitar que ele vá.

O mobiliário urbano do Parque Prazeres encontra-se em estado de conservação melhor do que o do Parque Aurora. Porém, algumas mesas se encontram quebradas e não há parquinho infantil. A observação deste espaço ocorreu próxima ao final da tarde (horário em que as crianças já estariam liberadas do turno da tarde da escola). Entretanto, havia poucos

frequentadores neste espaço e como pode ser observado pela figura 07 uma das crianças que o utilizava permanecia apenas sentada junto a uma das mesas de cimento. Não havia brincadeiras ou atividades sendo realizadas no local.

Figura 07: Praça do Parque Prazeres – Rua Operário João Barros



Fonte: GUALBERTO, 2019

Figura 08: Quadra do Parque Prazeres- Rua Operário João Barros



Fonte: GUALBERTO, 2019

A situação dentro dos condomínios é oposta ao constatados nos bairros onde as empregadas domésticas entrevistadas residem. Dentro dos condomínios a manutenção de toda área comum é frequente, a limpeza é periódica e o lixo nunca se acumula. Os equipamentos de uso coletivos são abundantes, modernos e diversificados. As empregadas domésticas são as pessoas que de certa forma vivem nos dois ambientes, ainda que com limitações impostas a sua posição de funcionária. Sua condição de doméstica as impede de utilizar os espaços de lazer dos condomínios e sua falta de tempo impede que elas utilizam – quando há – os espaços de lazer extramuros. Letícia e Elielsa moram no Parque Guarus e afirmaram que não utilizam espaços públicos de seu bairro para lazer. Ainda que haja uma Vila Olímpica com quadra,

piscina, e parquinho infantil (Figura 09; 10; 11) elas não mencionaram a existência deste espaço e quando questionadas disseram nunca ter ido.

Figura 9: Vila olímpica- Parque Guarus



Fonte: GUALBERTO, 2019.

Figura 10: Parquinho infantil – Vila Olímpica Guarus



Fonte: GUALBERTO, 2019.

Figura 11: Piscina – Vila Olímpica Guarus



Fonte: GUALBERTO, 2019.

A falta de tempo e energia faz com que apesar desse grupo socioprofissional transitar nos dois ambientes é um grupo incapaz de descrever e apontar os espaços e equipamentos de lazer que existem dentro e fora dos muros. Segundo Santos (2014, p. 80), “a capacidade de utilizar o território não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam como se estivessem juntos”. Ainda que elas vivam cotidianamente dentro dos condomínios e morem na mesma cidade de seus patrões a capacidade de usar estes espaços distingue as pessoas dessas duas classes sociais opostas (patrão e empregada doméstica).

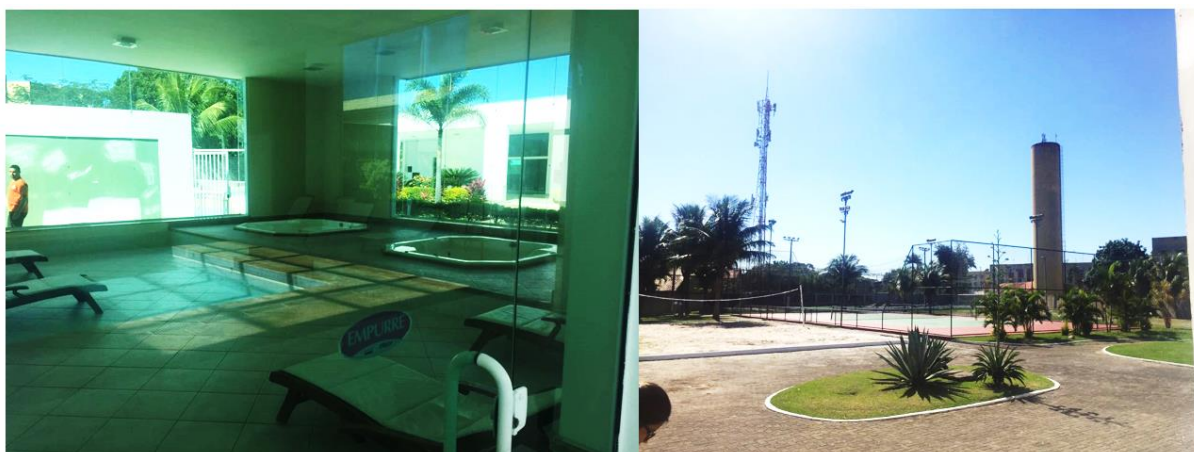
Para exemplificar a discrepância de equipamentos de lazer, manutenção e preservação dos espaços recreativos de uso coletivo dos condomínios horizontais fechados de médio a alto padrão em relação aos bairros periféricos, ao qual as empregadas domésticas residem, trouxemos as figuras 12; 13; 14; 15 que mostram os espaços destinados ao lazer dos moradores do condomínio Privillégé. É importante destacar que este local possui regimento interno que proíbe a utilização destas áreas pelas empregadas e demais funcionários que trabalham dentro do condomínio. O condomínio Privillégé assim como os demais condomínios horizontais fechados de médio a alto padrão conta com quadras poliesportivas, quadra de areia, piscina interna e externa, diversas salas de jogos, academia, parquinho infantil, salão de festa, banheiras de hidromassagem, sauna, entre outras comodidades. A limpeza destas áreas é feita mais de uma vez ao dia e em momento nenhum foi notado equipamento estragados ou em mal estado de conservação.

Figura 12: Piscina coberta e aquecida; e piscina da área externa do condomínio Privillégé



Fonte: GUALBERTO, 2018

Figura 13: Sala de hidromassagem e quadra poliesportiva do condomínio Privillégé



Fonte: GUALBERTO, 2018

Figura 14: Sala de jogos e Academia do condomínio Privillégé



Fonte: GUALBERTO, 2018

Figura 15: Parquinho infantil do Condomínio Privillégé



Fonte: GUALBERTO, 2018

A diferença entre os bairros periféricos e os condomínios horizontais fechados vão além dos equipamentos de lazer. A harmonia arquitetônica dos imóveis, as casas bem cuidadas, com faixadas modernas e jardins amplo que existem dentro dos condomínios não existem nos bairros pobres da periferia onde as domésticas entrevistadas residem. Nessa periferia o predomínio é de casas pequenas, sem jardim, com faixadas inacabadas ou deterioradas. Ainda que entre casas pequenas e extremamente deterioradas existem algumas com um padrão e tamanho maior, elas não chegam a ser comparadas as casas dos condomínios estudados. No geral, as ruas dos bairros pesquisados (moradia das entrevistadas) acumulam água, lixo e são repletas de buracos. Junto a isso se somam terrenos baldios e calçadas repletas de entulhos.

As figuras a seguir mostram as paisagens que compõem os bairros da periferia pobre de Campos dos Goytacazes. A negligência dos órgãos públicos municipais quanto a manutenção das vias de circulação e da coleta de lixo se mostrou recorrente nos bairros estudados. Assim como a falta de condição dos moradores destes bairros para manter ou terminar a faixa de suas casas. Geralmente as calçadas são intransitáveis, seja pela má conservação ou por entulhos que obstruem a passagem.

A figura 16 retrata a paisagem do Bairro Jardim Aeroporto. O asfalto em boas condições foge ao padrão das demais ruas dos bairros que são muito deterioradas e em alguns casos não são calçadas ou asfaltadas. Segundo moradores, o lixo acumulado na lateral do asfalto não é recolhido pelo caminhão de lixo e as vezes algum morador acaba colocando fogo para diminuir o volume.

Figura 16: Jardim Aeroporto: lixo acumulado



Fonte: GUALBERTO, 2019.

Construções antigas e modestas dividem a paisagem com residências inacabadas que apesar disso já são utilizadas como moradia. Elementos constantes nas paisagens fotografadas são construções com tijolos expostos e esquinas esburacadas por falta de manutenção (Figura 18). Enquanto, as faixadas das casas dos condomínios harmonizam com lindos e bem cuidados jardim, a faixa das residências da periferia pobre²⁶ são compostas de tijolos expostos e roupas estendidas em varais de fios (Figura 17). Cenário repedido não apenas em diversas ruas do Jardim Aeroporto como dos bairros Guarus, Parque Aurora e Parque Prazeres, também fotografados.

Figura 17: Residência do Jardim Aeroporto Campos dos Goytacazes



Fonte: GUALBERTO, 2019.

²⁶ Os bairros no qual as domésticas residem foram fotografados, todavia nenhuma das figuras presentes nesta dissertação são referentes a residência destas mulheres. Preservando assim a identidade delas.

Figura 18: Esquina em péssimo estado de manutenção no Bairro Jardim Aeroporto



Fonte: GUALBERTO, 2019.

Figura 19: Construção residencial de dois pavimentos inacabada no Jardim Aeroporto com construção iniciando no terceiro pavimento.



Fonte: GUALBERTO, 2019.

As calçadas obstruídas por material de construção ou entulhos de obras são junto ao lixo acumulado os principais obstáculos a livre circulação de pedestres (Figura 19; 20; 21).

Figura 20: Entulho e lixo acumulado em esquina do Bairro Parque Guarus



Fonte: GUALBERTO, 2019.

Figura 21: Areia, brita e carro obstruindo circulação da calçada do Bairro Parque Guarus



Fonte: GUALBERTO, 2019.

A falta de recursos e o alto valor dos terrenos fazem com que acabamentos finos e referentes a estética não sejam concluídos e que os imóveis não respeitem o recuo frontal necessário. Essa estratégia visa aproveitar ao máximo o terreno. Por isso é comum que haja mais de uma residência em um mesmo terreno. Entre as entrevistadas cinco moravam em casas que dividiam terreno com outros membros da família. A figura 22 representa bem a estratégia e aproveitamento do terreno para abrigar diferentes núcleos familiares da parentela. A

construção mais antiga – em geral pertencente a figura da avó – se esconde atrás de uma nova residência de pois pavimento que ocupa o que antes era a garagem e o recuo frontal do imóvel. E mais uma vez o acabamento da faixada não chega a ser realizado.

Figura 22: Areia, brita e carro obstruindo circulação da calçada do Bairro Parque Guarus



Fonte: GUALBERTO, 2019.

Figura 23: Parque Aurora – Construções sem recuo frontal, sem garagem e com calçadas extremamente estreitas.



Fonte: GUALBERTO, 2019.

A pesquisa de campo junto aos bairros residenciais das entrevistadas aconteceu no mês de junho e julho – período de baixo índice pluvial. Porém não foi raro ruas com água acumulada junto ao lixo. A entrevistada Fernanda que mora no bairro Parque Prazeres relatou que qualquer chuva fina faz a água acumular e mesmo quando a água desce os cantos ficam empossados e a água apodrece em meio ao lixo e lama (Figura 24).

Figura 24: Água e lixo acumulados no Bairro Parque Prazeres



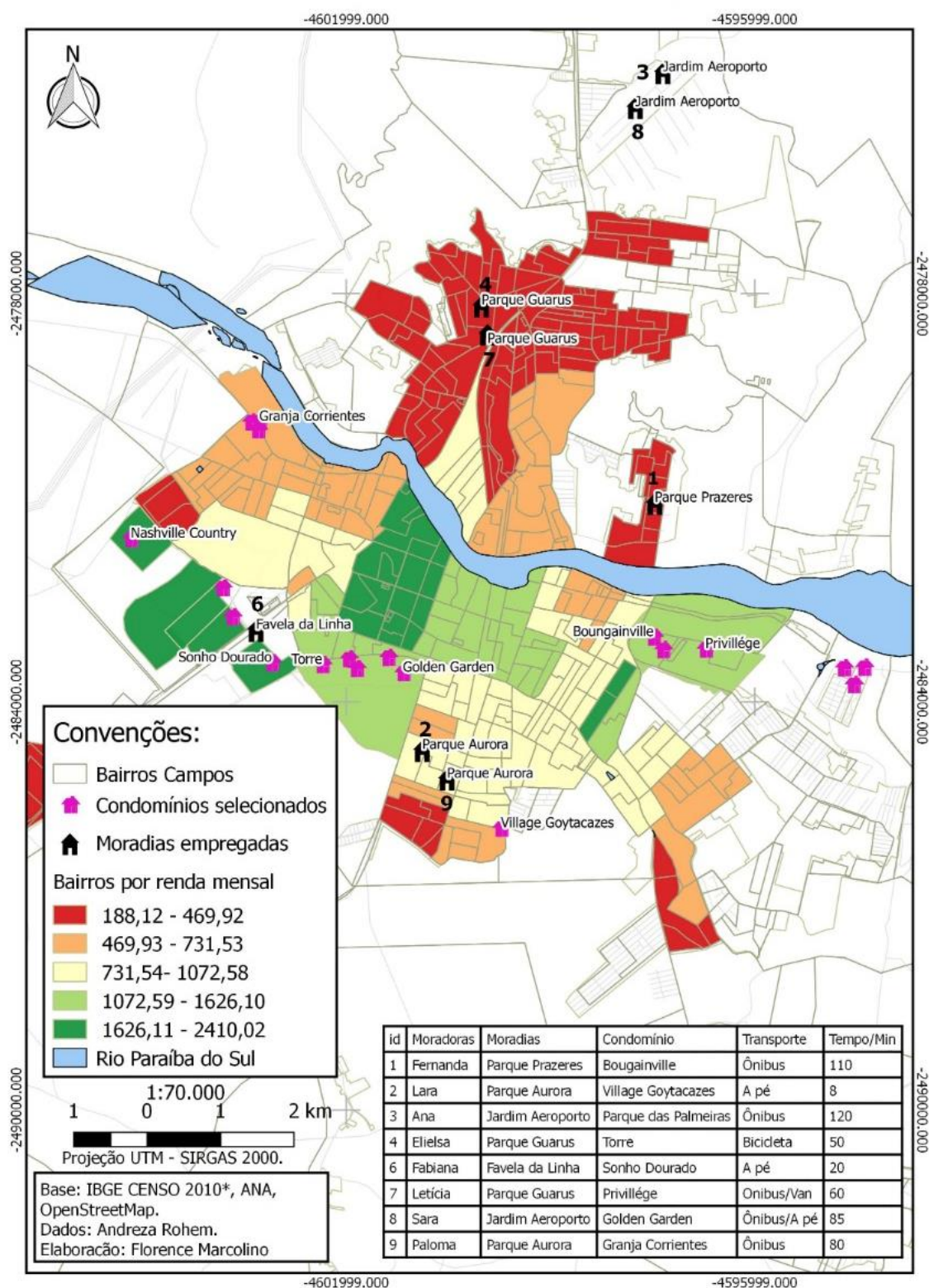
Fonte: GUALBERTO, 2019.

O supracitado e apresentado por meio das fotografias é a realidade das periferias urbanas da cidade de Campos dos Goytacazes. A pobreza é o elemento configurador que cria e recria estas paisagens. A renda média dos bairros periféricos da cidade se manteve baixa até os empreendimentos imobiliários, que construíram os condomínios horizontais fechados, criarem ilhas de bonanças urbanas que atraíram as camadas mais altas da sociedade campista para a periferia. A instalação destes condomínios fez a renda média de alguns bairros subirem e mascarou a pobreza de locais como a Favela da Linha. Esses empreendimentos construíram dentro dos muros toda a infraestrutura que faltava aos espaços periféricos. Todavia, apenas quem pode pagar tem acesso a essa nova infraestrutura instalada nas periferias.

Os mapas 02 e 03 mostram os locais de moradia das entrevistadas e os condomínios residenciais de médio e alto padrão localizados na periferia da malha urbana de campos dos Goytacazes. Além da renda média dos bairros da cidade. São 19 condomínios dos quais 9

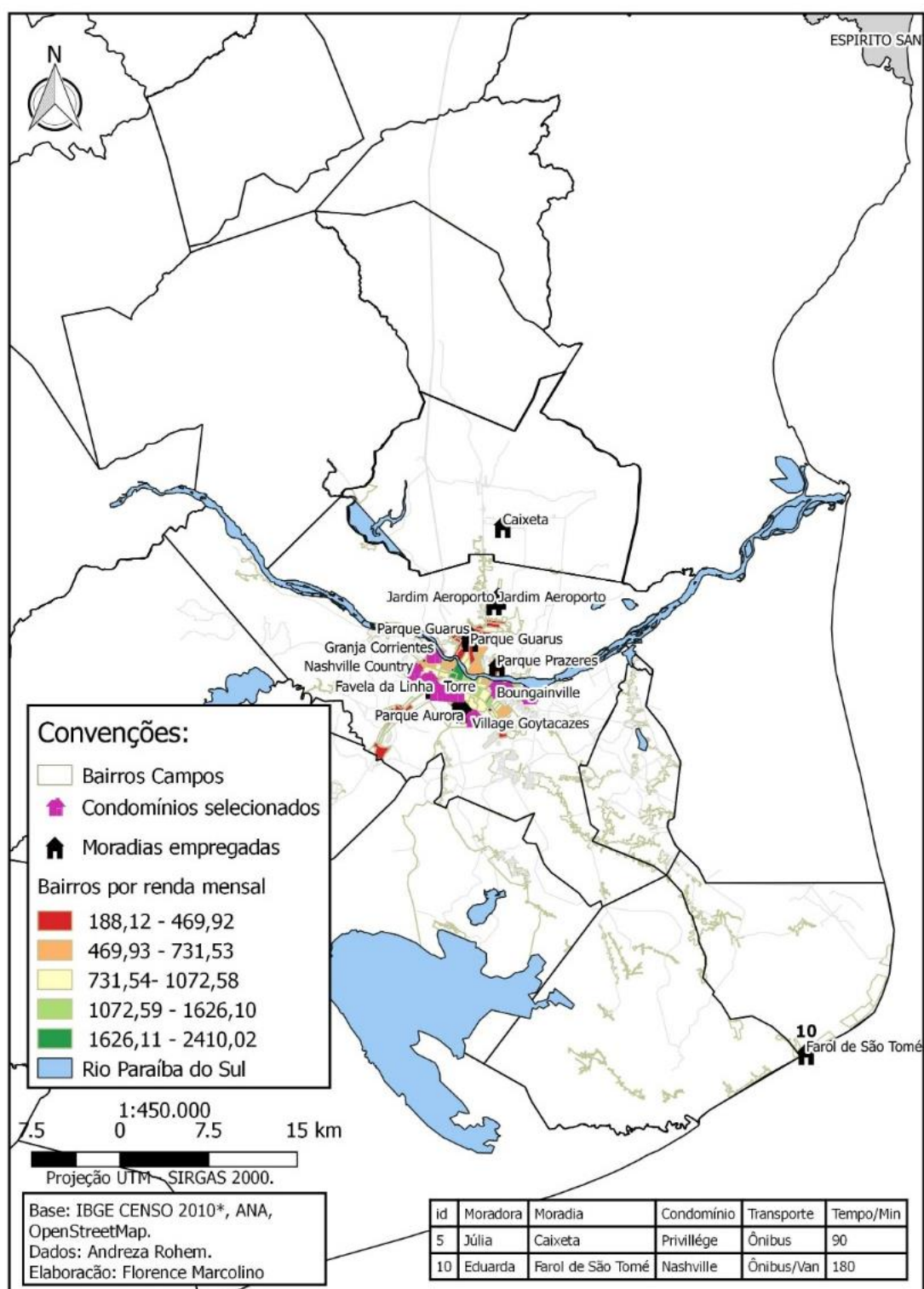
tiveram domésticas entrevistadas. Os condomínios cujas domésticas foram entrevistadas estão assinalados na tabela junto aos mapas.

Mapa 02: Localização dos condomínios selecionados e rendimentos médios dos domicílios segundo áreas intraurbanas de Campos dos Goytacazes-RJ



* Alguns bairros são posteriores a realização do CENSO de 2010 e por isso não constam dados de renda.

Mapa 03: Localização dos condomínios selecionados e rendimentos médios dos domicílios segundo áreas intraurbanas de Campos dos Goytacazes-RJ (Escala pequena)



No momento em que os condomínios horizontais fechados se instalam nas periferias, essas áreas passam a ter uma renda média mais elevada que mascara os bolsões de pobreza que existem, ou melhor, que resistem nesses bairros. Esse é o caso da única doméstica que mora em um bairro com renda média mensal entre 1626,11 a 2410,02 reais – maior intervalo de valor apresentado para os bairros da cidade de Campos dos Goytacazes no censo de 2010. Fabiana é moradora da comunidade Favela da Linha, uma ocupação as margens da linha férrea extremamente pobre. Esses valores médios escondem a realidade extramuros, pois fora dos muros a área abriga uma população extremamente pauperizada com habitações precárias e renda mensal baixíssima. Fabiana represente bem a pobreza extramuros dos condomínios. Ela mora em um barraco pequeno, mal iluminado e é a que possui posição social mais vulnerável entre as dez entrevistadas. Já idosa, morando sozinha vive com apenas 450 reais e não possui carteira assinada e só a teve em um período de dois anos ao longo da vida. Possui baixíssima escolaridade e muita dificuldade em escrever o próprio nome.

“Eu nem sei até quando estudei, isso é uma dificuldade, eu estou tentando até hoje. Eu começo paro, começo paro e assim vai. É muito estresse” (FABIANA, 2019).

Seu salário seria insatisfatório para arcar com o transporte público se sua residência não fosse próxima ao local de trabalho. Uma vez que, caso houvesse a necessidade de apenas duas conduções para ir e voltar do trabalho seriam gastos 132 reais e em geral para chegar a periferia da cidade – que é o local de trabalho – só é possível usar um único transporte público se o ponto de partida for a área central e a população trabalhadora de baixa renda raramente mora nas áreas centrais da cidade.

Sua fragilidade socioeconômica compromete seriamente sua locomoção como pode ser observado no relato abaixo,

Pra resolver alguma coisa eu costumo ter que gastar 4 passagens pra ir e voltar e agora que tá 2,75 cada uma eu evito sair de casa pra não gastar. É muito dinheiro, haja dinheiro. Imagina isso numa semana? Nem tem como. E o ponto de Ônibus é longe, a gente tem que ir lá no asfalto pra poder pegar. É brincando umas meia hora andando até lá. A gente tem só bicicleta, é com isso que a gente se vira. Não acho que o transporte público garante um bom deslocamento pra mim e minha família porque é caro e não temos dinheiro pra ficar andando. Nem é só porque demora é porque é muito dinheiro pra sair de casa (FABIANA).

Duas domésticas moram em um bairro de renda média mensal de 731, 54 a 1072,58; três residem nos bairros de menor renda 188,12 a 469,92; e quatro moram em áreas que não constavam no censo de 2010. O Jardim Aeroporto que é um bairro criado posteriormente ao censo de 2010; Caixeta que é considerado zona rural e Farol de São Tomé que é um distrito da cidade Campos dos Goytacazes. As duas moradoras do Parque Aeroporto relataram que o bairro

não conta com infraestrutura de lazer nenhuma é precário e extremante esquecido pelo poder público. Realidade comum as periferias mais distantes ocupadas pela população pauperizada.

Excetuando a moradora da comunidade Favela da Linha as duas domésticas que moram em um bairro de renda média mais elevada entre as entrevistadas possuem uma vivência diferente das demais. Lara não possui família e nenhum dependente financeiro e Paloma também não possui dependentes financeiros já é aposentada e trabalha como doméstica para aumentar a renda mensal.

Tanto os patrões, quanto as empregadas são moradores da periferia da malha urbana da cidade de Campos dos Goytacazes e entre as dez entrevistas, duas moravam próximas ao local de trabalho, porém nas áreas mais pobres dos bairros. Fabiana como foi supracitado e Lara. É importante destacar que, em geral, as domésticas ocupam as periferias mais distantes, enquanto os condomínios ocupam as mais próximas.

Lara é trabalhadora do condomínio Village Goytacazes e comprou um apartamento de um quarto próximo ao local em que trabalha. Com a orientação dos seus patrões fez um financiamento para adquirir o imóvel depois de cinco anos trabalhando como doméstica e morando no emprego. Ela poupou todo o salário que pode para adquirir esse sonho. Seus patrões orientaram comprar o imóvel próximo ao serviço exatamente pela dificuldade de transporte público na cidade de Campos dos Goytacazes.

Moradora do Parque Aurora cuja renda média mensal é de 731, 54 a 1072,58 e na divisa bem próximo a um bairro de renda ainda mais baixa, Lara só conseguiu adquirir este imóvel, de apenas um quarto, graças ao programa de financiamento “Minha Casa Minha Vida”. O financiamento foi uma política de habitação do governo do Partido dos Trabalhadores que concede financiamentos com subsídios a famílias mais pobres²⁷.

Segundo Lara, essa conquista foi possível graças ao fato de morar no serviço,

Morando no serviço a gente tem pouco gasto né e eu sou bem mão fechada. Assim, eu evito sair pra não gastar e juntar meu dinheirinho. Foi assim que eu consegui, tenho muito orgulho de ter conseguido isso porque não teve dinheiro de ninguém além do meu. Eu consegui com meu trabalho (LARA, 2018).

²⁷ O programa “Minha Casa Minha Vida” foi um programa governamental destinado a conceder subsídios a empréstimos imobiliários, junto à Caixa Econômica Federal, para aquisição da primeira casa própria. Quando entrou em vigor o programa possuía os seguintes financiamentos e públicos alvos: I- famílias com renda até três salários mínimos possuía subsídio integral mais isenção do seguro obrigatório; II- família com renda entre três e seis salários mínimos possuía subsídio parcial e acesso ao Fundo Garantidor que reduzia os riscos, uma vez que, pode ser usado para refinaranciar parte da prestação caso a família que contratou o empréstimo perca a renda – essa garantia foi muito importante para grupos socioprofissionais como as domésticas, pois a instabilidade de seus empregos inviabilizava financiamentos acessíveis – III- família com renda entre seis e dez salários mínimos havia redução dos custos de seguro e acesso ao Fundo Garantidor. (HIRATA, 2009)

Segundo Saffioti (1979), na “ocupação doméstica, uma vez que se computam a renda monetarizada e a renda não-monetarizada, as mulheres ganham mais que muitas atividades características do baixo terciário. Haveria, contudo, de se computar a segurança relativa oferecida pelo capitalismo a seus trabalhadores” o que não ocorre na relação de trabalho doméstico. Essa renda não monetarizada seria oriunda da alimentação realizada pela trabalhadora junto a residência a qual presta o serviço e em alguns casos as despesas referentes a moradia. Essa falta de segurança no trabalho inviabilizaria ou encareceria o financiamento se não fosse a política de habitação mencionada.

Eu moro a 5 minutos daqui. Comprei esse apartamento justamente para ficar próximo ao emprego. Minha patroa ajudou nos tramites e burocracia para financiar o imóvel que já tá quase todo quitado. Boa parte foi paga com uma entrada que eu juntei trabalhando como doméstica mesmo. Essa minha patroa atual me incentivou muito. Agora eu estou juntando para adquirir um carro (motivada pela patroa que a incentivou e liberou e as vezes até levou a autoescola para ela tirar sua habilitação de motorista). Porque depender de ônibus nessa cidade é muito difícil e dirigindo eu posso até levar as crianças (filhos do patrão) na escola (LARA, 2018).

Lara atribuiu a conquista do imóvel apenas ao seu trabalho e economias mensais e não a uma política de Estado que possibilitou o financiamento as camadas sociais mais vulneráveis economicamente. Todavia, é notório que a despeito dos problemas dessa política habitacional, inegavelmente ela deu acesso ao “sonho coletivo” da casa própria.

Fabiana trabalhadora no condomínio Sonho Dourado ao contrário de Lara não passou a morar lá em virtude do emprego. Ela e sua família moram há anos na Favela da Linha e o emprego é posterior a essa ocupação. “Eu vou pro trabalho a pé mesmo. Levo uns vinte minutos andando”

Nesta área moram algumas famílias que resistiram e permaneceram após a desocupação da prefeitura. Em 2014 a Prefeitura Municipal iniciou um processo de remoção dos moradores desta favela que existia a mais de vinte anos. O argumento utilizado pela prefeitura é que em virtude desta ser uma área de não edificação às margens da ferrovia, a desocupação era irrevogável. Entretanto, vale ressaltar que assim como em quase todo o Brasil esta linha férrea não possui atividade significativa atualmente. A Lei 6766 de 1976 determina como faixa não-edificável a largura de 15m ao entorna das linhas férreas. Essa área seria uma reserva necessária para estruturas exigidas pela operação como: Estações, Oficinas e Pátios, bem como à futuras expansões da ferrovia. Como a demanda da atividade férrea é quase zero nessa linha a possível necessidade da ferrovia ser comprometida pela ocupação é irrisória. Logo, para sustentar a desocupação a prefeitura alegou que aquelas famílias estão em área de risco, devido a alagamentos e à situação de vulnerabilidade social. Situações estas que só viraram pauta dos

debates na câmara dos vereadores depois da vizinhança ter sido ocupada por inúmeros empreendimentos de condomínios horizontais de alto padrão. Segundo Santos (2014, p. 110), “nos últimos decênios o jogo dos fatores do mercado é ajudado por decisões de ordem pública, incluindo o planejamento, as operações de renovação urbana e de remoção de favelas, cortiços e outros tipos de habitação subnormal”.

3.3- Trabalho doméstico nos condomínios horizontais fechados de alto e médio padrão: interdições visíveis e invisíveis

Entre as dez entrevistadas sete eram a única empregada da casa, sendo que duas possuíam ajuda esporádica de uma diarista. Desta forma, essas mulheres eram responsáveis por lavar roupa, passar, limpar a casa, cozinhar e cuidar das crianças casos houvesse.

Eu faço todos os serviços da casa. Inclusive cuido do filho de 13 anos que é diabético e sou a responsável por medir a glicemia e aplicar a insulina, cuidar da dieta dele e tudo mais. Eu ensino dever de casa, e tenho que ficar com ele até a mãe ou o pai chegar. Não pode deixar em casa sozinho. É como se eu fosse uma babá também, mas sem receber por isso (SARA, 2019).

“Eu faço todas as atividades da casa, lavo, passo, cozinho, cuido das crianças. Sou eu quem leva pro colégio. Todo dia acompanho os dois até a escola. Eu chego sirvo o café, levo pro colégio, volto e faço as tarefas de casa e fico fazendo isso até a noite” (LARA, 2018).

O trabalho doméstico em condomínios horizontais fechados além de possuir o acúmulo de tarefas possui o agravante do padrão dos imóveis. São casas muito grandes, com jardins e áreas externas de lazer que precisam de limpeza e cuidados constantes. Acrescentado o fato que estas mulheres precisam andar distâncias significativas dentro dos condomínios e são a única força de trabalho na casa, as tarefas se tornam ainda mais enfadonhas.

Há diferença de trabalhar na casa de condomínios. A casa é mais cansativa pra cuidar, tem jardim pra cuidar, área externa pra limpar. Porque casa de condomínio dá muito trabalho, são muito grandes, com jardim e área externa enorme e tudo isso fica pra gente limpar e cuidar. Então tem muito mais serviço que as outras casas (LARA, 2018).

Segundo relatos, o problema de trabalhar em condomínios neste padrão não são as regras ou as políticas de entrada e segurança. Para a maioria essa rigidez e segurança as deixam mais confortáveis de ficar trabalhando quando estão sozinhas.

Não houve reclamações sobre a política de entrada nos condomínios. Quase todas relataram não precisar se apresentar ou usar algum tipo de identificação para entrar.

“Eu fiz um cadastro quando entrei lá e ganhamos um crachá, mas ninguém usa. Não precisa, porque eles já conhecem a gente” (FERNANDA, 2019).

A entrada de pedestre é a mesma para qualquer um que chegue a pé. Os funcionários possuem cartão magnético para abrir o portão e suas entradas e saídas ficam registradas. Tem câmera e no nosso cadastro marca os horários de entrada e saída. Uma vez o porteiro me perguntou por que meu registro não marca saída. É porque meu patrão me dá carona até a rodoviária pra economizar passagem. Ai eu não saio no portão da gente (JÚLIA, 2018).

“Quando eu comecei a trabalhar lá eu fiz um cadastro e me deram uma carteirinha. Agora eu nem tenho usado mais porque eles não pedem, mas eu tenho. É só um protocolo. Eu não acho severa as políticas de entrada e saída, é uma forma de controlar as pessoas e isso é normal” (EDUARDA, 2019).

“Não sinto diferença em trabalhar em casa de condomínio. A entrada e saída é tranquila todo mundo já me conhece. Inclusive eles me chamam de dona, fico toda boba. Eu acho mais seguro ficar na casa sozinha quando é condomínio” (LARA, 2018).

Eu acho a mesma coisa, a segurança que é mais. O condomínio se torna mais confiável. Pra entrar tem as guaritas com guarda, então a segurança é mais que uma casa normal. Na entrada do condomínio é só você chagar porque os guardas já conhecem os funcionários e sabe de que casa é e tal (ELIELSA, 2019).

O portão destinado aos funcionários é o mesmo portão destinado aos pedestres em todos os condomínios, todavia, os funcionários e prestadores de serviços são, em geral, os únicos que chegam ou saem a pé destes condomínios. É tão normalizada a ideia de que apenas os funcionários chegam a pé aos condomínios que uma doméstica relatou que o filho do patrão foi confundido com o jardineiro no dia em que chegou a pé no condomínio Privillège.

Todas comentaram se sentir bem trabalhando nos condomínios e acham o espaço muito seguro. Porém, não é o melhor lugar para trabalhar devido à distância e ao tamanho das casas. Sara cogitou deixar a serviço devido à distância e ao tamanho do imóvel que acabavam a deixando muito esgotada fisicamente.

Seis empregadas relataram caminhar muito da portaria até a casa em que trabalham e duas relataram ser necessário uma bicicleta para viabilizar a translado. Três afirmaram andar pouco, pois, as casas em que trabalham são próximas a portaria e uma considerou mediano.

Mesmo quando a casa é próxima a portaria existem outras dificuldades inerentes a locomoção, como, pontos de ônibus distantes dos condomínios. “O ponto de ônibus até o condomínio é longe. Eu pego do outro lado da prefeitura, que é perto do IFF, e o condômino é na rua de trás. Pra descer eu já desço em frente. Mas dentro do condomínio a casa que trabalho é do lado da entrada então não ando praticamente nada” (ANA, 2019).

Em relação ao espaço da casa a maioria possui banheiro específico e não utiliza a mesa principal para fazer suas refeições.

Temos o banheiro do lado de fora do funcionário. Mesmo sendo eu que cozinho eu não como da comida do patrão e não posso usar os utensílios e pratos deles. Eu na verdade não almoço durante o serviço então não uso mesa nenhuma. A gente tem um local de descanso, mas eu não posso descansar. É um quarto de funcionário que não uso porque não pode descansar tendo serviço pra fazer e sempre tem (ANA, 2019).

Não sento na mesma mesa que eles, eu nem gosto. Porque na hora que eles estão comendo sempre precisam de alguma coisa. Eu tenho o meu banheiro, tem até um quarto, mas não uso porque não durmo lá. Ninguém nunca falou que não podia usar outro banheiro não, a gente que já tem o hábito de só usar esse. Então não sei se eles se importam se usar os outros (EDUARDA, 2019).

Tem as coisas de uso da cozinha que não são para ser usadas por mim, são as coisas que é pra deixar pra ela (patroa) usar final de semana. Na casa tem as vasilhas e panelas que podem ser usadas e quando. Tem coisa que me ensinaram que é só pra usar final de semana. Os banheiros de cima só podem ser usados por eles e são proibidos pra mim (SARA, 2019).

Ainda que, em alguns casos, não houvesse de forma formal a limitação de uso da casa, elas já estavam habituadas a separar os espaços de uso.

“Bom, ninguém nunca me falou nada que não podia usar os banheiros de cima. Mas é bom senso né” (PALOMA, 2019).

“Eu não acho certo sentar na mesa com os patrões. Eu não estou ali pra isso, então nunca me atrevi a comer lá” (FABIANA, 2019).

O filme “Que horas ela volta” mostra bem essa subserviência na qual esse grupo socioprofissional está habituado a internalizar ainda que formalmente não tenha sido explicitado. Não é necessário dizer que elas não podem sentar-se à mesa para comer com os patrões, que o acesso a casa não seja livre. Segundo Souza (2017, p.14), isso se dá pois. “Normalmente, todas as pessoas são influenciadas pelo paradigma a qual são criadas e ninguém, em condições normais, pensa além de seu tempo”.

Se esse modo acanhado e submisso deste grupo socioprofissional não precisa ser ensinado quando entram no serviço de que forma essa postura é aprendida? A separação entre seres de primeira e segunda classe é o que distingue a ação submissa ou não dos seres humanos. Segundo Souza (2017), primeiro foi a ação religiosa, e depois, hoje em dia, pela ação da mídia e da indústria dos bens de consumo cultural, como cinema e livros populares que são responsáveis por essa espécie de condicionante da classe trabalhadora.

Ela manda em nossas ações e nossos pensamentos ainda mais pelo fato de nunca sequer termos jamais refletido acerca de sua influência no nosso comportamento diário e na nossa vida como um todo. Sem a consciência crítica da ação dessas ideias sobre nosso comportamento, somos todos vítimas indefesas de uma concepção que nos domina sem que possamos sequer esboçar reação (SOUZA, 2017, p. 15).

Apenas duas funcionárias relataram ser convidadas para comer junto aos patrões.

“Eu como da comida do serviço, sou eu que faço a comida, então eu como. Quando eu não vou adiantar as coisas eu até almoço com eles. Come todo mundo junto sem problemas” (FERNANDA).

“Eles fazem questão que eu almoce junto deles, mas eu não gosto. Não gosto mesmo. Eu fico sem jeito. Porque nas outras casas não era assim, eles são diferentes. Eles vão a restaurante e me levam, passeiam comigo” (LARA, 2018).

Entre as entrevistadas três não comem da comida do patrão e nunca foi oferecido a elas.

Com exceção de uma das entrevistadas, todas alegaram nunca terem usado os espaços comuns de lazer do condomínio. Elas não conhecem e não sabem dizer quais equipamentos urbanos e de lazer existem. Em geral, não sabem informar se é permitido a utilização pelos funcionários, todavia, acreditam ser obvio que não é permitido.

Eu não sei informar sobre quais áreas são restritas, pois nunca circulei pelo condomínio. Acredito que se eu quiser sentar na área de lazer e ler um livro pode sem problemas. Mas que utilizar os equipamentos nunca vi nenhuma empregada usando. Somente as babás utilizam por necessidade de cuidar das crianças. Mas acho que não pode não (JÚLIA, 2018).

“Eu não sei nada sobre a área de lazer do condomínio, é que a gente entra direto pra trabalhar e sai “seca” pra ir embora. Eu sei que tem piscina, academia, campo de futebol” (EDUARDA, 2019).

Algumas confirmaram que existe regra explícita que as impedem de utilizar.

Eu nunca frequentei nenhuma área de lazer do condomínio. Os funcionários não têm nenhuma liberdade pra fazer isso não, menina! É regra de todo os condomínios. A gente não pode usar não. Funcionário é funcionário, né! Eu não tenho direito a andar em qualquer lugar do condomínio. Eu estou lá para trabalhar e não me divertir ou passear (ANA, 2019).

“Olha eu nunca usei ou fui em nada nesse condomínio, mas eu fiquei sabendo que tinha uma moradora daqui que queria que a funcionária dela malhasse com ela na academia e o síndico não deixou. Ela teve que pagar pra ela e a funcionária malhar fora” (JÚLIA, 2018).

A única doméstica que já utilizou efetivamente um espaço de lazer do condomínio foi Letícia. Em virtude do convite para ser madrinha de casamento do filho dos patrões teve a oportunidade de gozar do salão de festa do condomínio Privillége.

Na época ficava essa mulherada tudo comentando sobre a empregada ter sido convidada pra ser madrinha. Eu sempre andei pra chegar à casa dos patrões a pé aqui dentro do condomínio e ninguém me ofereceu carona. Mas perto do casamento a vizinha me deu carona só pra indagar do casamento e saber se era verdade que eu ia ser madrinha (LETÍCIA, 2018).

Durante o trabalho de campo nas áreas de lazer do condomínio Granja Corrientes, foi possível observar a relação de algumas domésticas com esse espaço. Apenas as babás

frequentam essas áreas e, apesar de frequentar, não utilizam se quer as cadeiras para se sentar. Foi observado com mais cuidado uma babá que acompanhava duas crianças que brincavam na piscina. Assim como esta babá havia outros pais que acompanhavam seus filhos. Eles estavam sentados nas cadeiras que ficam em volta da piscina e conversavam entre si. Já a babá não se sentou nas cadeiras em momento nenhum e permaneceu em um canto agachada de cócoras na sombra. Sempre que alguém vinha a área de lazer cumprimentava todos que estavam ali menos a babá que se encontrava no canto sozinha. A figura daquela mulher funcionava como uma extensão inanimada das crianças, desprovida de identidade e significância. Apesar de não utilizar uniforme, sua distinção aos demais moradores era clara, tanto com relação à vestimenta como com relação à postura. Estava relativamente distante das outras pessoas, não estabelecia diálogo com ninguém, não sorria, apenas aguardava sem ao menos se sentar.

Durante trabalhos de campos no condomínio Privillége, não foi encontrada nenhuma doméstica em qualquer área de lazer. Os únicos funcionários que circulavam por ali eram os responsáveis pela limpeza deste espaço. O condomínio conta com piscina externa e interna, praças, parquinho infantil, sala de jogos, sala de Squash, quadras, entre outras coisas. É importante ressaltar que segundo Letícia, que foi entrevistada neste condomínio, o síndico proíbe de forma explícita que as empregadas utilizem estes espaços.

3.4- A vida para além do trajeto casa-trabalho: o lazer, o consumo e a família

As domésticas como membros de uma classe social desprivilegiada possuem não apenas formas precárias de trabalhar, mas também, um lazer e uma vivência da cidade precarizada. Com jornadas duplas (trabalho doméstico remunerado e trabalho doméstico em sua própria residência) longas e pesadas, estas acabam gozando de pouco ou nenhum tempo de ócio. Quando há tempo para o lazer optam por manter-se próximas a seus bairros para evitar gastos com transporte.

“Meu lazer é conversar na rua com os vizinhos e com a família. Eles moram tudo por aqui mesmo. Gosto muito de ir à igreja também. Todo domingo eu estou lá, não falto” (FABIANA, 2019).

“Meu lazer é assistir um filme em casa mesmo. Eu gosto muito de final de semana dar uma volta no centro de Campos. Só isso. Às vezes eu vou ao cinema com meus patrões” (Lara, 2018).

“Lazer certo é passar uns dias na praia na época de carnaval, tirando isso minha família não é de sair muito” (ELIELSA, 2019).

“Eu não considero que tenho lazer nenhum, no máximo vou a esquina tomar uma cerveja. Mas eu não vou ao shopping, cinema, festas, nada disso” (JÚLIA, 2018).

“Eu gosto de ficar mais em casa, o tempo livre que eu tenho eu gosto de estar em casa. Não sou muito de sair não” (FERNANDA, 2019).

Como destaca Santos (2014) na sociedade moderna o lazer é cada vez mais condicionado a ser comprado.

Temos que comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessário a sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumismo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais (SANTOS, 2014, p. 64).

Fora todas essas circunstâncias a sociedade moderna condenou o ócio. Ser produtivo é a palavra de ordem, logo estar em ócio enquanto não se tem tudo que deveria ter é condenável. Desta forma, restam as camadas mais pobres acumular tarefas e empregos no intuito de conquistar todos os bens materiais desejados e se privar de toda forma de lazer.

A falta de respeito pelo ócio e pela ‘indolência’ reprodutiva e produtiva é um dos piores resultados da sociedade de mercado mercadorizada. Quem experimenta tarefa e trabalho intensos descobre que mente e corpo estão ‘exaustos’ e têm pouca energia ou inclinação para fazer qualquer coisa que não seja entregar-se à ‘diversão’ passiva. As pessoas que estão exaustas querem relaxar na ‘diversão’, muitas vezes assistindo a uma tela ou conduzindo um diálogo com uma série de telas. É claro que todos nós precisamos nos ‘divertir’ de alguma maneira. Mas se a tarefa e o trabalho são tão intensos, pode ser que não tenhamos nenhuma energia ou disposição para participar de atividades de ócio mais ativas (STANDING, 2013, p. 195).

Como resultado dessas múltiplas tarefas essas mulheres resumem seu lazer ou melhor ocupam seu pouco tempo de ócio com o não-lazer. Dormir, ficar em casa são as formas de utilizar o tempo livre destas mulheres. No máximo conversar com os vizinhos, ir ao bar da esquina tomar uma cerveja. Elas não utilizam praças, shoppings, teatro, cinema e pouco conhecem da sua própria cidade. Se restringem a se locomover para o trabalho e refugiar-se em suas casas nos tempos livres.

“Final de semana eu limpo casa e fico com meus filhos. Só isso, nada de mais, descansar” (SARA, 2019).

Quando eu fico em casa eu vou limpar casa. Mas isso não é lazer né? Antigamente quando eu costumava sair, eu ia no pagode. Mas agora não tem mais pagodes pra ir. Quando eu saio agora, o que é raro, eu saio sento num barzinho e tomo minha cerveja. Mas isso é uma vez no mês e olhe lá. Pra relaxar a cabeça a gente fica na frente de casa conversando” (FERNANDA, 2019).

“Tempo pra lazer com minha família só final de semana. Geralmente a gente vai a praia (mora próximo a praia) ou a casa da minha mãe. Final de semana não dá pra sair muito porque tem que fazer as coisas da casa e segunda já tem que trabalhar cedo” (EDUARDA, 2019).

Por não usarem seu tempo livre para o lazer (o lazer ativo ou que elas consideram lazer) estar mulheres não mostraram interesse ou mesmo curiosidade sobre os equipamentos de lazer do condomínio em que trabalham. Quando perguntadas se gostariam que estes espaços fossem abertos para toda a cidade muitas responderam: por mim tanto faz. Eu não teria tempo para usar nada disso mesmo.

“Eu não acho que mudaria nada se esses espaços fossem pra todo mundo usar. Porque eu não ia usar mesmo. Não tenho tempo. **E coisas que são pra todo mundo assim não dá certo. Tem que ser separado mesmo**” (FERNANDA, 2019).

Elas no geral reproduzem o discurso da elite detentora dos recursos. Condenam a baderna; acreditam que espaços públicos são bagunça; que a distinção e separação dos espaços é necessário para a ordem e o bom funcionamento dos espaços; que os condomínios fechados são justos, bons e necessários. Não enxergam de forma crítica que o outro, o baderneiro, o indesejado tão recorrente no discurso da elite detentora dos recursos e moradores dos condomínios fechados são não só elas como seus filhos, parentes e amigos. Elas não enxergam esses espaços privados da cidade como uma exclusão ou desigualdade social. Entendem isso como mérito pelo esforço de quem tem tais acessos ou benção de Deus.

Eu não acho desigualdade esses condomínios grandes não. Se Deus abençoou ele, eu não vou invejar, eu fico feliz que tem gente que pode ter isso. Se a gente tiver fé um dia a gente pode ter também. Eu acho que Deus dá a oportunidade pra todo mundo, se eu não tenho vou ter que lutar e conquistar (FABIANA).

Nenhuma manifestou insatisfação ou indignação pela cidade não contar com estruturas e equipamentos de uso comum para o lazer de forma satisfatória. Mesmo que instigadas a refletir sobre isso. Nenhuma utiliza qualquer praça ou parque do bairro da cidade. Apenas uma afirmou que algum membro da família utiliza a quadra do bairro. Ora afirmam não utilizarem espaços públicos de seus bairros por conta da violência ao qual estariam expostas, ora por falta de tempo ou até mesmo por falta de interesse. E quando as demais áreas da cidade – ainda que longe de seus bairros – afirmaram nunca sentir interesse em ir.

Sobre os equipamentos urbanos de lazer de seus bairros afirmaram:

“No bairro onde eu moro, de lazer, tem uma pracinha, mas eu nunca fui lá! É aqui perto, mas dizem que o clima é pesado, é meio perigoso. Tem lugar que eu evito né, a gente que é mulher evita” (LARA, 2018).

“Na esquina de casa há uma praça, porém não frequento por ser perigoso” (JÚLIA, 2018).

Sobre a utilização dos espaços públicos da cidade a fala que melhor representa a realidade de mulheres pobres e trabalhadoras assalariadas foi:

O bairro que eu moro é muito perigoso. Lá não tem praça, parque, não tem nada no Aeroporto. Eu não aproveito o espaço urbano da cidade. Nem quando meus filhos eram pequenos. Eu sempre trabalhei, eu tinha que trabalhar. Então não ia em praça, shopping e esse tipo de coisas. Tive tempo nem de ir em pracinha com eles (ANA, 2019).

Algumas questionadas da razão para não utilizar esses espaços afirmaram não saber ao certo. Que talvez por ser perigoso, mas que na verdade nunca se interessaram por conta da vida corrida. O que elas consideram lazer é feito em média uma vez por mês. Coincidindo com a data de pagamento. A forma de diversão mais citada foi ir à praia (resposta em grande medida induzida pela época do ano em que as entrevistas foram realizadas). Não há hábito de ir ao cinema e ao shopping – são extremamente esporádicos qualquer atividade que exija gastos altos. Há entre elas uma aversão a cinema e shopping. Consideram “besteira caras sem necessidade”.

“Tal de ir em shopping é uma palhaçada. Tudo caro, comida cara, roupa nem se fala. A gente fica lá andando pra ver as coisas que não vamos comprar e sai de lá cansada, sem nada e sem dinheiro. Porque transporte pra chegar lá gasta e a gente sempre acaba comendo algo né” (PALOMA, 2019).

Em relação a lazeres noturnos estes são inviáveis a não ser que possam contar com carona, pois não há ônibus em horário avançado da noite e transportes alternativos como Uber são inviáveis financeiramente.

“A gente desiste de ir nas coisas porque não sabe a maneira que vai voltar. Pra ir tem até condução, mas e pra voltar? A noite não existe” (FERNANDA, 2019).

Sair de noite eu só saio se for pra um aniversário de parente e olhe lá. Durante o final de semana e para sair à noite é quase impossível utilizar transporte público. Então eu só vou se alguém me der carona. Quando minha sobrinha pode me buscar eu vou e se ela não puder eu fico em casa, já estou acostumada (LETÍCIA, 2019).

Quando o assunto é cuidado com corpo, beleza e bem-estar elas não fazem ou buscam meios alternativos como fazer os cabelos e unhas em casa, comprar roupas e sapatos quando estão em promoção, entre outros. Duas relataram que ir a salão e comprar roupa não são coisas para empregadas domésticas. Enquanto, Letícia, que possuiu o hábito de fazer as unhas de 15 em 15 dias, (única entre as entrevistadas que possui gastos fixos com beleza) relatou que seu patrão a indaga da razão de gastar com unhas para fazer serviços doméstico já que ela não irá sair.

Segundo Fernanda, utilizar de serviço de taxi ou aplicativos não é uma opção pois ela não possui dinheiro para tal. Nenhuma delas se reconhecem clientes de alguma loja, pois não são frequentes para isso. Em relação a gastos médicos apenas Lara utiliza atendimentos médicos privados. Vale ressaltar que Lara é solteira, não possui nenhum dependente financeiro e é a única branca entre as entrevistadas.

Durante as falas ficou clara a preocupação de sempre tentar ir ao médico sem faltar ao serviço e evitar, assim, atestado médico ou até mesmo deixar de ir ao médico devido ao patrão não aceitar que falte ao serviço.

Pra ir ao médico eu vou no postinho perto da minha casa, pego o encaminhamento e vou no Álvaro Alvinho marcar. Tem que sair de madrugada pra pegar uma ficha. Chego umas quatro da manhã e as vezes nem consegue. Quando eu tenho que ir ao médico eu não pego folga no serviço. Eu vou pra consulta e quando saio eu vou trabalhar (ANA, 2019).

Costumo ir ao postinho perto de casa ou marco médico em Lagoa de Cima por ser mais fácil do que nos outros lugares da cidade. Mas costumo desistir de ir ao médico, meu patrão não permite que eu falte. Ele fala que dá pra eu ir ao médico sem faltar. Só que dependendo de van ou ônibus não tem como fazer os dois, fora que é cansativo demais. Eu não aguento ficar esperando médico a manhã inteira e ainda trabalhar até tarde (LETÍCIA, 2018).

As compras de supermercado são feitas, na maioria dos casos, mensalmente coincidindo com a data de pagamento. Entre as entrevistadas apenas duas utilizam transporte privado para ir às compras, enquanto as demais utilizam ônibus ou van. Em geral, elas reconhecem que utilizar transporte coletivo carregando compras é um transtorno e por essa razão compram em mercados próximos a sua residência independente do preço. Entre as que não compram mensalmente, duas alegaram que preferiam comprar por mês, porém não é possível em virtude do peso e volume que seriam carregados em transporte coletivo.

“Eu faço compra de supermercado no Atacadão. Por causa do preço, é mais barato. Mas pra fazer compra eu pego um Uber. Porque não dá pra carregar tudo de ônibus. Mas vou só uma vez por mês” (ANA).

“Eu faço compra no Superbom ou no Makro. Porque hoje em dia você tem que procurar onde tá mais barato. Tem que ir atrás de preço, não pode chegar e comprar. No Makro eu vou a pé, nos outros eu pego um ônibus e vou” (FABIANA, 2019).

“Eu faço compra de mercado lá em Farol mesmo. Faço por causa da proximidade. Eu vou de moto se for pouca coisa, se for muito meu marido vai de carro. É uns dez minutos de carro. Eu faço compra final de semana que estou mais livre” (EDUARDA, 2019).

Quatro das entrevistadas não possuem conta em banco ou qualquer tipo de cartão de crédito, duas possuem apenas conta bancária e uma utiliza o cartão de débito dessa conta, as demais utilizam do cartão de crédito e possuem conta em banco.

Ainda que passe despercebido pela maioria das pessoas a sociedade é hierarquizada por uma ideia-força, ou melhor por várias ideias-forças e seus desdobramentos. Logo, essas mulheres entrevistadas também estão submetidas a ideias-forças. Essa ideia-força separa povos e países, e também, classes sociais, gêneros e grupos étnico-raciais, “é construída e passa a ter extraordinária eficácia prática precisamente por seu conteúdo aparentemente óbvio e nunca refletido”. Esta condicionou por longos períodos históricos as mulheres em postos de trabalhos desprivilegiados e as manteve até os dias atuais, principalmente as negras (SOUZA, 2017, p. 14).

No caso deste trabalho o gênero feminino e a cor negra estão condicionadas por uma ideia-força a um trabalho socialmente malvisto, mal remunerado e com excessivo acúmulo de funções. Estas mulheres não refletem sobre o valor que agregam aos lares a que servem e atribuem, em muitos casos, a falta de esforços próprios para sua situação deplorável de trabalho. Esse sentimento perpetua a condição degradante deste emprego e foi fator fundamental para que elas nunca tenham buscado novas profissões, ainda que elas não reconheçam essa razão.

Durante as falas as razões apontadas para a inserção no serviço doméstico foram falta de estudo, gravidez precoce e histórico familiar de opressão paterna. E os motivos para permanecer após tantos anos é a falta de tempo para conciliar estudos/cursos e o emprego atual e a impossibilidade de ficar sem nenhuma renda para se dedicar aos estudos; e o medo de perder este emprego que apesar de ruim em inúmeros aspectos é a fonte de sustento certo. A falta de tempo para o ócio privou estas mulheres não só da vivência na cidade em diversas interações além do trabalho, como também, as privou de projetarem outras profissões ou futuro, ou questionarem sua condição.

“Eu até pensei em fazer outra coisa, mas como a gente não tem estudo nenhum não tem como. Na verdade, eu nem pensei em nada específico, nós não temos muito tempo pra pensar em nada não” (FERNANDA, 2019).

“É porque engravidei cedo e acabei ficando nessa vida até hoje. E o que eu queria mudar era que eu queria só cozinhar. Eu gosto disso. Fazer um curso de gastronomia. Fazer salgadinho e comida pra festa. Eu queria trabalhar com isso” (EDUARDA, 2019).

“Eu gosto do meu emprego. Mas já senti vontade de mudar. Não mudei porque tenho medo. Eu sempre fui medrosa. Tenho medo de sair de onde estou pra tentar algo novo e ficar sem nada” (SARA, 2019).

Duas reconhecem esse emprego como uma dádiva e são gratas por estarem nesta função.

Eu gosto do que eu faço, acho que nunca vou deixar de ser doméstica. Não me sinto rebaixada por isso. Eu penso assim: em vista do que eu era isso é uma conquista. Olha tudo que eu consegui trabalhando em cinco anos. Tem gente que demora tanto pra conseguir as coisas. Minha vida deu muito pra frente (LARA, 2018).

Fabiana diz nunca ter sentido preconceito sobre a profissão e que ela ganha filhos e outras famílias com o que faz:

Nunca sofri preconceitos graças a Deus. A minha filha que criei (filha da patroa) tem 18 anos e mora nos Estados Unidos quando ela vem pra cá ela sempre passa aqui em casa pra me ver. Tem muito amor por mim. Graças a Deus eles me tratam como se eu fosse da família. São todos meus amigos, somos uma família (FABIANA, 2019).

É importante ressaltar que as condições de vidas de ambas antes deste serviço eram as piores entre as entrevistadas e que sofreram por anos opressão masculina dentro de seus lares. Desta forma, o emprego como doméstica foi por elas atribuídos a uma emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo trazer, o debate acerca do grupo socioprofissional das domésticas, para o cenário acadêmico, focando as injustiças sociais, de gênero e pertencimento étnico-racial. A profissional doméstica é uma figura negligenciada na análise do sistema capitalista e das relações cotidianas das cidades. Colocá-las como pauta de trabalhos acadêmicos é de suma importância para romper com a aceitação fatalista de seu lugar submisso e acanhando tanto dentro dos lares ao qual vivem e trabalham, como, dentro da cidade em que moram.

Ao analisarmos suas dificuldades de locomoção, seus locais de moradia, e a violência e o medo ao qual estão expostas na cidade, assim como, em sua profissão visamos mostrar como o corpo feminino e negro ainda segue aliado de usufruir de boas carreiras, de oportunidades econômicas e profissionais, de bonanças urbanas e confortos dos mais diversos. Até mesmo o lazer é a elas negado, seja por falta de tempo, seja por falta de infraestrutura e transporte.

Levar horas a espera de um ônibus para ir trabalhar e ter a necessidade de utilizar mais de um tipo de transporte para chegar ao serviço dificulta demasiadamente a vida cotidiana destas mulheres. São horas que lhe são roubadas de seus dias, horas essas que seriam gastas em cuidados pessoais ou para estreitar laços familiares. Essas mulheres passam a vida nesta rotina longa e desgastante e se lamentam por não cuidarem do desenvolvimento de seus filhos como queriam, ou seja, lamentam não cuidarem de seus filhos como cuidam dos filhos de seus patrões.

Se já não bastasse as horas perdidas em pontos de ônibus há muitas vidas negras perdidas nesta espera. Como mostrou os dados do Atlas da Violência de 2018 as taxas de homicídios de mulheres negras são 71% superior à de mulheres brancas. “Em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras”. Alvos fáceis em razão da renda, do gênero e da cor as domésticas entrevistadas criam estratégias para sobreviverem na cidade. Estratégias essas que vão desde andar mais para evitar pontos de ônibus desertos, a dormirem no serviço quando saem tarde do trabalho.

A consubstancialidade é a lente que permite analisar a situação vivida por essas mulheres. Afinal, discutir as injustiças sociais pela classe social ao qual elas pertencem jamais daria conta de explicar suas opressões e dificuldades cotidianas. Assim como, a discursão de gênero e de pertencimento étnico-racial isoladamente não seriam capazes de abranger toda a

questão. Consubstancialidade é, pois, “o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (KERGOAT, 2010, p.05).

O fato da taxa de homicídio feminino ter subido 4,6% entre os anos de 2010 e 2016 e das mulheres ainda serem maioria no trabalho doméstico remunerado e não remunerado mostram que apesar dos movimentos feministas e de diversas conquistas a nível pessoal e social a igualdade entre os gêneros está longe de acontecer. Kegoat (2010, p. 05) afirma que, “se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão”.

A condição dessas mulheres tão oprimidas e injustiçadas são percebidos por olhos cansados e poucas reclamações. Frente a uma vida pesada e oprimida elas não enxergam as injustiças que as cercam. Atribuem sua posição social a fatalismos e por não terem se dedicado muito aos estudos. Segundo elas, seus patrões possuem mansões e confortos porque se esforçaram para isso. O discurso da meritocracia disseminados pela elite e a atribuição à Deus das conquistas dos patrões ameniza possíveis revoltas. O contraste dos condomínios horizontais fechados em relação a seus locais de moradia não é objeto de revolta nem mesmo quando estimulada a reflexão. A cidade fragmentada, excludente e desigual, para elas, é o normal/natural e não pode ser mudado e por isso não deve ser questionado.

“A vida é assim menina. A gente não deve ficar pensando nessas coisas. Elas são o que são. Cada um tem seu lugar e eu sei qual é o meu. A gente luta pra viver com dignidade onde a gente nasceu. (FABIANA, 2019)”

As mulheres, independentemente de sua classe social, não gozam de liberdade plena em seu ir e vir, no seu corpo, em sua carreira profissional. A ciência caminha lentamente para dar voz ao coro feminino de intelectuais que falam como mulheres sobre situações vividas por mulheres. O dinheiro em certa medida aufere um ar de liberdade as que podem usufruir dele. Todavia, nem para elas a cidade permite a sua emancipação. Não são todas as ruas que elas podem caminhar nem qualquer estrada conduzir seus privilegiados veículos particulares.

Quando nem o conforto do dinheiro ou o privilégio da cor branca recaí sobre o corpo feminino as labutas cotidianas e os usos da cidade se tornam limitados. Ora as praças, parques e outros equipamentos de lazer urbanos não são usados porque não há tempo além do trabalho, ora porque eles não existem nos bairros pobres, ora porque o medo não permite. Ana nunca levou seus filhos a praça porque não teve tempo nem quando eram pequenos, Fabiana não

possui e nunca possuiu dinheiro para gastar com a condução dos cinco filhos para se divertirem em alguma praça, e na comunidade em que vive não existia qualquer equipamento de lazer comum. Nenhuma das dez mulheres, pobres e trabalhadoras domésticas utilizam ou já tiveram o hábito de utilizar qualquer equipamento de lazer da cidade. Suas locomoções são curtas, restritas a vizinhança e a casa de familiares a não ser para trabalhar. As horas gastas com o trajeto casa-trabalho são longas, cansativas e onerosas. Seu tempo de ócio junto a sua família é reduzido e mal aproveitado em virtude do cansaço da carga de trabalho diária.

Suas vivências da cidade se restringem ao local de trabalho. Destaque para o fato de ser ao local de trabalho e não ao bairro em que trabalha, pois elas não usam e não conhecem nada nos locais que trabalham que não seja necessário para desempenhar sua função. Elas trabalham em gigantescos condomínios fechados, projetados para serem perfeitos e satisfazerem todo o lazer de quem ali vive. Todavia, elas são incapazes de descrever o mobiliário urbano comuns dos condomínios em que vivem mais tempo que em sua própria casa. Elas moram em bairros cuja raridade de equipamentos urbanos é regra e trabalham em ilhas ideológicas das elites e classes médias na qual não podem nada. Afinal, nada é mais ideológico que os condomínios fechados, que reproduzem um tipo de habitação e de cidade à imagem e semelhança do capitalismo. Com tudo que vem dentro dele, machismo, racismo, desigualdades... Todos os malefícios que elas vivem constantemente na cidade e no trabalho ao qual desempenham.

Seus corpos e mentes estão condicionados ao trabalho de forma que elas não almejam o lazer, não se interessam em conhecer e usar a cidade na qual viveram toda a sua vida. São corpos projetados para o trabalho e não fazem nada além disso (SOUZA, 2017).

A percepção que elas possuem do espaço que moram há anos é parcial, truncada, fragmentado e reduzido. Segundo Santos (2014, p. 84), para um grupo desprivilegiado de múltiplas formas, como as domésticas, a cidade, como um todo, é impalpável, é nada mais que uma fração do todo. Assim ela é percebida e vivida “apenas pela lógica do medo, das premonições, da sensibilidade, que se aguça com o próprio acesso ao trabalho”. Essas mulheres consideram a aglomeração urbana como uma série de lugares: bairros, distritos, áreas. Alguns conhecidos intimamente, outros apenas de passagem, muitos não conhecidos de tudo. Mas jamais pensaram como um sistema com suas partes integradas, um complexo com uma unidade nodal, contraditória e desigual.

Sua mobilidade na cidade é reduzida e problemática isso porque a cidade é pensada para a locomoção por meio automóveis particulares. O uso ampliado do automóvel favorece a dispersão das atividades na cidade, espalhando-a, todavia, para mulheres limitadas pelo medo

da violência de gênero e cor e pela dependência de transporte público o espraio da cidade dificulta a acessibilidade urbana. Aumentam-se os custos em transporte e as horas gastas para desenvolver tarefas cotidianas. Para garantir a acessibilidade desse grupo socioprofissional é necessário um planejamento urbano que reordene a cidade pensando seus arranjos para o transporte coletivo e a desconcentração de recursos urbanos que façam que as distâncias para lazer, médico, compras, trabalho não sejam sempre longas e concentradas nas áreas centrais ou ocupadas pela população abastada. Mas, é preciso mais que isso, pois as relações sociais tecidas com os padrões ainda não consideram que elas possuem direitos de ir ao médico e simplesmente senta-se à mesa e usar os utensílios da casa.

Segundo Gomide (2016), para garantir um transporte público eficiente é necessário que a população que mais o utiliza participe das decisões. Para ele quando “as comunidades estão no centro da sua prestação, ou seja: quando os usuários participam da especificação da qualidade e avaliação dos serviços que recebem” há uma redução dos tempos de espera, a melhoria do acesso físico às redes, o aumento do conforto, melhor adequação dos horários e quantidade de ônibus, entre outros benefícios. Para garantir que as empresas prestadoras de serviços busquem a qualidade de seu atendimento é fundamental que ocorra além da fiscalização dos órgãos públicos e da população por meio de um canal eficiente “a adoção de mecanismos de premiação ou penalidade aos prestadores baseadas na avaliação dos usuários, dessa maneira, estabeleceria uma estrutura de incentivos aos prestadores e da responsabilidade desses com relação aos usuários”.

As relações sociais possuem múltiplas dominações, sendo que a condição de gênero, de raça e classe social são fortemente imbricadas. Explicita-se a *interseccionalidade*, não de uma forma geométrica, mas que tende a *consustanciar* as relações sociais vivenciadas pelas empregadas domésticas. Outrossim, a dimensão espacial, como instância social, também culmina em aprofundar as desigualdades e as opressões, sendo o espaço geográfico não apenas uma espacialidade, mas uma substância do processo analisado.

O histórico modelo de expansão da área urbana, expulsão da população mais pobres para as periferias (periferias distantes e precárias ou mesmo próximas ao centro, como vimos em alguns casos...), complementa-se com o sistema de transporte. Esse explicita a perversidade com tais populações, pois mesmo em uma sociedade capitalista, fazer chegar rapidamente os trabalhadores no trabalho, faz parte da boa produtividade. No entanto, o que vimos é um transporte público ineficiente e desumano. Quando analisamos as microrrelações sociais entre os padrões/patroas e as empregadas, compreende-se a vivacidade do pensamento escravocrata,

racista e machistas. Logo, a análise do espaço urbano do ponto de vista das contradições do capital, permite compreender que há classes exploradas e classes que exploram, sendo o espaço urbano a objetivação desse processo. Por outro lado, as categorias gênero e pertencimento étnico-racial tornam possível analisar as filigranas das relações sociais. A dominação e o poder simbólico, silencioso, mas presente, que faz com que nenhuma das empregadas domésticas questione o sistema. Pelo contrário, algumas o defende. Defendem seus patrões e patroas. Quando se queixam, direcionam a reclamação do ponto de vista pessoal.

Assim, esse trabalho foi uma tentativa de compreender a sociedade brasileira a partir da situação geográfica das empregadas domésticas em condomínios de alto padrão em Campos dos Goytacazes. Evidentemente que não se pretende expandir a análise como verdade para o território brasileiro. No entanto, a pesquisa indica processos que se repetem em outros lugares e que, de certa maneira, revelam o comportamento da sociedade brasileira do ponto de vista qualitativo. Outrossim, a consubstancialidade das categorias gênero, raça e classe social podem ser objetivadas no espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Sociol. Polit.** v. 24, n.57, p.113-126. 2016.
- ALAMBERT, Z. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.
- BARRUCHO, L. **Ex-empregada doméstica lança campanha nas redes sociais para denunciar abusos de patrões**. BBC Brasil. 21 jun. 2016 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-36857963>> Acesso em 27 de abril de 2019
- BILAC, E. D. Gênero e Cidades. In: ARILHA, M.; Caetano, A. J.; GUEDES, M.; MARCONDES, G.. (Org.). **Diálogos transversais em gênero e fecundidade**. 1ª ed. Campinas: ABEP/Librum, v.4, p. 147-158. 11 nov. 2012.
- BOCAFOLI DA SILVA, M. **Patroas e Empregadas Domésticas em Campos dos Goytacazes: uma relação delicada**. 2013. Dissertação (Sociologia Política)- Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Bertrand: Rio de Janeiro, 1989
- BRASIL, **Decreto-Lei Nº 47 344**. Código Civil Português. 25 Nov. 1966
- BRASIL, **Lei Complementar nº 150**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis no 8.212, de 24 de julho de 1991, no 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3o da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Distrito Federal: Jun. 2015.
- BRASIL, **LEI Nº 5.859**. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Distrito Federal.: Dez. 1972
- BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho**. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. 104.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p. 1988.
- BUESSO da SILVA, W. Abre A Cortina Do Passado: Estudos Sobre O Trabalho Doméstico Na Cidade De Marília (Sp) Sob Uma Perspectiva Histórica E Cultural. In: **I Seminário Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. Marília. 24 set. 2015
- BUNGE, M. **Epistemologia – curso de atualização**. São Paulo: Edusp, 1980.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crimes, segregação e cidadania**. São Paulo: Ed. 34 Edusp. 2000. 400 p.

CALIÓ, S. A. Incorporando a Questão de Gênero nas Análises Ambientais. In: **Boletim Informativo Mulher e Meio Ambiente**, São Paulo, SP, n.3, p. 23-28, 1992.

CAMPOS, Andreilino Campos. **Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado**. 3. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertand Brasil, 2010.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

CERQUEIRA, D. R. C.; MOURA, R. L. de. **VIDAS PERDIDAS E RACISMO NO BRASIL**. Brasília: Ipea, v. 10, p. 1-25, nov. 2013.

CERQUEIRA, D., et al. **Atlas da violência urbana 2017**. IPEA: Rio de janeiro, 2017

CERQUEIRA, D., et al. **Atlas da violência urbana 2018**. IPEA: Rio de janeiro, 2018

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

CORRÊA, R. L. Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaços Urbanos. In: VASCONCELOS, P. de A.; et al. **Cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

DAVIS, Â. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1981]

EU EMPREGADA DOMÉSTICA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>> Acesso em: 27 de abril de 2019

FARIA, T. de J. P.; et al. Desenvolvimento econômico, desigualdades e injustiças socioespaciais em Campos dos Goytacazes. O papel das políticas públicas urbanas. In: BALSA, C.; et al. **Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias**. Lisboa, 2013.

FENATRAD. Disponível em: <http://www.fenatrad.org.br/site/?page_id=119> Acesso em: 27 de abril de 2018.

GOMES, I; MARLI, M. **IBGE mostra as cores da desigualdade**. 2018. **Revista Retratos**, n 11. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

GOMES, M. A. S. **A produção e a valorização desigual do espaço urbano em Campos dos Goytacazes-rj: uma análise das ações do Estado e dos promotores/incorporadores imobiliários**. Geografares, n. 19 Jan.-Jul., 2015,

GOMIDE, A. de Á. **Mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais**. IPEA: Políticas sociais – acompanhamento e análise, n. 12, 2006

GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Antropol.** v. 47 n.1, pp.9-43, Jan/jun. 2004.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo, São Paulo: Martins, 2014.

HIRATA, F; "**Minha Casa, Minha Vida**": política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana? **Aurora**, v. 4, p. 01-11, 2009

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais . **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 1 jun. 2014.

HIRATA, H. **Gênero, patriarcado, trabalho e classe. Trabalho Necessário**: v. 16, n. 29. São Luiz, 2018.

IPEA, **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_trabalho_domestico_remunerado.html> Acesso em: 24 de jul. 2018.

JUSBRASIL. **Avanços da Lei nº 11.324/2006**. Disponível em: <<https://direito-domestico.jusbrasil.com.br/noticias/2168088/avancos-da-lei-n-11324-2006>> Acesso em: 25 de jul. de 2018.

KERGOAT, Daniele. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, nº86 São Paulo Mar. 2010

LAGO, L. C. do. Trabalho, moradia e (i)mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, n. 18, pp. 275-293. jul. - dez. 2007.

LEFEBVRE, H. **O Direito À Cidade**. Tradução de Rubens Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 146p.

LIMA, Marcelo. **A educação profissional no governo Dilma**: Pronatec, PNE e DCNEMs. RBPAE - v. 28, n. 2, p. 495-513 mai/ago. 2012

MARX, K. Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974

MOREIRA, C. O. A geografia e o gênero: um encontro urbano: os tempos e os espaços nos territórios de Coimbra. **Caderno de Geografia**, n. 24/25, p. 141-144. 2005-2006

MOTTA, A. B. da. Emprego doméstico: Revendo o Novo. **Caderno CRH**, n. 16, p. 31-49, jan/jun, 1992.

PINTO, G. Mulheres no Brasil: esboço analítico de um plano de políticas públicas para mulheres. In: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais** – ABEP. Caxambú, 2006.

PODER EXECUTIVO. **Projeto de Lei Nº 1.209**. Distrito Federal, 2011.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Graal: Rio de Janeiro, 1980.

REDAÇÃO PRAGMATISMO. **Em Copacabana, patroa mantinha doméstica trancada e sem comer.** Redação Pragmatismo, 15 mai. 2018 Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/05/copacabana-patroa-domestica-sem-comer.html?fbclid=IwAR3JTLnLacRDKWu9qT0TfieIOJmmp6ArVA-B1FvSf72kG0fzbg2-ek1pSOg>> Acesso em: 11 de jan. de 2019

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, p.12458-12470. 2005.

SAFFIOTI, H. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Tomo I Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes,1978.

SAFFIOTI, H. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Tomo II. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes,1979.

SALES JR., Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo soc.*, v.18, n.2, p.229-258. 2006

SALMAZIO, C., **PEC das Domésticas completa 5 anos**; direitos não são fiscalizados. CONTRACS. 3 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.contracs.org.br/destaques/883/pec-das-domesticas-completa-5-anos-direitos-nao-sao-fiscalizados>> Acesso em: 22 de abril de 2019.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS. M. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: USP, 2014.

SANTOS. M. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, n.9, jul/dez, 2000.

SILVA, J. M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, v. 22, p. 117-134, 2007.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, p. 31-45, 2005.

SILVA, J. M.. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e Cultura**, v. 27, p. 39-55, 2010.

SILVA, P. A I. F.; ALMEIDA, É. T. V. Classe, Gênero e Raça – as Trabalhadoras Negras na Cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, v. XV, n. 58, p. 32-39. Dez. 2017.

SILVÉRIO, V. (2006). Ação Afirmativa e o Combate ao Racismo Institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 219-246, novembro/ 2002.

SOUZA SANTOS, B. **As bifurcações da ordem**: revolução, cidade, campo e indignação. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45. Jul/dez 2006.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Unespe, 2013.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução de Cristina Antunes. Revisão da tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

TAIT, T. **Políticas Públicas para Mulheres**. Conselho Municipal de Maringá: 2010.

TVJornal, Doméstica grava assédio sexual e denuncia chefe no Recife. TVJornal, 21 out. 2015. Disponível em: <<https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2015/10/21/domestica-grava-assedio-sexual-e-denuncia-chefe-no-recife-21587.php>> Acesso em: 11 de jan. de 2019

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade**: análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.

VASCONCELOS, P. de A.; et al. **Cidade Contemporânea**: Segregação Espacial. São Paulo: Contexto, 2016.

ZACCHI, Raquel Callegario. **O papel dos proprietários fundiários e do estado no processo de conversão de terras rurais em urbanas e na produção de loteamentos fechados**: Campos dos goytacazes/RJ (1980-2011). 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Apêndice I- Roteiro de entrevista



PPGDAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL, AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS



UFF - Universidade Federal Fluminense

Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Mestrado em Desenvolvimento, Ambiente e Políticas Públicas – PpgDAP

TeCidades: Grupo de Pesquisa Território e Cidade

Pesquisadora: Andreza Rohem Gualberto

Orientadora: Silvana Cristina Silva

Título provisório da Pesquisa: ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO: UMA ANÁLISE
DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS

Data da entrevista:

Nome da entrevistada:

Contato telefônico:

Nome do Condomínio(s) onde trabalha:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A- PERFIL

A.1- Idade

A.2- Estado civil

A.3- Escolaridade

A.4- Cor/etnia: (Branca, parda, negra, amarela, indígena)

A.5- Exerceu outras atividades ao longo da vida, quais?

A.6- História de vida (mãe (era empregada...) e pai), temporalizar...

A.6- Diarista ou empregada doméstica? Trajetória

A.7- Local de trabalho atual (se for mais de um, citar e descrever ...)

A.8- Local de moradia (casa própria, alugada, cedida, financiada, etc..., valor da renda gasta com moradia)

A.9- Número de integrantes da família, idade e profissões respectivas

A.10- Renda familiar

A.11- Renda individual

A.12- Quem é o responsável pelo maior sustento da casa?

A.13- Você possui carteira assinada? (Já teve? Em que períodos?)

B- LOCOMOÇÃO

B.1- Qual é o meio de locomoção utilizado para chegar ao trabalho?

B.2- Qual o trajeto realizado todos os dias para o trabalho (caso haja mais de um emprego fazer o trajeto de todos).

B.3- Quanto tempo gasta no trajeto casa-trabalho?

B.4- Quanto gasta com transporte por dia (recebe vale ou ajuda de custo do empregador)?

B.5- Qual a distância e tempo gasto (andando) do ponto de ônibus mais próximo da sua residência e da residência em que trabalha?

B.6- Quanto tempo espera no ponto de ônibus (se usa o ônibus)? Qual a frequência do ônibus?

B.7- Há meios de locomoção próprio disponível para sua família. Quais?

B.8- Você acredita que o transporte disponível na cidade garante um bom deslocamento seu e da sua família nos mais diversos pontos da cidade?

B.9- Você já se sentiu limitada dentro da cidade? Sem meios para se locomover com eficiência, conforto e satisfação? Já se sentiu confinada/presa a área a qual reside e vizinhança?

C- SERVIÇOS

C.1- Quais são as atividades realizadas nas casas em que trabalha?

- Limpeza da casa ()
- Limpeza da casa e cozinhar ()
- Limpeza da casa, cozinhar e lavar roupa ()
- Limpeza da casa e lavar roupa ()
- Cuidar das crianças ()
- Cuidar das crianças e cozinhar ()
- _____....

D- CONDIÇÕES DE TRABALHO

D.1- Em quantas casas trabalha e quantos dias trabalha em cada uma?
(dias da semana e horários de entrada, horário de saída)

C.2- Quantas horas trabalha por dia?

D.3- Você faz horário de almoço? Quanto tempo? Você se retira da casa para almoçar? (Almoça com a família? na mesma mesa?)

D.4- Possui dependências e utensílios separados? (Usa porta de serviços
Uso do banheiro é separado...)

D.5- Já sofreu algum acidente de trabalho? Se sim, relate a postura do seu empregador.

D. 6- Em algum de seus empregos já teve inconvenientes de gênero ou em relação a sua origem, hábitos, costumes ou cor?

D.7- há locais para seu descanso na casa a qual trabalha?

E- TRABALHO DENTRO DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS

E.1- Você sente diferença entre trabalhar em casas de condomínio neste padrão em relação a outras moradias em que trabalha ou trabalhou?

E.2- Qual sua relação com o espaço do condomínio? Quais áreas lhe são permitidas transitar e sobre o que lhe é restringido? Se há entrada específica, se existe algum tipo de revista...

E.3- Você se sente intimidada dentro deste espaço?

E.4- Você usa uniforme? Se sim, ele é obrigatório?

E.5- Já passou por algum constrangimento devido a políticas do condomínio? Já foi revista?

E.6- quais são as regras gerais do condomínio?

E.7- Como é sua relação com a família empregadora e os demais moradores do condomínio?

E.8- Quais são as regras da casa em que trabalha?

E.9- Você é a única empregada da casa?

E.10- Você tem contato/interação com os empregados das demais casas do condomínio?

E. 11- já teve algum conflito com a família do atual patrão?

F- FAMÍLIA, CIDADE, LAZER e TEMPO (Bloco de questões sobre o uso do espaço urbano)

F.1- Como é o lazer de sua família, qual a frequência em que consegue dispor de tempo para o lazer em família? Quais lugares vocês costumam frequentar? Como se deslocam até ele?

F.2- Seu bairro possui locais de lazer? Praças? Quadras?

F.3- Qual o espaço que seus filhos (ou outras crianças da família) utilizam para brincar?

F.4- Qual escola seu filho frequenta? (nome completo e bairro...) qual meio de locomoção ele utiliza para ir à escola

F.5- Você considera seu bairro perigoso?

F.6- Há pessoas dependentes de cuidados na sua família? (crianças, idosos, enfermos). Se houver quem cuida deles quando está trabalhando?

F.7- Você considera que aproveita e está incluída nos espaços urbanos da cidade e suas infraestruturas como praças, shoppings, parques? O que você faz quando não está no emprego?

Qual seu lazer? Onde... Com quem? Como chega?

F.8- Fim de semana? Fica em casa, quando sai, vai para onde e como? (fazer o trajeto e meio de transporte).

F.9- Você gostaria de dispor de mais tempo livre para estar com sua família?

F.10- Quando você chega em casa, você ainda faz as atividades domésticas (jantar, limpeza da casa, lavar roupa, etc?)

G- USO DE SERVIÇOS

G.1- Compras quotidianas (supermercado): Onde faz? Faz neste local porque é mais perto ou porque é mais barato? Qual dia da semana usa para fazer as compras? Qual seu meio de locomoção até o local de compra?

G.2- Serviços e compras eventuais (vestuário e uso de bancos), onde costuma ir, qual o meio de transporte e frequência. Vai ao salão? Faz unha? Quais lojas Compra? Quando tem tempo para isso?

G.3- Serviços de saúde, onde costuma ir, qual o meio de transporte (seu e de sua família)

G.4- Alguém da família possui conta em banco, cartão de créditos, empréstimos?

H- AVALIAÇÃO

H.1- Você gosta do seu emprego?

H.2- Tem vontade de mudar de profissão?

Se sim qual o motivo que te impediu de fazer tal mudança?

H.3- Qual sua opinião sobre os espaços fechados dos condomínios e sobre a forma que a cidade é planejada? Você se sente parte dessa cidade? Acredita que ela é pensada para você e sua família?

Você se disponibilizaria para outra entrevista caso necessário?

Você poderia contribuir mais um pouco com a pesquisa indicando outra trabalhadora doméstica dentro do perfil necessário?